



Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Programa de Pós-Graduação Mestrado em História – PPGH-UFAM

Linha de Pesquisa: Cultura e Representação

**“Nascidos no Grêmio da Sociedade”: Racialização e mestiçagem
entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889)**

Tenner Inauhiny de Abreu

Manaus, AM, 2012

TENNER INAUHINY DE ABREU

**“Nascidos no Grêmio da Sociedade”: Racialização e mestiçagem
entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

ORIENTADORA

Prof^ª. Dr^ª. Kátia Cilene do Couto.

Manaus, AM, 2012

Nome: ABREU, Tenner Inauhiny de.

Título: “Nascidos no Grêmio da Sociedade”: Racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850 – 1889)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas como requisito parcial para a obtenção do grau de mestre.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____
Julgamento: _____ Assinatura: _____

Ficha Catalográfica
(Catalogação realizada pela Biblioteca Central da UFAM)

Abreu, Tenner Inauhiny de

A162n “Nascidos no Grêmio da Sociedade”: racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas (1850-1889) / Tenner Inauhiny de Abreu. - Manaus: UFAM, 2012.

139 f.; il. color.

Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal do Amazonas, 2012.

Orientadora: Prof^a. Dra. Kátia Cilene do Couto

1. Relações raciais – Amazonas 2. Miscigenação – Amazonas 3. Sistema escravista – Amazonas – História I. Couto, Kátia Cilene do (Orient.) II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

CDU 981.13(043.3)

AGRADECIMENTOS

Trilhar os caminhos da pós-graduação nem sempre é tarefa das mais fáceis, porém como bem ressalta o dito popular: “quem disse que a vida é fácil?” Ao longo da trajetória em que este trabalho foi ganhando forma e se transformando nesta dissertação tive o apoio de amigos, familiares, pesquisadores e instituições. Obviamente os equívocos e incongruências contidos no texto são de minha inteira responsabilidade, mas partilho o mérito da reconstrução destas histórias com muitos destes companheiros.

A Secretaria de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC – AM, em especial o ex-secretário Gedeão Amorim pelo apoio institucional e incentivo para a qualificação docente de maneira continuada.

A Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – FAPEAM pela concessão de bolsa de estudos. Tal recurso foi fundamental para a conclusão da pesquisa.

Ao Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado do Amazonas – SINTEAM pela luta diária em defesa dos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras que militam no campo educacional.

Ao Centro Cultural Povos da Amazônia (CCPA) na pessoa do funcionário Nonato Pelo acesso a fontes que foram de grande auxílio em nossa pesquisa.

A Cúria Metropolitana de Manaus, na pessoa do Bispo Dom Luiz Soares Vieira e a funcionária Abigail, pelas horas dedicadas ao trabalho de coleta de fontes.

A professora Kátia Cilene do Couto, minha orientadora, que abraçou esta pesquisa, agiu com profissionalismo sempre, criticou, incentivou, estendeu a mão nos momentos críticos e atuou como educadora. Meu agradecimento especial e sincero e minha admiração pessoal.

Ao professor Hideraldo Lima Costa pelo incentivo ao longo do desenvolvimento de nosso trabalho, pelas críticas e sugestões para a melhoria do objeto de análise.

As professoras Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Márcia Eliane Mello, Patrícia Maria Melo Sampaio, Eloína Santos, pelas disciplinas ministradas no PPGH e pela atenção dispensada ao longo de nossa trajetória no Mestrado.

Aos meus amigos Robeilton de Souza Gomes e Ygor Olinto Rocha Cavalcante pelos textos, fontes e infindáveis quantidades de obras e referências, auxílio nos arquivos, discussões a respeito do projeto e da importância de se refletir sobre a natureza da História e da função social do historiador.

Ao Sidney Barata de Aguiar, “Bob” amigo desde os tempos de graduação e também no Mestrado pelas discussões, indicações; pela amizade e acima de tudo por partilhar junto comigo os momentos de alegria e de tensões dentro do Mestrado. Amigo e camarada que merece minhas homenagens e meu respeito.

Ao Raimundo Nonato de Aguiar pela ajuda prestimosa que me deu e pelos conselhos valorosos que aprendi e aprendo com este grande amigo e líder comunitário da Zona Leste de Manaus.

A minha mãe Ana Maria Inauhiny, pelo incentivo, lições de vida e amor dedicados a mim incondicionalmente. Aprendi a valorizar os trabalhadores conhecendo sua história, suas vitórias e dissabores.

Às minhas irmãs, Beatriz Calheiro, Bruna Abreu, Leila Fernandes e Eliane Maia, pelo afeto, carinho e incentivo sempre presente nas conversas, brigas, risos e momentos partilhados no seio da família.

A meus pais Francisco Manoel de Abreu e Edmar Menezes Maia, pelo exemplo de perseverança e vontade de mudar seus próprios destinos.

Ao Secretário de Petróleo e Gás de Coari, Jurandy Aires da Silva, pela ajuda na superação de atribulações e dificuldades.

A Jurandy Moreira Aires, Rafael Correia da Silva, Cláudia Kelly, Andreza Bianca, Jorge Braga, Vanessa Antunes, Gisele Resk, Francisco Eleud, Isis Tavares, Marcus Libório, Mauricélio Campos, pela amizade e companheirismo durante esse tempo de perseverança e superação.

Aos meus tesouros, esperança de um amanhã mais justo e digno: meus sobrinhos José e Vinícius, André Ricardo Filho, Letícia Santiago, Júlia Mota, Clarice (que ainda na barriga de minha irmã Leila, já chuta forte demonstrando uma vontade enorme de vir ao mundo!) e Davi Moreira.

A todos vocês o meu muito obrigado.

DEDICATÓRIA

À Ana Maria Inauhiny Maia, minha mãe, pela educação, amizade, carinho, compreensão e amor dedicados a mim incondicionalmente.

À Nairah de Carvalho Pires, minha eterna gratidão pelo apoio e respeito aos caminhos que resolvi trilhar.

À Dona Conceição Barbosa de Carvalho pelo incentivo e apoio devotados nestes anos de luta.

RESUMO

“Nascidos no Grêmio da Sociedade”: Racialização e mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas é uma tentativa de a partir dos conceitos chaves de racialização e mestiçagem, dialogando com aportes teóricos da História social, compreender através do mundo do trabalho e da escravidão, de que maneira os trabalhadores e trabalhadoras da Província do Amazonas (1850-1889) construíram estratégias de sobrevivência, relações, tensões e ascensão social ao longo dos oitocentos

Palavras-Chave: Mundo do Trabalho; Racialização; Mestiçagem; Jornais.

ABSTRACT

"Born in the Bosom of Society": Racialization and interbreeding among workers in the Province of Amazonas is an attempt from the key concepts of racialization and mestizaje, dialoguing with theoretical contributions of social history, the world of work and slavery, understand how the workers of Amazonas Province (1850-1889) built survival strategies, relationships, social tensions and rising over the eighteen hundreds.

Keywords: World of Work; Racialization; Miscegenation; Newspapers.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1- Censo 1872 – Raça População Livre	p. 69
Tabela 2- Censo 1872 – Raça População Escrava	p. 70
Tabela 3- Lista de Matrícula dos escravos da Comarca da Capital do Amazonas 1869.	p. 78
Gráfico 1 – População escrava distribuída por plantéis.	p. 79
Tabela 4 - Lista de Matrícula dos Escravos da Comarca da Capital do Amazonas - 1869. Cor.	p. 79
Tabela 5 - Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873	p. 81
Tabela 6 - Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873	p. 84
Tabela 7 - Repartição de Polícia – Jornais	p. 97
Tabela 8 - Anúncios de Fuga dos Jornais da Província do Amazonas 1858-1860 p. 101	

SUMÁRIO

Introdução	12
Capítulo I - Racialização e Mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas	17
Do tema ao problema	17
1.1 Trabalhadores na Província: Novos olhares	26
1.2 O Contexto do Nascimento de uma Classe?	29
1.3 Trabalhadores no Amazonas	36
1.4 O Espetáculo da Raça e da Mestiçagem	43
1.4.1 Raça e Cidadania: A construção social da cor no século XIX.	43
1.4.2 – O espetáculo da Mestiçagem	45
Capítulo II - Afinal quem eram os trabalhadores da Província?	60
2.1 Índios e Tapuias	60
2.2 Os trabalhadores da Província dos documentos oficiais.	70
2.3 A Lista de Matrícula dos escravos da Comarca da Capital do Amazonas 1869	78
Capítulo III “Preto quando não suja tisma.” Os trabalhadores nos Jornais da Província do Amazonas.	89
3.1 Os Jornais, O trabalho e o outro: o pão crioulo amassados por braços africanos.	89
3.2 A repartição de polícia	92
3.3 O gradiente de cores nos anúncios de fuga dos Jornais.	100
3.4 “Preto quando não suja, tisma”: O Caso do Padre <i>Pardo</i> Daniel Pedro Marques de Oliveira.....	114
Conclusão	132
Fontes e Bibliografia.....	134

Introdução

O desejo de estudar o chamado “Mundo da escravidão” nos colocou em contato com uma série de fontes primárias, algumas inéditas, outras já mencionadas, com certa frequência nas obras de história regional. As fontes do Arquivo Público do Estado do Amazonas (Relatórios, Fallas e Exposições de Presidentes da Província do Amazonas – 1852 – 1889; Livros de Ofícios da Secretaria de Polícia da Província do Amazonas – 1853 – 1888; Relação dos Escravos existentes na Comarca da Capital 1869; Lista Classificação dos Escravos para serem libertados pelo Fundo de Emancipação - 1873) foram ao lado dos jornais as primeiras fontes nas quais nos debruçamos para compreender a dinâmica da sociedade amazonense durante o século XIX em especial durante a montagem do aparelho estatal da Província, entre os anos de 1850 e 1889. Sociedade esta que se apresentava como multiétnica, além da presença de diversos atores sociais de origens étnicas e condições jurídicas diferenciadas.

Posteriormente e em virtude da leitura de obras que apontavam para a utilização das chamadas fontes dos arquivos paroquiais pela história social, entramos em contato com fontes inéditas, coletadas na Cúria Metropolitana de Manaus. Livros de batismos, assentamento de óbitos, indícios de como a sociedade amazonense via seus habitantes, muitos com fenótipo variado, o que ultrapassava a condição jurídica. Nosso interesse preliminar de compreender a condição física e saúde dos escravos foi direcionado ao processo de racialização e mestiçagem dos escravos, libertos, africanos livres, que constituíam parte da mão de obra na Província. Eram vistos e classificados (como na Lista para emancipação e nos Relatórios dos Presidentes de Província) como trabalhadores.

A construção de um projeto que unisse o mundo do trabalho e o da escravidão, ao longo do período provincial, como já ressaltamos, para vencer o silêncio a respeito da presença dos escravos no século XIX no Amazonas passou por duas dificuldades claras: a primeira dificuldade a ser superada; as fontes dispersas e escassas, se comparada a outros recortes espaciais e cronológicos. O segundo obstáculo era a luz da documentação coletada como construir um arcabouço teórico-metodológico dentro do campo da história social, mas que

rompesse com a falsa dicotomia do mundo do trabalho versus mundo da escravidão. Tal perspectiva influenciou nossa escolha de iniciar nossa redação preliminarmente com uma revisão da literatura e dos pontos a seguir, para esclarecer os conceitos chaves presentes na dissertação.

A partir do contato com as fontes e o levantamento bibliográfico inicial, a pesquisa observou a seguinte problematização: houve no Amazonas durante o período provincial (1850-1889) a presença em concomitância do trabalho livre e do trabalho escravo, durante a época provincial, reforçando a ideia de uma tradição do trabalho compulsório que ultrapassou os limites da questão da liberdade jurídica ou da “qualidade” dos trabalhadores. O próprio sistema escravista no Amazonas, mesmo com o quantitativo de escravos inferior a outras áreas do Império, estava disseminado pela sociedade e pautava-se em uma mentalidade bastante conservadora atingindo grupos de diversas etnias ou fenótipos (inclusive os brancos).

Nossa problematização segue a construção de determinadas hipóteses que nortearam nossa pesquisa. As relações de trabalho no período final do Império são compreendidas como um período de transição: do trabalho escravo (compulsório muitas vezes) para o trabalho Livre. Construiu-se sob determinados grupos (escravos, ex-escravos e os mestiços) uma ideologia a respeito do trabalho onde tais grupos seriam opostos ao processo de formação do trabalho assalariado, demonstrando o atraso do período anterior.

Outro ponto relevante faz parte da ideia de que sistema escravista no Amazonas foi significativamente complexo baseado numa mentalidade conservadora o que explicaria o preconceito em relação a determinados grupos étnicos e raciais.

No uso dos documentos oficiais, sejam relatórios, exposições e falas dos presidentes de Província, buscam-se informações sobre as características populacionais do Amazonas e conseqüentemente pistas relevantes que nos levassem a entender melhor o fenômeno da mestiçagem no período enfocado por este trabalho. As relações entre distintos grupos e as categorias dos trabalhadores muitas vezes também estão nestas fontes (por exemplo, a reclamação constante da ausência de mão de obra qualificada para as obras públicas.)

As fontes paroquiais são importantes pistas a respeito da complexidade das relações sociais presentes durante o século XIX. A tentativa de ascensão social por parte dos grupos vinculados à classe trabalhadora perpassa sob nosso entendimento a análise jurídica (se o indivíduo é livre ou escravo) ou mesmo social (qual o lugar do indivíduo naquela sociedade?). Fica clara a existência de estratégias para os trabalhadores e seus descendentes ascenderem de status social, das maneiras mais variadas possíveis.

Os historiadores sociais têm explorado, mesmo que de maneira menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. Estes registros compõem as únicas coleções seriadas que se possui, por exemplo, para uma abordagem da História Social. Na historiografia internacional já se possui larga tradição nas pesquisas de história demográfica e das famílias.

As fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. Paróquias e Cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase individualizada. Esses relatos, por conta da influência da sociedade católica, transformavam-se em livros de batismos, de habilitações de casamentos, livros de óbitos e nestes papéis, encontramos informações preciosas tais como, nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título), moradia, status social.

Os jornais como fonte de investigação historiográfica contam, no Amazonas, com a elaboração de catálogos e listagens (auxiliares de pesquisas), que não trazem grande profundidade interpretativa das publicações. Ao buscar dar visibilidade a determinada categoria de trabalhadores e tentando recuperar suas experiências sociais, as chamadas fontes de caráter oficial, (relatórios, exposições, mensagens de governo), reforçavam uma postura historiográfica de silêncio diante dos segmentos sociais. Nesse cenário há a necessidade de se pensar o periodismo no Amazonas buscando a compreensão do papel social desempenhado pelos trabalhadores no contexto regional.

O discurso presente nos jornais assume interesses de grupos e facções, o que permite a percepção das tensões e conflitos que permeiam a sociedade. Compreende-se, portanto, a imprensa como prática social e como momento de constituição/instituição dos modos de viver e pensar.

A investigação do periodismo como prática e ação cultural pressupõe o rompimento com concepções restritivas. O periodismo seria indissociável do contexto social, do qual faz parte. O entendimento, do tema, portanto, passa pela recuperação do conceito de cultura dentro da perspectiva da história social.

Os jornais são concebidos como produtos sociais, portanto, socialmente reconhecidos como objeto de expectativas e representações específicas. A seleção do jornal, enquanto documento básico é significativo como fonte histórica, na medida em que o documento é bastante complexo e completo, já que no jornal observa-se a convergência de opiniões e posicionamentos políticos.

A Dissertação encontra-se dividida em 3 capítulos. O capítulo I - Racialização e Mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas pretende apresentar o problema, as ferramentas teóricas e metodológicas e discutir que fontes serão utilizadas na constituição do texto. Observa-se a necessidade de se construir um pequeno panorama historiográfico a respeito do mundo do trabalho e da escravidão, levando-se em conta a produção local a respeito da temática. O enfoque é explicitar as ferramentas de análise que serão utilizadas para a compreensão do processo de racialização e mestiçagem entre os trabalhadores da Província do Amazonas.

Busca-se com este capítulo situar a temática onde a dinâmica das relações sociais (não apenas a condição jurídica ou a mestiçagem biológica) pode ser estudada e compreendida a partir dos aportes teóricos da história social, visando uma aproximação com as práticas culturais destes grupos e um enfoque em suas experiências, o que supera tanto a dicotomia do mundo do trabalho (livre, urbano e pós Império) e o mundo da escravidão (predomínio de mão de obra cativa, rural e atrasado), quanto a visão de uma sociedade amazonense com um número diminuto de escravos onde esta presença limitava-se à pouca expressividade econômica destes trabalhadores.

O capítulo II - *Afinal quem eram os trabalhadores da Província?* Tem como proposta analisar, a partir das fontes oficiais, seja a Lista de Classificação para Emancipação em Manaus, ou a Lista de Matrícula dos escravos da Comarca da Capital, Relatório dos Presidentes de Província, Recenseamento de 1872, a relevância do papel dos trabalhadores escravos e libertos, na dinâmica social na

Província buscando um enfoque no processo de mestiçagem (biológico e cultural) entre estes trabalhadores.

O capítulo III *“Preto quando não suja tisna.” Os trabalhadores nos Jornais da Província do Amazonas.* Demonstra que os jornais em seu discurso sobre estes trabalhadores apresentam uma idealização do mundo do trabalho e uma representação destes trabalhadores escravos como propriedade. Nas páginas dos periódicos os escravos, africanos livres e libertos são classificados a partir dos fenótipos raciais próprios do século XIX. Com esta leitura pretende-se observar como as relações do mundo da escravidão impactou sobre os diversos atores sociais na província, mesmo os de origem étnica variadas, que sofrem também com o trabalho compulsório.

Os jornais são uma massa documental significativa pela qual podemos analisar o discurso do outro (os proprietários) a respeito dos trabalhadores escravos. Tal discurso perpassa por uma ideologia do mundo do trabalho (o trabalhador escravo visto como propriedade, classificado a respeito dos tipos raciais do período). A miscigenação biológica e cultural apresenta-se nos periódicos da Província a partir dos indícios fornecidos pelos debates em torno do Padre Daniel.

A mentalidade conversadora e escravista atingiu grupos de trabalhadores das mais variadas origens étnicas, fato presente e analisado nos anúncios de fuga existentes nos jornais, onde os escravos fugidos eram classificados tanto por suas características físicas (a cor sendo uma delas) quanto pelo fato de demonstrarem determinadas habilidades como trabalhadores (pedreiros, carpinteiros, serventes).

Capítulo I - Racialização e Mestiçagem entre os trabalhadores na Província do Amazonas

Do tema ao problema

O desejo de conhecer o cotidiano da escravidão e seu impacto a respeito da formação e da dinâmica da sociedade amazonense no século XIX nos levou ao estudo das condições físicas e de saúde dos escravos, relatadas nos anúncios de fuga dos periódicos da Província do Amazonas. Nossa hipótese até aquele momento era a de que a partir desses anúncios, que seriam descrições feitas pelos proprietários dos escravos fugidos, poderíamos comprovar que a escravidão no Amazonas teve um caráter bastante peculiar, diferente do tratamento dado pelos escritores memorialistas a respeito do tema, onde se ressaltava a precocidade com que se emanciparam os escravos no Amazonas, ou seu aspecto pouco impactante do ponto de vista econômico em relação a outras províncias do Brasil, onde o sistema escravista foi predominante.¹

Os escravos eram descritos em tais anúncios de maneira bastante precisa em relação às suas marcas e sinais característicos. Obviamente o objetivo era o de reencontrar o escravo que estava em fuga. O interesse inicial de nosso projeto era justamente estas marcas que nos fariam entrar em contato com o universo da saúde do escravo e de suas condições físicas, dentro de uma discussão teórica mais próxima da História Cultural vinculada à temática da saúde dos escravos, porém notamos a riqueza dos documentos ao constatar que entre as informações

¹Arthur Cezar Ferreira Reis representa tal corrente de pensamento classificada como história tradicional ou os memorialistas. Na obra *O Negro na Empresa Colonial portuguesa*, a respeito do uso da mão de obra escrava negra afirma: “No Brasil, esses contingentes de mão-de-obra tiveram uma atuação constante e intensíssima. (...) Nas áreas onde essas atividades não foram preponderantes, como ocorreu no nordeste seco, pastoril ou na Amazônia florestal e úmida, a contribuição dos negros foi muito menos expressiva, tanto no quantitativo como no rendimento de sua presença e atuação”. Cf. REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Negro na Empresa Colonial Portuguesa*. In: *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965, p. 145-146.

encontravam-se dados como a profissão, cor, aptidão ao trabalho, o que nos despertou a atenção para o processo de racialização² e mestiçagem dos trabalhadores escravos e não escravos no Amazonas durante o século XIX, configurando um quadro bastante peculiar da relação de trabalho na região.

Na seção de Avisos do Jornal *Estrela do Amazonas* de 18 de julho de 1854 encontramos um dos exemplos de anúncios que tratam da fuga de escravos:

No dia 17 de junho próximo passado fugio da Villa de obidos de caza de Felisberto Jozé Tavares **hum preto de nome Cloudino, Escravo** do Sr. Felix Gomes do Rego, levando em sua companhia hum outro de nome Amandio, escravo do dito Tavares, sendo aquelle baixo e gordo e este hum pouco alto e espizado, **levando as ferramentas de pedreiro e de carpinteiro**, não se sabe verdadeiramente onde existem, mas aquelle que os capturar e entregar aos seus senhores, ou nesta cidade à José Miguel de Lemos será recompensado, protestando- se contra quem lhe tiver dado couto. (Barra 8 de julho de 1854.)³

A reclamação pela fuga dos escravos, como podemos notar, dava-se primeiro pela perda da “propriedade”, o escravo em si era visto como trabalhador⁴, na medida em que se ressalta no anúncio o fato de terem levado na fuga as “ferramentas de pedreiro e carpinteiro”. Ponto importante o fato de que um dos escravos (Cloudino) era classificado como “preto”, ou seja, a cor da pele auxiliava no processo de identificação e possível captura do fugido.

Estes anúncios expressavam as ideias de uma classe (a dos proprietários) sobre os escravos (mercadoria, propriedade, e principalmente trabalhadores).

² De acordo com Hebe Mattos, o conceito de racialização é juntamente com o de raça uma construção do século XIX. Como veremos oportunamente, raça e cidadania foram conceitos articulados no Império para dar conta da realidade demográfica do Brasil. Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004. p 12.

³ De acordo com a grafia da época. As citações de fontes originais, sejam jornais ou de outra natureza utilizaremos a grafia original.

⁴ O conceito de trabalhador no século XIX ainda não está formado. O escravo era visto como instrumento necessário para o trabalho, uma peça dentro do sistema escravista, moldada para realização de determinada função. A respeito da ideologia senhorial do trabalho e do trabalhador escravo no século XIX, Cf. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. José Maia Bezerra Neto afirma que os senhores de escravos na Província do Pará construíram a imagem dos escravos fugidos como incapazes de viver por si mesmos em liberdade. Na visão do autor os senhores consideravam os escravos com aversão moral ao trabalho livre e apenas a autoridade senhorial garantiria as condições de trabalho. Cf. BEZERRA-NETO, José Maia. *Histórias Urbanas de Liberdade: Escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888*. Afro-Ásia, n.28, 2002, p. 227.

Serviram para que construíssemos hipóteses a respeito do complexo fenômeno da racialização e da mestiçagem no Amazonas, mesmo quando a população de escravos não foi numericamente predominante (mas a propriedade de escravos estava disseminada pela sociedade) e a *plantation*, não era a base econômica na região.

A origem “racial” destes trabalhadores e o processo de mestiçagem ultrapassa, sob nosso ponto de vista, a questão meramente jurídica (se o trabalhador é livre ou escravo) e mesmo o seu fenótipo, pois entendemos que o processo de mestiçamento e racialização foi predominante na sociedade amazonense, principalmente entre os trabalhadores.

Por estes anúncios observamos uma gama de sinais, marcas, porém esses escravos também eram classificados quanto a suas profissões e habilidades, tipos físicos, cor, o que nos despertou a atenção para uma tradição de um trabalho compulsório na região, que ultrapassava as barreiras jurídicas na condição destes trabalhadores. De maneira simples, está presente na fala do poder público, principalmente a respeito dos trabalhadores a serviço do governo provincial, a utilização de mão de obra livre (índios e africanos livres) com escravos (negros, pardos, cafuzos) uma idealização do trabalho e a construção de classificações destes indivíduos a partir das teorias raciais do século XIX.

Ao se referir ao fenótipo da população de Manaus durante suas viagens à região o casal Agassiz teve dificuldades em determinar, a partir das teorias raciais da época, qual o tipo físico característico da cidade. Afirmavam ser raro encontrar na cidade uma pessoa de “raça pura” negra, recorrendo a matizes de cor para classificar os numerosos mulatos, mamelucos, como se denominava na época os mestiços de índios e negros. Ao descrever um retrato de uma escrava da Província do Amazonas, Elizabeth Agassiz afirma que a mistura do sangue (índio e preto) que corria nas veias da escrava, fazia dela um curioso exemplo do cruzamento de raça. Para Agassiz:

Em todos os mestiços índios-negros que vimos, o tipo africano é o primeiro a ceder, como se adaptabilidade maior do negro, tão oposta à inalterável tenacidade do índio, se verificasse nos caracteres físicos tão bem como nos mentais.⁵

⁵ AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865—1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1875, p. 237 e 270.

Observa-se, portanto que para os viajantes naturalistas que entram em contato com as populações da Província há claramente a evidência de mestiçagem biológica e no caso dos Agassiz, há também uma visão pessimista a respeito do resultado do cruzamento entre raças diferentes.

Diante do contato com estes elementos presentes nas fontes, começamos a nos questionar de que forma as relações sociais entre os trabalhadores teria sido influenciada por questões de origem étnica, ou usando o conceito do período, por questões raciais, e pelas ideias de mestiçagem durante o século XIX na sociedade Amazonense?

A dinâmica social na Província pode ser atestada devido à constituição dos atores sociais presentes no Amazonas. É uma sociedade definida pelo seu caráter multiétnico em suas diferentes fases históricas. Os trabalhadores descritos, no século XIX são classificados pelo seu fenótipo (cor da pele e “raça”).

Nosso objetivo ao longo desta pesquisa é o de analisar o processo de racialização e mestiçagem no mundo do trabalho na Província do Amazonas entre as décadas de 1850, notadamente por conta da Instalação da Província em 1852, até o fim do Império em 1889. Para tanto, se torna necessário a realização de uma discussão historiográfica em torno dos conceitos de trabalho, racialização e mestiçagem enfocando os eixos centrais que nos auxiliaram na crítica das fontes que utilizamos ao longo da dissertação.

Nos Jornais do século XIX, buscamos compreender as relações sociais entre os distintos grupos que constituíam a sociedade naquele período. A partir dos textos dos jornais podemos observar a existência de uma gama de idéias que reforçam imaginário social escravista e em diversos aspectos o fenômeno da racialização no Amazonas.

O discurso presente nos jornais assume interesses de grupos e facções (alguns jornais claramente vinculados à causa abolicionista, outros vinculados a grupos políticos, seja o Partido Conservador, seja o Partido Liberal) o que permite a percepção das tensões e conflitos que permeiam a sociedade. Compreende-se, portanto, a imprensa como prática social e como momento de constituição/instituição dos modos de viver e pensar. Sandra Jatahy Pesavento assinala que os jornais do

século XIX constroem um discurso a respeito da questão social, onde aparecem os tipos perigosos e os usos do espaço urbano.⁶

A investigação do periodismo como prática e ação cultural pressupõe o rompimento com concepções restritivas. O periodismo seria, para Maria Luíza Ugarte⁷ indissociável do contexto social, do qual faz parte. No nosso entendimento o uso do jornal, passa pela recuperação do conceito de cultura⁸ dentro da perspectiva da história social.

Na visão de Lilia Schwarcz⁹ os jornais são concebidos como produtos sociais, portanto, socialmente reconhecidos como objeto de expectativas e representações específicas. A seleção do jornal, enquanto documento básico é significativa como fonte histórica, na medida em que o documento é bastante complexo e completo, já que no jornal observa-se a convergência de opiniões e posicionamentos políticos.

No uso dos documentos oficiais, sejam relatórios e falas dos presidentes de Província, buscam-se informações sobre as características populacionais do Amazonas e conseqüentemente pistas relevantes que nos levem a entender melhor o fenômeno da mestiçagem no período enfocado por este trabalho. As relações entre distintos grupos e as categorias dos trabalhadores muitas vezes também estão nestas fontes (por exemplo, a reclamação constante da ausência de mão de obra qualificada para as obras públicas.)

Os “tipos humanos” presentes nas fontes nos possibilitam um confronto com as ideias do período a respeito de raça e o processo de mestiçagem. Tal perspectiva dá oportunidade do cruzamento de informações com as outras fontes já mencionadas em nosso projeto e também que serão aludidas ao longo do texto.

⁶ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional, 2001.

⁷ UGARTE, Maria Luiza Pinheiro. *Folhas do Norte. Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001

⁸ Ressalta-se o caráter polissêmico do conceito de cultura. Para Maria Luíza Ugarte, o termo *cultura* era comumente utilizado como uma projeção invertida da base econômica, ou ainda como mera derivação desta. Para Déa Fenelon, a cultura dentro dessa perspectiva era entendida como uma produção das coisas do espírito e das idéias, distanciando-se da correlação da sociedade. A base de discussão sobre a teoria da cultura vem da disposição de aceitá-la como processo social, modelando modos de vida globais, e não apenas considerá-la como uma teoria das artes e da vida intelectual em relação com a sociedade. Cf. FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa*. *Revista Projeto História*, São Paulo, n.10, 1993; Cf. UGARTE, Maria Luiza Pinheiro. *Op. cit.*

⁹ SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

As fontes paroquiais, também analisadas para este trabalho, são importantes pistas a respeito da complexidade das relações sociais presentes durante o século XIX. A tentativa de ascensão social por parte dos grupos vinculados à classe trabalhadora perpassa sob nosso entendimento a análise jurídica (se o indivíduo é livre ou escravo) ou mesmo social (qual o lugar do indivíduo naquela sociedade?). Fica clara a existência de estratégias para os trabalhadores e seus descendentes ascenderem de status social, das maneiras mais variadas possíveis¹⁰.

Os historiadores sociais têm explorado, mesmo que de maneira menos aprofundada do que ocorre em outros países, os registros paroquiais. De acordo com João Fragoso, estes registros compõem as únicas coleções seriadas que se possui, por exemplo, para uma abordagem da História Social. De acordo com o autor, na historiografia internacional já se possui larga tradição nas pesquisas de história demográfica e das famílias.¹¹

As fontes paroquiais são documentos de grande valor por seu caráter repetitivo e por sua quantidade. Paróquias e Cúrias possuem um conjunto de assentos que tratam da vida dos paroquianos, quase individualizada. Esses relatos, por conta da influência da sociedade católica, transformavam-se em livros de batismos, de habilitações de casamentos, livros de óbitos e nestes papéis, de acordo com o autor, encontramos informações preciosas tais como, nome, filiação, naturalidade, qualidade social (cor, título), moradia, status social.¹²

Douglas Libby¹³ ao examinar documentação paroquial em Minas Gerais durante o século XVIII tenta analisar as representações identitárias e o processo de racialização envolvendo escravos e ex-escravos na região. Constatou que é possível

¹⁰ Douglas Libby, ao analisar as questões da representação identitária de escravos e ex-escravos em Minas Gerais entre os séculos XVIII e XIX, utilizando documentação paroquial, afirma ser possível detectar um processo de racialização, ou, como aparece na documentação, a “qualidade das pessoas”. Para Libby: “(...) a noção de que tais representações poderiam se carregar de significados mais indicativos de posição social do que de identidade social.” Cf. LIBBY, Douglas Cole. *A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX*. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010 p. 41

¹¹ FRAGOSO, João. *Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII*. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010. p. 74

¹² FRAGOSO, João. *Op. Cit.* P. 74

¹³ LIBBY, Douglas Cole. *A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX*. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFGM; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010. p. 41

observar uma mudança na descrição da origem e condição dos indivíduos naquele período. Usando documentos paroquiais e tentando compreender a construção das representações identitárias, o autor chega à conclusão de que tais representações estariam mais vinculadas à posição social do que a própria identidade racial. Significativo na obra de Libby é o uso de documentação paroquial na análise de racialização e posição social dos grupos estudados pelo autor¹⁴.

Desde o período colonial a Amazônia foi palco de atores sociais diversificados que se dirigiam para a região com os mais diversificados interesses, sejam estes classificados como colonizadores, sejam as diversas etnias indígenas ou dos africanos que foram trazidos à força para a região por conta da diáspora negra. Estes grupos, o branco colonizador, os indígenas e negros, sendo estes últimos escravos ou libertos estavam em contínuo contato, fazendo das sociedades amazônicas um caldeirão multiétnico. Tal perspectiva está presente na obra de Flávio Gomes, *A Hidra e os Pântanos*¹⁵, onde o autor assinala que a região era composta pelo “verde” das matas, o “amarelo” dos índios e o “negro” dos escravos.

Se no período colonial, notadamente durante o século XVIII essa sociedade vai se modificando com a entrada de mais escravos na região; as leis de liberdade dos índios e a regulamentação do trabalho compulsório, o que poderíamos afirmar a respeito do século XIX? Ou mais especificamente do período imperial?

Silvia Lara no texto *Conectando historiografias*¹⁶ identifica a ausência de um diálogo mais profundo entre a historiografia colonial e as obras que analisam o século XIX. A mesma bifurcação detectada por Flávio Gomes, quando se trata dos estudos envolvendo o mundo do trabalho, dentro de uma perspectiva mais próxima da história social: uma parte estudando o mundo da escravidão e a outra o mundo do trabalho, onde a escravidão representava um retrocesso dentro da sociedade capitalista.

¹⁴ LIBBY, Douglas Cole. *A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX*. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010

¹⁵ GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Polis, 2005

¹⁶ LARA, Silvia Hunold. “Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Almeida, 2005.

De acordo com estimativas da época, no final do período colonial, o Brasil contava com uma população de aproximadamente 3.500.000 habitantes, sendo que 40% destes eram escravos. Do restante, 6% eram índios aldeados, encontrando-se ainda uma certa igualdade entre os classificados como “brancos” e “pardos”¹⁷. Já na década de 1780 os homens livres classificados como pardos eram estimados em 1/3 da população e grande parte deles possuidores de escravos.

Como ressalta Hebe Mattos é do final do período colonial a própria construção da categoria “pardo”, que de acordo com a autora tem uma noção mais abrangente que “mulato”. Mattos ressalta que “mulato” era um termo de época diretamente usado e vinculado à mestiçagem. Termos como “negro” e “preto” foram ainda, até o século XIX, usados exclusivamente para designar escravos e forros. A respeito destes termos afirma:

Em muitas áreas e períodos, “preto” foi sinônimo de africano e os índios escravizados eram chamados de “negros da terra”. “Pardo” foi inicialmente utilizado para designar a cor mais clara de alguns escravos, especialmente sinalizando para ascendência européia de alguns deles, mas ampliou sua significação quando se teve que dar conta de uma crescente população para a qual não mais era cabível a classificação de “preto” ou de “crioulo”, na medida em que estas tendiam a congelar socialmente a condição de escravo ou ex-escravo.¹⁸

Se recorrermos à descrição das populações que habitavam a Amazônia, podemos observar que tanto o viajante Alexandre Rodrigues Ferreira, na obra *Viagem Filosófica*¹⁹, Antônio Baena²⁰ em *Compêndio das Eras da Província do Pará*, atestam a presença multiétnica na região, classificando esses grupos, de acordo com os conhecimentos do período (enquanto raças e cruzamentos das mesmas) em “brancos”, “índios”, “negros”, “mamelucos”, “mestiços”.

Ao se inferir a respeito das características destas populações na região, trabalhos como de Arthur César Ferreira Reis; Napoleão Figueiredo; André Araújo;

¹⁷ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004. p 15

¹⁸ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004. p 15

¹⁹ FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosofia ao Rio Negro*. Organização, atualização, anotações e ampliação de Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte, Mateus Coimbra de Oliveira. 2ª Ed. Manaus: EDUA, 2007.

²⁰ BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém. PA: UFPA, 1969.

partem do princípio da presença rarefeita de escravos negros na Amazônia, principalmente quando se refere a questão de uma discussão mais voltada ao viés economicista.

O modelo da *plantation* não obtendo referência significativa na região também não teria atraído grandes plantéis de escravos negros para cá. A região é vista sob a perspectiva de uma economia extrativa e em contrapartida sendo um grande vazio demográfico.

Mesmo com as dificuldades de conhecer o cotidiano de grupos no período colonial, seja pela característica das fontes, seja pela construção de um paradigma explicativo onde a Amazônia não é escravista e ainda por cima encontra-se na periferia do sistema, grupos de origens étnicas das mais diversas matizes estão em constante contato, a propriedade de escravos encontrava-se, como já afirmamos, disseminada na sociedade, fato que não se modificará ao longo do século XIX.

Pesquisadores como Napoleão Figueiredo, Vicente Salles tentam resgatar a presença significativa do negro no Pará. O interesse de tais autores era o de demonstrar a relevância da chamada matriz africana para a cultura daquela região. No Amazonas, Luís Balkar Pinheiro²¹ e Patrícia Sampaio²², mais recentemente fazem alusão ao processo de silenciamento da presença do Negro nos estudos da história tradicional, mais conhecidos como grupo dos memorialistas. A análise econômica ou social reforça esquematismos conceituais pautados nos paradigmas estruturalizantes. O processo de entendimento da mescla étnica e cultural no Amazonas é, portanto, preocupação acadêmica recente, e o estudo a respeito deste fenômeno entre os trabalhadores é mais recente ainda.

Algumas das obras citadas aqui (e mencionadas ao longo do texto) nos auxiliaram no processo de problematização de nossa pesquisa e na validação/refutação de hipóteses de trabalho. Por isso achamos relevante iniciarmos, antes de mais nada, com uma breve discussão historiográfica a respeito dos eixos temáticos que servem de base para nossa dissertação.

²¹ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX*. Terra das Águas, vol. 1, nº 1, 1999.

²² SAMPAIO, Patrícia Maria Melo. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais e Manaus: 1840-1880*. Manaus, EDUA, 1997.

1.1 Trabalhadores na Província: Novos olhares

A história social britânica teve conforme Flávio Gomes assinala uma grande influência na historiografia brasileira. Autores como Eric Hobsbawm, Edward Thompson ou Christopher Hill foram utilizados de maneira bastante significativa nas pesquisas sobre novos temas e abordagens a respeito da *história social*, principalmente com ênfase no *mundo do trabalho*.

Apesar da grande relevância destes historiadores na produção acadêmica nacional, Gomes atesta a inexistência de uma reflexão sistemática a respeito da influência e boa recepção das obras destes historiadores e o seu impacto nos trabalhos acadêmicos ligados à história do Brasil. Ressalta, ainda, que apesar da ausência de trabalhos que analisem tal ascendência, muitos programas de pós-graduação (e algumas revistas acadêmicas) vêm trabalhando no sentido de difundir e ampliar a base de conhecimentos produzidos dentro desse campo de estudos.

A respeito da história da classe trabalhadora Eric Hobsbawm afirma: “(...) é maior e mais complexa do que a história das ideologias, dos sindicatos, dos partidos e de suas lutas.”²³ A história operária floresce na maioria dos países pelo menos de maneira quantitativa o que a transformou em um campo da história. Destaca: “(...) a história operária é por tradição um tema altamente politizado (...)”²⁴.

Existe uma história operária feita fora das universidades, caracterizada em primeiro lugar por uma tendência a identificar classe operária com movimento operário, ou como ressalta Hobsbawm, tendeu a identificar a história dos movimentos operários com a história da ideologia dos movimentos.

Em segundo lugar, a história operária feita fora da universidade passou a ter como característica, o fato de ter se transformado em “arqueológica” na medida em que atribuía ao movimento operário uma importância significativa, que ninguém mais atribuía. E em terceiro lugar, a história operária, descrita como “clássica” tendeu a produzir uma versão ou modelo oficial, da história do movimento, o que segundo ele: “(...) talvez e um tanto surpreendentemente, a historiografia tradicional dos movimentos operários era técnica e metodologicamente bastante ortodoxa.”

²³ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro.: Paz e Terra, 2000, p. 18

²⁴ Idem. *Ibidem.*, p. 15.

Constituiu-se dentro da história operária um caráter mais acadêmico, fruto de uma ampliação do seu campo de ação e método de análise. Abandonou-se uma abordagem mais restrita, seja de ordem política, econômica ou mesmo ideológica e desenvolveu-se uma história social de sentido mais amplo. E acrescenta: “A história operária é assunto multifacetado, embora os níveis de realidade ou de análise formem um todo (...)”.Thompson ao se referir ao “fazer-se da classe operária” acrescenta: “O fazer-se da classe operária é um fato tanto da história política e cultural quanto da economia. Ela não foi gerada espontaneamente pelo sistema fabril.”²⁵

Há em nosso entendimento, uma diferenciação entre a história operária e a história do trabalho. Durante muito tempo a história operária estava estritamente vinculada a um lócus específico, seja a fábrica ou à cidade, enquanto a história do trabalho que nós abordamos lida com trabalhadores de diferentes origens e funções: escravos, ex-escravos, trabalhadores urbanos de diferentes categorias, trabalhadores rurais. Tal qual observa Hobsbawm, compreendemos a história do trabalho como assunto multifacetado, nosso enfoque, portanto não são as lideranças, associações de trabalhadores ou instituições em si, nosso interesse é o enfoque das relações sociais destes trabalhadores das mais diversas origens culturais e étnicas e que estavam em constante contato na sociedade amazonense dos oitocentos.

Sidney Chaloub afirma que no mundo ordenado pela presença do escravo, a questão do trabalho era pouco problematizada na esfera das mentalidades: O trabalhador escravo era propriedade do senhor e, sendo assim, o mundo do trabalho estava obviamente circunscrito à esfera mais ampla do mundo da ordem, que consagrava o princípio da propriedade.²⁶

A respeito do conceito de trabalho, o trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante, assumindo uma nova roupagem que lhe desse um valor positivo, se transformando no elemento fundamental para a nova ordem no Brasil. O problema do mundo do trabalho enfrentado pelos parlamentares do Império eram o de transformar o liberto em trabalhador a partir da educação: Educar o liberto

²⁵ HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro.: Paz e Terra, 2000, p. 19-28.

²⁶ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 65

significava transmitir-lhe a noção de que o trabalho e o valor supremo da vida em sociedade; o trabalho é o elemento característico da vida 'civilizada'.²⁷

Inexiste um diálogo entre os estudos de escravidão e as experiências urbanas rurais de milhares de africanos e crioulos em relação às investigações que analisaram a imigração europeia e a chamada experiência do trabalho livre.²⁸

É necessário analisar a experiência do trabalho escravo e também do trabalho livre e assalariado no último quartel do século XIX, sob o ponto de vista de uma história social (principalmente, como já vimos, sob a influência dos historiadores britânicos que contribuiu para a renovação de pesquisas nos programas de pós-graduação sobre grupos sociais).

Flávio Gomes afirma que: “A agenda das investigações e reflexões apontava para a consideração das experiências das classes subalternas em suas complexas relações de influência, teias de cultura e poder.”²⁹ Acrescentaríamos a essas complexas relações, como assinala Gomes, também o processo de racialização e mestiçagem, na medida em que os trabalhadores da Província do Amazonas tinham origem multiétnica, portanto sendo necessária a compreensão deste ponto para a análise da dinâmica social daquele período histórico.

A história social, entretanto busca nas fontes o vivido, seu intuito é sempre o de reconstruir redes de relações que encarnem em pessoas concretas as experiências. Para tanto é necessário por parte do pesquisador um movimento rumo aos arquivos, desconectado de esquemas pré-estabelecidos³⁰.

A crítica de Gomes relaciona-se ao que denomina de “bifurcação” nos estudos relacionados à história social. Os estudos sobre escravidão, segundo o autor, priorizaram os conceitos de lutas de classes enquanto nos estudos sobre a classe operária, sindicatos e partidos acabavam silenciando sobre o processo de formação das classes nem tocavam no ponto do “embranquecimento” ou da exclusão própria do trabalho escravo. Tal crítica pode ser feita também nos estudos sobre a classe operária no Amazonas, na medida em que o processo de racialização e mestiçagem ou mesmo o estudo da presença de uma tradição de trabalho

²⁷ CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986. P. 69

²⁸ GOMES, Flávio; NEGRO, Antônio Luigi. *Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In: *Tempo Social, revista de sociologia da USP*, v. 18, nº 1, p. 217

²⁹ GOMES, Flávio; NEGRO, Antônio Luigi.. Op. Cit. p. 221

³⁰ *Ibidem*, p. 221

compulsório e a complexificação do caráter da formação identitária destes trabalhadores é pouco abordado pelas obras de história do Amazonas.

1.2 O Contexto do Nascimento de uma Classe?

De acordo com Zygmunt Bauman, o primeiro uso da palavra “trabalho”, conforme o *Oxford English Dictionary*, tinha como significado o ‘exercício físico dirigido a suprir as necessidades materiais da comunidade’³¹. Este significado foi registrado em 1776. Um século mais tarde, o termo passa a significar o próprio “corpo de trabalhadores” que participam da produção e posteriormente fazendo-se o vínculo entre os trabalhadores e as associações e sindicatos dentro de uma conotação política.³²

Para Bauman o emprego da palavra trabalho em língua inglesa, traz uma estreita conexão entre o significado atribuído ao trabalho e:

(...) a autoconstituição daqueles que trabalham em uma classe e as políticas baseadas naquela autoconstituição. Em outras palavras o vínculo entre conferir à labuta física o papel de principal fonte de riqueza e bem-estar da sociedade e da auto-afirmação do movimento trabalhista.³³

A partir da chamada Revolução Industrial, conforme ressalta Bauman, começa a surgir uma sociedade distinta na Inglaterra, uma sociedade industrial. Distinta, pois, modificou o campesinato, o seu vínculo entre a terra, o camponês e o trabalho humano. Esta grande transformação decorrente de uma “nova ordem industrial” separou os trabalhadores dos seus meios de produção e:

Sem que essa desconexão acontecesse, haveria pouca chance de que o trabalho pudesse ser mentalmente separado da ‘totalidade’ a que ele ‘por natureza’ pertencia e se condensasse em um objeto autocontido. Na visão pré-industrial da riqueza, a ‘terra’ era tal totalidade (...)³⁴

³¹ BAUMAN, Zygmunt. *Ascensão e queda do trabalho*. In: *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008, p. 27

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*, p. 27.

³⁴ *Ibidem*, p. 28

Para Vito Giannotti³⁵ a Revolução Industrial, ocorrida no final do século XVIII e antes de 1800, marcou a implantação, consolidação e expansão do capitalismo. De início segundo o autor, e em conformidade ao exposto por Bauman, esse processo se deu na Inglaterra, e depois em outros países. “Suas raízes já existiam há tempos, mas a árvore da indústria nasceu nessa época.”³⁶

Giannotti assinala que durante a Revolução Industrial ocorreu uma passagem gradual da manufatura para a indústria. Os produtos que anteriormente eram feitos manualmente ou com a ajuda de máquinas simples, passaram a ser produzidos com uso de máquinas mais sofisticadas, usando outro tipo de energia (carvão, vapor) que não a energia humana apenas. Foram em consequência destas transformações, de acordo com o autor, sendo introduzidas novas técnicas e novas formas de organização do trabalho. A partir da generalização do trabalho assalariado ocorre a introdução de novas formas de exploração e concentração de renda.

Ainda a respeito deste processo, na Inglaterra, Giannotti ressalta:

A Inglaterra foi o país onde começou a industrialização. Ela tinha acumulado muito ouro, prata e produtos das Américas, da Ásia e da África (...) Dessa acumulação nasceu a nação mais industrializada do mundo (...) Os produtos de suas indústrias eram feitos com matérias-primas vindas do mundo inteiro e eram vendidos em todos os países.³⁷

A respeito da classe operária, de acordo com Giannotti, podemos afirmar que este grupo começou a existir, na Europa entre 1760 e 1780, ou seja, mais ou menos há 250 anos. Tal afirmação nos remete a Thompson, no prefácio de sua obra *A Formação da Classe operária*: “A classe operária não surgiu tal como um sol numa hora determinada. Ela estava presente no seu próprio fazer-se.”³⁸. A formação da classe operária, para Thompson ocorre no período entre 1790 e 1830, fato que segundo autor é revelado: (...) em primeiro lugar, no crescimento da consciência de classe(...). E em segundo lugar, no crescimento das formas correspondentes de organização política e industrial.”³⁹

³⁵ GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad, 2007, p. 25.

³⁶ GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad, 2007, p. 26

³⁷ GIANNOTTI, Vito. *Op. cit.* 2007, p. 29

³⁸ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. p. 9.

³⁹ THOMPSON, Op. Cit. p. 14

Thompson afirma que classe é um fenômeno histórico, como algo que ocorre efetivamente nas relações humanas:

Por classe, entendo um fenômeno histórico, que unifica uma série de acontecimentos díspares e aparentemente desconectados (...) Ressalto que é um fenômeno histórico. Não vejo a classe como uma 'estrutura', nem mesmo como uma 'categoria', mas como algo que ocorre efetivamente (...) nas relações humanas.⁴⁰

Classe e não classes, conforme assinala Thompson, na medida em que, no plural "classes trabalhadoras" é um termo descritivo tão esclarecedor quanto evasivo. "Reúne vagamente um amontoado de fenômenos descontínuos. Ali estavam alfaiates e acolá tecelões, e juntos constituem as classes trabalhadoras".⁴¹ O próprio autor acrescenta que o termo classe operária era menos utilizado do que classes trabalhadoras. Afirma que *classes trabalhadoras* tem conotação polissêmica que enfatiza grande disparidade em status, conquistas, habilidades e condições entre grupos distintos.⁴²

A noção de classe para Thompson, como podemos observar no exposto acima, traz consigo uma relação histórica e como este afirma como qualquer relação é algo fluido que escapa à análise ao tentar imobilizar tal conceito. A relação, como ressalta, precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. "Não podemos ter amor sem amantes (...)"⁴³ A ideia portanto de classe trabalhadora em sua conotação polissêmica nos auxilia na compreensão da dinâmica social. A classe como afirma Thompson é experiência histórica, seja ela, como já afirmamos, analisada sob o ponto de vista da história política, cultural ou econômica devido a diversidade de experiências que compõe a vida dos trabalhadores.

Thompson alerta para o fato de como podemos compreender de que forma um indivíduo veio ocupar um determinado papel social em determinada organização social:

Se detemos a história num determinado ponto, não há classes, mas, simplesmente uma multidão de indivíduos com um amontoado de experiências. Mas se examinarmos esses homens durante um período adequado de mudanças sociais, observaremos padrões em suas relações, suas idéias e instituições. **A classe é definida pelos**

⁴⁰ THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004. P. 9.

⁴¹ THOMPSON, Op. Cit. p 9

⁴² Ibid. ibidem., p. 14

⁴³ Ibid. Ibidem., 10

homens enquanto vivem sua própria história e, ao final, esta é sua única definição.⁴⁴

Na ordem econômica internacional, a maioria dos países da América Latina eram exportadores de produtos primários e importadores de manufaturas. Até o início do século XX o papel da indústria nas economias da região era pequeno.⁴⁵

No período que se estende ao final do século XIX e início do século XX, em suas primeiras décadas, a população da América Latina (e conseqüentemente a do Brasil também) era predominantemente rural. Apesar disso os trabalhadores urbanos tornaram-se uma força importante.⁴⁶

O proletariado Industrial, no sentido dos trabalhadores de fábricas, só começa a aparecer em números significativos no início do século XX, e antes da década de 1930 não possuía posição central na economia brasileira:

No final do século XIX, os negócios urbanos alcançaram proporções significativas em quase toda a América Latina, mas levando em conta a capacidade relativamente alta de importação de muitas economias, esse setor não era usualmente tão desenvolvido quanto na maioria das cidades européias. Além disso, a posição pouco decisiva de muitos desses negócios na economia limitava o poder político e econômico dos trabalhadores.⁴⁷

Para Octavio Ianni⁴⁸ é durante a segunda metade do século XIX que a sociedade brasileira, começa a sofrer certa modificação. Até este momento, o Brasil era profundamente marcado pelas relações coloniais, primeiramente com Portugal, posteriormente com a Inglaterra. Ocorre nesse período uma diferenciação do sistema produtivo e das relações de produção.

Conforme assinala Ianni:

Vários acontecimentos se apresentam como fundamentais, quando analisamos a sociedade brasileira durante a segunda metade do século XIX. Destacam-se a interrupção do tráfico de escravo, a adoção da tarifa Alves Branco, a Guerra do Paraguai (...); a campanha abolicionista; a campanha republicana; expansão e predomínio da cafeicultura; a imigração europeia para a zona

⁴⁴ Ibid. Ibidem., p. 11-12

⁴⁵ HALL, Michael e SPALDING, Hobart. *A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina, 1880-1930*. In: BETHELL, Leslie (org.) *História da América Latina*. SP: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2003. P. 283.

⁴⁶ HALL, Michael e SPALDING, Hobart. Op. Cit. 2003, p. 283

⁴⁷ Ibid. Ibidem, p. 283

⁴⁸ IANNI, Octavio. *Raças e Classes no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987, p.1. Grifo meu.

cafeeira e os centros urbanos mais importantes; a colonização das regiões mais despovoadas ou com baixa densidade demográfica; **o florescimento da economia da borracha, provocando o afluxo de nordestinos para a Amazônia; os primórdios da industrialização.**
49

Todos estes acontecimentos supramencionados apenas adquirem valor explicativo quando compreendidos dentro da estrutura e historicidade dos sistemas sociais. Para Ianni, na segunda metade do século XIX, a sociedade brasileira é governada pelo que o autor classifica como “contradição entre a mercadoria e o escravo”. Em suas palavras: “(...) é nessa época que a contradição entre o modo de produção e as relações de produção se torna aberta e incômoda e, impondo-se o seu desenvolvimento.”⁵⁰

Existe um antagonismo entre o escravo e a mercadoria que acaba ganhando relevo quando o sistema econômico-social passa por transformações aceleradas. A coexistência de um sistema mercantil e a escravatura se acentua quando a mercadoria passar à condição de categoria fundamental do sistema. Em consonância com as mudanças na economia, observa-se uma diferenciação interna do sistema social. O autor esclarece: “A diferenciação crescente da estrutura econômico-social manifesta-se no aparecimento e expansão das atividades econômicas não agrícolas⁵¹”.

A atividade cafeicultora acaba ressaltando a incompatibilidade entre a possibilidade de ampliação de lucros e a manutenção do trabalho escravo. O escravo era um investimento oneroso, segundo a visão do autor. O progresso econômico-social passa a depender da eliminação do trabalhador da esfera da produção. A imigração e a abolição aceleraram a dinâmica de setores não agrícolas da economia (as atividades artesanais e fabris). “Essa situação facilitava e incentivava a criação do mercado de mão de obra baseado no trabalho livre.”⁵²

Essa situação de antagonismo, que irá ultrapassar o plano econômico e aparecer no plano ideológico, encontra seu pano de fundo na cidade, pois com o crescimento dos setores urbanos e das cidades em si, formam-se grupos sociais não

⁴⁹ IANNI, Octavio. *Raças e Classes no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987, p 12. Grifo meu

⁵⁰ IANNI, Octavio. Op. Cit. p. 14

⁵¹ Ibid. Ibidem. 16.

⁵² Ibid. Ibidem. p. 17

identificados com a agricultura e nem com a escravidão. Para o autor: “Os valores culturais do ambiente urbano, influenciados pelo padrão europeu, põem em evidência aquela incompatibilidade. Por isso é que a campanha abolicionista se fez na cidade.”⁵³

Ianni reforça esse caráter contraditório entre a cidade e o campo: “(...) a contradição entre liberdade e escravidão manifesta-se quando aparece também a contradição entre a *cidade* e o *campo*, entre civilização agrária e a civilização urbana.”⁵⁴

A interpretação de Ianni, a respeito das transformações econômico-sociais do Brasil a partir da segunda metade do século XIX, trata, como podemos observar, das contradições que dão a tônica do processo histórico no Brasil neste período. Claramente o autor defende a visão de uma contradição entre liberdade e escravidão, e o antagonismo entre cidade e campo e tais contradições evidenciam a mudança de uma economia agrária para gradativamente uma economia industrial no país.

Gilberto Freyre a respeito dos antagonismos entre a cidade e o campo, afirma que desde o século XVII já estava presente os elementos da contradição entre o que denomina de “cidades coloniais” e as “casas-grandes das fazendas.” Salienta a existência de uma nova classe já durante o século XVIII: “(...) burgueses e negociantes ricos querendo quebrar o exclusivismo das famílias privilegiadas de donos simplesmente de terras (...)”⁵⁵.

Freyre afirma que com o crescimento de atividades não apenas agrícolas e o conseqüente crescimento das cidades ocorre o enfraquecimento da aristocracia rural. E complementa:

A política econômica da metrópole portuguesa que, a partir do século XVIII, foi a de deixar a grande lavoura um tanto de lado, colocando sob o seu melhor favor as cidades e os homens de comércio (...) Ou melhor: nos responsáveis pela sua orientação antes burguesa do que rural, antes capitalista do que feudalista, de governo.⁵⁶

⁵³ IANNI, Octavio. *Raças e Classes no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987, p. 19

⁵⁴ IANNI, Octavio. *Op. Cit.* 1987, p. 19.

⁵⁵ FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, 1981, p. 8

⁵⁶ FREYRE, Gilberto. *Op. Cit.* 1981, p.16-17

Flávio Gomes, em *Além de Senzalas e Fábricas*⁵⁷ critica a visão exposta acima por Octávio Ianni e Gilberto Freyre ao ressaltar a necessidade de se escrever uma história do trabalho não apenas pautada numa classe trabalhadora exclusivamente branca, fabril e de origem europeia. Gomes acredita que: “(...) é hora de reaver a trama entre migrantes ‘longe da modernidade’ e aqueles que viveram o ‘atraso’ da escravidão.”⁵⁸

A dicotomia entre o mundo da escravidão e o mundo do trabalho livre, está presente na historiografia brasileira, principalmente na obra de pesquisadores vinculados a uma perspectiva de análise que segue o modelo estruturalista de abordagem, dentre eles alguns marxistas, como o citado Octávio Ianni. Neste sentido a ordem antiga, a do trabalho livre era analisada como atrasada e em contradição com o processo de formação da nova sociedade, pautada no trabalho livre.

Para Flávio Gomes, mesmo a história social do trabalho seguiu durante algum tempo este modelo bifronte, onde não se abordava a transição do trabalho escravo para o trabalho livre ou se deixava em segundo plano o estudo do papel de africanos, crioulos, escravos e libertos na formação da classe trabalhadora brasileira. A participação destes grupos era estudada em termos cronológicos culminando na chegada dos imigrantes italianos nas fazendas de café.

No caso específico da história do Amazonas ocorre uma vinculação direta entre a modernização e crescimento de Manaus no final do século XIX e primeiras décadas do XX devido ao crescimento da economia da borracha. A partir deste pano de fundo é que se vinculam a experiência dos trabalhadores, dando pouco espaço para as relações de racialização e mestiçagem nestas abordagens.

Henrique Lima⁵⁹, afirma que nas sociedades escravistas do século XIX, liberdade e escravidão eram conceitos, sobretudo jurídicos, vinculados a ideia de propriedade. Termos como trabalho livre e trabalho escravo, na visão do autor, não podem ser vinculados automaticamente aos primeiros, sob o risco de se compreender esta sociedade a partir de um ponto de vista evolucionista. Lima busca problematizar e criticar a ideia de uma possível existência de uma transição entre o

⁵⁷ GOMES, Flávio & NEGRO, Antonio Luigi. *Além de Senzalas e Fábricas. Uma história social do trabalho*. Tempo Social, vol. 18, n. 1. p. 217

⁵⁸ GOMES, Flávio & NEGRO, Antonio Luigi. Op. Cit. p. 218.

⁵⁹ LIMA, Henrique Espada. *Sob o Domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX*. Topoi, v. 6, n. 11, jul – dez. 2005, p. 299.

trabalho escravo e o trabalho livre. Sidney Chalhoub na obra *Visões da Liberdade* deixa claro, já na introdução de sua obra as dificuldades existentes na utilização do conceito de transição pautado nos modos-de-produção. Propõe o uso do conceito de cultura, e suas múltiplas visões, dentro de uma concepção de história social.

A respeito deste período Henrique Lima refere-se a análise de Sílvia Lara, onde a autora afirma que a tradição historiográfica que discutia a transição do trabalho escravo para o trabalho livre justificava a invisibilidade da presença dos ex-escravos na história dos trabalhadores no Brasil pós-emancipação, a partir de uma lógica evolucionista, que definia a marca das relações de trabalho escravistas incompatível com as regras da nova sociedade que era baseada no trabalho livre.

A substituição da forma de trabalho escrava pela livre, dentro desta visão historiográfica, implicaria a substituição física dos antigos escravos pelos imigrantes europeus. Os ex-escravos também formaram a chamada “classe operária”.

As experiências de resistência ao cativo começam a ser consideradas na formação cultural e política do movimento operário brasileiro, especialmente quando se trata das chamadas irmandades religiosas, dos fundos de emancipação e da solidariedade que deram tais instituições escravas.

Os dois autores chamam a atenção no fato de que trabalho livre e trabalho escravo, além de conviverem desde o período colonial, trata-se de experiências históricas não se podendo absolutizá-las como categorias analíticas.

1.3 Trabalhadores no Amazonas

A chamada História Social do Trabalho produziu no Amazonas, durante a década de 1990 e 2000 algumas obras que tratam da experiência dos trabalhadores na cidade de Manaus⁶⁰. Tais obras tem por características fundamentais, o recorte

⁶⁰ A respeito do crescimento urbano de Manaus, na expansão da economia da Borracha e sobre o mundo do trabalho citemos: Cf. COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 1997; Cf. DIAS Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto, Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999; Cf. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2001; Cf. PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha – Mostra Expositiva*. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, Maio/Julho de 2004; Cf. PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. *Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920*. In: Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em

cronológico (final do século XIX e primeiras décadas do século XX), uma vinculação das experiências dos trabalhadores ao crescimento da cidade (expansão da economia da borracha o *boom*)⁶¹, urbanização e disciplinamento destes espaços a partir da *Belle Époque*) além de teoricamente serem bastante influenciadas pela já citada historiografia social britânica. Entretanto, apesar dos esforços de tais trabalhos (dissertações, teses e artigos) pouco avançaram no sentido de compreender o processo de racialização e mestiçagem presente entre os trabalhadores na sociedade amazonense, seja no período provincial, seja nos primeiros anos da República. Alguns trabalhos citam meramente os trabalhadores como mestiços, concluindo pelo caráter multiétnico da população do Amazonas.

Um desconcertante silêncio marca o papel dos trabalhadores na construção da dinâmica social da cidade de acordo com Luís Pinheiro. A história de Manaus tem sido contada de diversas formas, porém os trabalhadores são: “Anônimos, (...) vagavam por uma cidade que, desejando mostrar-se opulenta e moderna não os ouvia, nem os queria ver na cena pública, além de não lhes assegurar quaisquer direitos.”⁶²

Maria Luísa Pinheiro afirma a existência de uma mudança no espaço urbano de Manaus a partir do desenvolvimento da produção extrativa da borracha, fato que permitiu uma mudança estrutural na cidade, no final do século XIX⁶³.

A respeito da mudança estrutural ocorrida a partir do processo de desenvolvimento em decorrência da atividade gomífera, em Manaus, Maria Luísa Pinheiro afirma:

Nossas pesquisas têm buscado acompanhar outras trajetórias ainda pouco exploradas na escrita da História Amazonense. **Neste sentido, temos tentado iluminar experiências sociais concretas, do amplo e diversificado contingente de trabalhadores** que se formou na cidade durante a República Velha. Trata-se, portanto, de

História da Universidade Federal do Amazonas, vol 1, nº 1 Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007

⁶¹ A respeito da expansão da economia gomífera Cf. WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.

⁶² PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha – Mostra Expositiva. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, Maio/Julho de 2004. p. 2.*

⁶³ PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. *Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920*. Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007, p. 61.

acompanhar a vivência de pessoas comuns que, embora não tenham tido experiências *glamourosas* ou repleta de fascínios na Belle Époque Manauara, foram, todavia, ao lado dos extratores do Látex, os esteios sobre os quais se assentou a sociedade extrativista⁶⁴

A trajetória das pessoas comuns, a partir da análise das experiências sociais concretas do que Maria Luísa Pinheiro classifica como: amplo e diversificado contingente de trabalhadores, que contribuíram para o crescimento econômico no período da *Belle Époque* nos permite afirmar que o tema da cidade tem sido referência constante enquanto o tema trabalho é pouco mencionado. Devido a isso buscamos o enfoque na experiência dos trabalhadores vinculados ao crescimento do espaço urbano, justamente nas últimas décadas do século XIX.

A economia da borracha fez crescer a quantidade de imigrantes que se direcionaram para Manaus, que se transformou ainda mais em entreposto comercial de Belém (tal processo se iniciou ainda na década de 1840, com o crescimento da cidade de Manaus do ponto de vista demográfico e econômico). Manaus servia como porta de entrada de novos grupos, sejam de imigrantes nordestinos, sejam de comerciantes que entravam em contato direto no espaço da cidade, seja com escravos, ex-escravos, índios e mestiços que por aqui já estavam, além de uma gama de viajantes, comerciantes e negociantes brancos que grassavam pela cidade.

Analisando as obras de história regional observa-se que o elemento humano, que segundo Maria Luísa Pinheiro dá sentido à experiência urbana desaparece das narrativas em favor do fator arquitetônico. O fator humano seria posto em segundo plano. Nas palavras da autora:

Essa rápida inflexão ao mundo do trabalho em Manaus, parte do pressuposto de que o processo de urbanização, se entendido apenas como a dinâmica da construção do que hoje é entendido como o patrimônio arquitetônico é extremamente restritivo e **remete para uma narrativa de história urbana desencarnada e muito mais afeita a arquitetos que a historiadores.** É assim a memória historiográfica construída sobre Manaus. Trata-se essencialmente, do entendimento da história urbana como a narrativa das transformações materiais, da expansão física do sítio urbano, das edificações e dos investimentos em infra-estrutura (...)⁶⁵

⁶⁴PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. *Op. cit.*, p. 61.

⁶⁵ PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. *Op. cit.*, p. 69

Em relação ao mundo do trabalho, nas obras que analisam o assunto no Amazonas ainda nota-se uma vinculação a uma abordagem do tema trabalho como estritamente ligado à cidade, e à fábrica, no caso de Manaus. Ligada à primeira expansão econômica da borracha, onde ocorre um crescente processo de urbanização. Se a respeito das experiências das pessoas comuns, dos trabalhadores há o silenciamento, ocorre também o ocultamento do processo de racialização e mestiçagem entre esses trabalhadores. Geralmente os trabalhadores aparecem classificados ou nomeados genericamente, como ribeirinhos, caboclos, mestiços, traço que apaga a identidade do homem amazônico.

Sob nosso entendimento a sociedade amazonense do século XIX é uma sociedade de caráter multiétnico, onde nota-se a partir das fontes um forte *cruzamento* de brancos, índios, negros e seus tipos, sejam libertos ou escravos, além da clara mescla cultural destes indivíduos, na medida em que compreendemos a mestiçagem não apenas como mera mescla biológica, se dá também na perspectiva cultural.

Temos uma cidade multiétnica em franco processo de expansão econômica e urbanística, ou seja, formulando políticas voltadas à organização do trabalho e do espaço urbano e que sofre também um incremento populacional significativo. Há, como evidenciam-se a partir das fontes oficiais, por parte das autoridades públicas e elites políticas, um esforço de 'racializar' estes trabalhadores, na medida em que tanto nos jornais, quanto em fontes oficiais do Estado afirma-se a necessidade de mais mão-de-obra para as obras públicas e se aludem a índios, escravos, africanos livres e mestiços (como tapuias) como trabalhadores presentes na Província do Amazonas.

A formação de um corpo de trabalhadores nos primeiros anos da república na cidade de Manaus é analisada pela obra de Francisca Deusa Costa, *Quando viver ameaça a ordem urbana: trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915* onde a autora problematiza a respeito das experiências dos trabalhadores urbanos na cidade de Manaus no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Destaca-se em sua obra elementos como a presença cotidiana e experiências de

classes trabalhadoras na cidade, a partir de uma ótica “thompsoniana” de classe, economia moral⁶⁶ etc.

Mais uma vez as experiências da classe trabalhadora e sua presença cotidiana é vinculada ao espaço urbano, onde, conforme assinala a autora, a cidade é: “(...) **espaço conflitivo e cosmopolita comportava trabalhadores das mais variadas nacionalidades.**”⁶⁷ O ambiente urbano que se tornava Manaus durante a segunda metade do século XIX, encontrava-se abarrotado por comerciantes e proprietários brancos (estrangeiros ou nacionais), trabalhadores e viajantes estrangeiros das mais diferentes origens étnicas, sociais e culturais. Faltam, sob nosso entendimento, estudos que ressaltem esse processo de mestiçagem étnica e cultural destes grupos que como vimos estavam presentes na cidade de Manaus.

Francisca Deusa Costa reforça a ideia de uma sociedade amazonense marcada pela miscigenação:

(...) desde o período provincial anseio do poder público era ver o Amazonas povoado por uma população de origem estrangeira. **A população indígena nativa e o elemento resultante do processo de miscigenação racial entre os povos das mais variadas nações indígenas, o colonizador português e o negro, isto é mestiços,** eram visualizados de forma negativa na tradição de uma herança perversa do colonialismo europeu.⁶⁸

É no espaço da cidade, a autora ressalta que os sujeitos sociais, no caso os trabalhadores, vivenciam suas experiências políticas e partilham do viver deste espaço onde a dinâmica social é marcada pela miscigenação étnica e cultural. Dado que reforça nossa possibilidade de análise das fontes que utilizaremos em nossa pesquisa.

Para embasar sua abordagem a respeito dos trabalhadores, a obra de Deusa Costa recorre a Thompson quando este se refere à classe enquanto experiência histórica. Entende a relação histórica entre os diversos grupos de

⁶⁶ A respeito da concepção do conceito de Classe de E. P. Thompson conferir Nota 32 e 33. Sobre o conceito de economia Moral, o autor afirma que esta economia moral "supunha noções definidas, e apaixonadamente bem defendidas, do bem-estar comum". Cf. THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII; Economia moral revisitada*. In: *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 152.

⁶⁷ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999, p. 29

⁶⁸ Idem. p. 35. Grifo meu

trabalhadores existentes na sociedade amazonense como uma relação ou o que denomina de *engendramento das classes*. Ressalte-se que os trabalhadores, no final do século XIX, formavam um grupo amplo e diversificado de pessoas. Por conta dessa característica nos apropriamos da concepção de Thompson, conforme já ressaltamos anteriormente, a respeito do conceito de classe, onde o autor afirma que esta não é uma categoria ou uma estrutura, mas um permanente fazer-se, por conta de seu caráter histórico e dinâmico.

Outro elemento que reforça a ideia de uma sociedade multiétnica, está presente na obra de Deusa Costa, onde a autora afirma que Manaus a partir de 1870 se tornou porta de entrada para o contingente humano que imigrou para a região, por conta do já mencionado ciclo de expansão econômico da borracha. Esta entrada de novos imigrantes, na visão da autora, transfigurou física e demograficamente a cidade de Manaus.⁶⁹ Com o início da expansão da extração da borracha muitos imigrantes nordestinos em sua maioria vieram para a região e com isso se mesclaram aos grupos já existentes na Amazônia.

As experiências dos trabalhadores são o foco da historiadora Maria Luísa Pinheiro. Propõe um olhar crítico da História Regional, abordando os processos sociais vinculados ao chamado “*boom da economia da borracha*”, procurando renovar a visão a respeito da modernização do espaço urbano existente no discurso disciplinador e higienizador, dos usos dos espaços e modos de viver no período da *Belle Époque* na cidade de Manaus. Dialoga com uma série de obras da chamada História Social do Trabalho e da Cidade, com objetivo de problematizar a história dos estivadores, incorporando em sua análise a categoria de cultura.

Apesar do avanço nas pesquisas nas últimas décadas sobre o mundo do Trabalho, o pensamento social sobre a Amazônia foi significativamente influenciado pela tradição da visão construída pelos naturalistas e conquistadores da região. Conforme assinala Luís Balkar Pinheiro: “(...) é possível ver as marcas de uma escrita historiográfica regional colonizada, que reforça preconceitos e estereótipos, enquanto silencia sobre tantos outros processos e sujeitos sociais”⁷⁰

⁶⁹ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999, p. 31.

⁷⁰ PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Na contramão da história: mundos do trabalho na cidade da borracha (Manaus, 1920-1945)*. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em*

A Amazônia tem sido vista como espaço desumanizado e vazio de cultura, fato atribuído aos discursos presentes sobre a região desde os primeiros naturalistas que viajaram pela área. A construção deste discurso, ou ideário em relação à Amazônia influenciou significativamente a intelectualidade brasileira.

O discurso produzido pelos viajantes naturalistas que visitaram a região amazônica durante o século XIX, de acordo com Hideraldo Costa, forja um processo que o autor denomina de “perversão da memória”, principalmente na forma de como a população amazônica é revelada ao mundo. O discurso científico dos viajantes naturalistas se constrói de maneira negativa na medida em que ressalta a impossibilidade de se construir o progresso ou uma civilização nos trópicos. Tal construção de caráter negativo em relação à população da região se dá, por conta dos viajantes naturalistas que visitaram a Amazônia durante o século XIX, basearem suas observações na visão de mundo deles, ou seja, eurocêntrica e pautada numa idéia específica de modernidade.⁷¹

Francisca Deusa Costa reforça a ideia da existência de uma negatividade a respeito do homem amazônico presente na obra dos viajantes naturalistas, pois estes: “Ao pensarem o ‘elemento humano’ dessa maneira, nos levam a concluir que **julgavam natureza amazônica uma obra pronta e acabada**, enquanto o homem amazônico não era sequer digno de explorá-la (...)”⁷².

Nosso interesse em discutir a respeito do chamado *Mundo do trabalho*, enfocando as experiências dos trabalhadores e trabalhadoras do Amazonas na época Imperial, surgiu a partir do contato de dois tipos de fontes diferenciadas. As chamadas fontes documentais de caráter oficial, produzidos pelo poder público no século XIX e da leitura dos jornais do período, enquanto contraponto ao discurso oficial. Aparece mesmo que de maneira esparsa as experiências dos trabalhadores, muitas vezes de maneira indireta.

É provável que essa leitura dos viajantes (pessimista em relação ao “homem amazônico”) se reflita (ou seja possível de ser verificada) na visão de mundo dos

História da Universidade Federal do Amazonas, vol 1, nº 1 (2007). Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007 A p. 12

⁷¹ COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Quando viver ameaça a ordem urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*. Dissertação (Mestrado em História Social), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999, p. 35.

⁷² COSTA, Hideraldo Lima apud COSTA, Francisca Deusa Sena da. *Op. Cit.* P. 36

funcionários do poder público, autoridades, elites letradas, e etc, do século XIX. Essa visão de mundo, é de se esperar, está pautada por conceitos raciais.

1.4 O Espetáculo da Raça e da Mestiçagem

1.4.1 Raça e Cidadania: A construção social da cor no século XIX.

Durante o século XIX as teorias raciais ganham espaço no meio científico e a argumentação biologizante permite naturalizar desigualdades sociais. Hebe Mattos afirma que o conceito de raça é uma construção deste período, o que permite a 'racialização' da justificativa da escravidão americana. Para a autora:

A noção de raça é assim uma construção social do século XIX, estreitamente ligada, no continente americano, às contradições entre os direitos civis e políticos inerentes à cidadania estabelecida pelos novos estados liberais e o longo processo de abolição do cativo.⁷³

Cria-se, de acordo com Hebe Mattos, a visão de que alguns grupos eram racialmente inferiores e a partir daí justifica-se a restrição destes grupos aos direitos civis e a cidadania. A legitimação da escravidão moderna não se faz em bases raciais o que não implica considerar que estigmas e distinções apoiados na ascendência deixassem de existir nas sociedades do antigo regime e principalmente no Império Português.

Hebe Mattos afirma que o estatuto da pureza de sangue em Portugal limitava o acesso a cargos públicos, eclesiásticos e títulos honoríficos aos cristãos velhos o que excluía descendentes de mouros e judeus, a partir das Ordenações Afonsinas (1446-47). Com as chamadas Ordenações Filipinas (1603) seriam acrescentadas à lista de exclusões os negros e mulatos. Apenas em 1776 com o Marquês de Pombal seriam revogadas as restrições para judeus, mouros e indígenas ao acesso a determinados privilégios e honras exclusivos dos súditos do Império. Em relação aos descendentes de africanos, só seriam rompidas tais

⁷³ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004. p 12

restrições com o estabelecimento da Constituição de 1824, que definiu pela primeira vez os direitos de cidadania no Brasil.⁷⁴

O mencionado estatuto de pureza de sangue possuía para Hebe Mattos uma base religiosa, porém construía uma estigmatização baseada na ascendência “proto-racial” que era usada não para justificar a escravidão, mas para garantir os privilégios e honras da nobreza, formada pelos cristãos velhos e livres. Para a autora, o Império Português entendia como desígnio divino as hierarquias sociais, sendo a pureza de sangue um dos elementos que garantiam o lugar social dos cristãos velhos no Império. Fazer parte do Império era tornar-se católico através do batismo, e nesse sentido a escravidão dos bárbaros era aceita como um dos caminhos para servir ao rei e a verdadeira fé. Tal concepção validava tanto a escravidão africana quanto a indígena, que para os últimos era legalizada a partir das guerras justas.⁷⁵

Há uma forte associação entre a diáspora africana e a escravidão americana, fato que segundo Hebe Mattos obscureceu o “caráter não racial da origem da instituição”. A importância da escravidão indígena para a América Portuguesa até o século XVIII, associa-se ao contínuo crescimento de uma população livre e de ascendência africana no mesmo período. É sobre essa população que recai o que Mattos denomina de “mancha de sangue”.⁷⁶

A Constituição de 1824 marca de acordo com a autora, o complexo jogo classificatório e identitário no Brasil, pois fruto da decisão de emancipação política, faz surgir o “brasileiro”, fruto do contraste de dois estrangeiros cotidianos: o português e o africano.⁷⁷

A Constituição de 1824⁷⁸ naturalizou todos os nascidos em Portugal e que permaneceram no Brasil após a independência, de maneira que, como atesta Hebe Mattos, durante as primeiras décadas do Primeiro Reinado, brasileiros e portugueses foram identidades intercambiáveis e carregadas de conteúdos políticos.

⁷⁴ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004. p 14

⁷⁵ MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit. 2004. p 15

⁷⁶ MATTOS, Hebe Maria. Op. Cit. 2004. p 15

⁷⁷ MATTOS, Hebe Maria. Ibid. 2004. p 18

⁷⁸ A Constituição Imperial de 1824, como afirma Hebe Mattos: “revogando finalmente o dispositivo colonial da ‘mancha de sangue’ reconheceu os direitos civis de todos os cidadãos brasileiros, diferenciando-os, apenas, do ponto de vista dos direitos políticos, em função de suas posses”. Cf. MATTOS, Hebe Maria. *Op. Cit.* 2004. p 21.

Já nos primeiros anos do período regencial ocorre a proliferação de pasquins exaltados que lutavam pela igualdade de direitos entre os cidadãos, independente da cor, como garantia a constituição. Os nomes dos jornais eram sugestivos: *O Homem de Cor*, *O Brasileiro Pardo*, *O Mulato*, *O Cabrito*.⁷⁹

A manutenção da escravidão e a restrição aos direitos civis e políticos aos libertos tornava-se uma questão crucial na vida de amplas camadas de populações urbanas e rurais do período. A autora afirma que apesar da igualdade de direitos civis entre os brasileiros, os “não-brancos” continuavam a ter mesmo direitos básicos negados, como o direito de ir e vir que dependia do reconhecimento costumeiro da condição de liberdade do indivíduo. Se confundido com cativo ou liberto o indivíduo estaria sob suspeita de ser escravo fugido, sujeito então a perseguição e todo o aparato arbitrário usado na captura dos fugitivos, caso não apresentasse sua carta de alforria.⁸⁰

A marca da discriminação herdada do Império Português, para Hebe Mattos, residia no fato de que a igualdade entre os cidadãos reivindicada pelas populações livres “de cor” implicava no “silenciamento sobre sua própria cor”⁸¹. Este silenciamento de acordo com a autora, se fazia de maneira politizada. A simples alusão da categoria cor nas primeiras experiências de recenseamento no Império gerou, de acordo com Hebe Mattos, protestos generalizados.

1.4.2 – O espetáculo da mestiçagem

Rangel Netto⁸² afirma que a mestiçagem do ponto de vista populacional é um fenômeno mundial que nos remete a tempos longínquos. Dificilmente, segundo o autor, uma sociedade escaparia a este processo, pois não existe cultura, sociedade ou indivíduo biológico de origem pura ou estática.

⁷⁹ MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004. p 21

⁸⁰ MATTOS, Hebe Maria. Op.Cit. 2004. p 21

⁸¹ MATTOS, Hebe Maria. Op.Cit. 2004. p 21

⁸² NETTO, Rangel Cerceau. *População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais. (séculos XVIII e XIX)*. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

Para Serge Gruzinski, o termo cultura precisa ser repensado para que se possa compreender o processo da mestiçagem: ‘(...) todas as culturas são híbridas (...) e as misturas datam das origens da história do homem.’⁸³

Para Netto a palavra mestiçagem vem do adjetivo latino *mixticius* que significa aquele que nasceu da mistura entre diferentes. Cita Gruzinski para referendar que o termo mestiçagem dá margem a confusões, pois geralmente recupera uniões biológicas e cruzamentos culturais.

Diversos trabalhos⁸⁴ se debruçam a respeito do debate racial ocorrido no Brasil no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. A principal característica de tais obras consiste no fato de que elas analisam o debate racial do período enfocando tanto os problemas da possibilidade da construção de uma nação civilizada nos trópicos quanto o fato do Brasil ser constituído em sua grande maioria por negros e mestiços.⁸⁵

Para Kabengele Munanga, ao se analisar o discurso do que o autor classifica como “elite intelectual brasileira”, no final do século XIX e primeiras décadas do XX, observa-se a construção de um modelo racista “universalista” que nega absolutamente as diferenças. Surge nesse sentido um ideal implícito de homogeneização que deveria se realizar pela miscigenação tanto física quanto cultural. O autor esclarece seu ponto de vista, ressaltando sua visão sob a mestiçagem: “Por isso, a mestiçagem como etapa transitória no processo de branqueamento constitui peça central da ideologia racial brasileira (...)”⁸⁶

Munanga afirma que o modelo racista defendido pela elite brasileira é diferente da ideologia racial praticada nos Estados Unidos, pois neste país procurou-se assegurar a supremacia racial branca a partir de um sistema segregacionista.

⁸³ GRUZINSKI apud NETTO. *Op. Cit.* 2010. P. 167

⁸⁴ Nos referimos principalmente as obras SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995 e MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Vozes, 1999. Em certa medida estes autores estão presentes ao longo das discussões desta dissertação.

⁸⁵ COSTA, Sérgio. *A mestiçagem e seus contrários - Etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo*. Tempo Social. S. Paulo, **13**(1), maio de 2001, p. 143-158.

⁸⁶ MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem e identidade afro-brasileira*. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). *Cadernos PENESB 1 – relações raciais e educação: alguns determinantes*. Niterói: UFF, Intertexto, 1999, p. 09

O racismo universalista, de acordo com Munanga, não se opôs ao processo de mestiçagem e também, pelo menos em teoria, não desenvolveu uma mixofobia. A miscigenação oferecia um caminho para afastar as diferenças das raças e principalmente afastar a influência da cultura negra na sociedade.⁸⁷

Munanga afirma que a elite brasileira constrói o debate em torno da identidade nacional a partir de um modelo dominante de racismo:

A elite “pensante” do Brasil foi muito coerente com a ideologia dominante do racismo vigente, ao encaminhar o debate em torno da identidade nacional, cujo elemento de mestiçagem oferecia teoricamente o caminho. Se a unidade racial procurada não foi alcançada, como demonstra hoje a diversidade cromática, essa elite, não deixa de recuperar essa unidade perdida, recorrendo novamente à mestiçagem e ao sincretismo cultural. De fato, o que está por trás da expressão popularmente tantas vezes repetida: “no Brasil todo mundo é mestiço”, senão a busca da unidade nacional racial e cultural? (...).⁸⁸

No Brasil, de acordo com Munanga,⁸⁹ a classificação racial do mestiço está ligada mais as marcas e cor da pele (classificação cromática) do que na origem e no sangue como em outros países (Estados Unidos e África do Sul, por exemplo). Afirma ainda que dependendo do grau de miscigenação, o mestiço brasileiro pode “atravessar a linha ou fronteira de cor” e se reclassificar na categoria cromática como “branco”. Raramente conforme assinala o autor, ocorre um “rebaixamento” uma classificação como “negro”, salvo raras exceções.

A miscigenação étnica e cultural são problemáticas afins (embora não sejam idênticas) e que estão em evidência na historiografia ocidental.⁹⁰ A problemática da mescla cultural, de acordo com Ronaldo Vainfas está presente no Brasil desde os começos da chamada historiografia nacional. Apareceu pela primeira vez com a obra vencedora de um concurso promovido e idealizado pelo recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. O viajante naturalista Karl von Martius,

⁸⁷ MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem e identidade afro-brasileira*. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). Cadernos PENESB 1 – relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: UFF, Intertexto, 1999, p. 13

⁸⁸ MUNANGA, Kabengele. Op. Cit. 1999, p. 13

⁸⁹ Ibid. Ibidem, p. 14

⁹⁰ VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999.

elaborou o trabalho vencedor do concurso sob o título *Como se deve escrever a história do Brasil*.⁹¹

Na obra de Martius está lançando as bases das teorias raciais. Botânico por formação pensava a mescla física e cultural do mesmo modo como se analisava o cruzamento de plantas e animais. Segundo Vainfas:

Martius afirmou que a chave para se compreender a história brasileira residia no estudo do cruzamento das três raças formadoras de nossa nacionalidade – a branca, a indígena, a negra –, esboçando a questão da mescla cultural sem contudo desenvolvê-la.⁹²

A ideia de mestiçagem conforme assinala Lilia Schwarcz⁹³ vincula-se a formação de uma identidade nacional a partir do processo de emancipação política em 1822. Três instituições seriam responsáveis pela consolidação de uma identidade nacional: as faculdades de Medicina, Faculdades de Direito e o então criado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Lilia Schwarcz ressalta que é o biólogo alemão o fundador do mito das três raças que passa a ser utilizado como base de compreensão da formação da identidade nacional e da própria história do Brasil. Segundo a autora:

Desde então a idéia da miscigenação passou por diferentes interpretações: como mácula, como um laboratório racial, mestiçagem na alma e como mestiçagem que branqueia, a apropriação nacional da mestiçagem etc. Enfim, a antiga fábula das três raças sempre foi um curinga para a representação da mestiçagem nacional. Uma mestiçagem que, de romântica se transforma em biológica e degenerada, para virar símbolo de cultura nacional, ícone do Estado nos anos 30, exemplo para o mundo na década de 50, e associar-se à malandragem.

(...) O mestiço surge, dessa maneira, constantemente reinvestido como espaço da ambigüidade, suporte de representações⁹⁴

Munanga afirma que o projeto de branqueamento era sustentado pela elite intelectual como possibilidade de solução das mazelas sociais existentes no Brasil. Construiu-se de acordo com o autor: “(...) a crença no aniquilamento do contingente

⁹¹ VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999, p. 2

⁹² VAINFAS, Ronaldo. Op. Cit. 1999, p. 2

⁹³ SCHWARCZ, Lilia. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

⁹⁴ SCHWARCZ, Lilia. Op. Cit. 1995, p. 60-61

negro, por um lado, e no branqueamento completo (pelo menos fenotipicamente) de toda a população brasileira”⁹⁵.

No final do século XIX o Brasil era descrito como uma imensa nação mestiça, representando um caso extremo e singular.⁹⁶ De acordo com Lilia Schwarcz, a imagem que se tinha do Brasil era de uma nação mestiça. Aliás, o Brasil, para a autora era o “país dos naturalistas”. Recorre a Louis Agassiz para demonstrar qual a imagem existente sobre o Brasil para os naturalistas naquele período:

‘(...) que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendida filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental’⁹⁷

O Conde Arthur de Gobineau dedicou-se a tentar compreender a questão racial. Em sua passagem pelo Brasil, este observou: “Trata-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia.”⁹⁸

No século XIX, destaca-se a obra de Francisco Adolpho de Varnhagen, que de acordo com Vainfas produziu obra factual sobre a história do Brasil. A marca da obra de Varnhagen era o estilo historicista, factual com vasta documentação, porém de caráter apologético aos lusitanos.

O autor afirma que a produção de Varnhagen era:

História branca, elitista e imperial que, se deu contribuição surpreendente ao informar sobre os costumes e crenças dos tupis, chamou-os quase sempre de bárbaros e selvagens e praticamente silenciou sobre os negros. Com Varnhagen, a ‘miscigenação’ permaneceu oculta, seja racial, étnica ou cultural.⁹⁹

⁹⁵ MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem e identidade afro-brasileira*. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). Cadernos PENESB 1 – relações raciais e educação: alguns determinantes. Niterói: UFF, Intertexto, 1999, p. 10

⁹⁶ Tal afirmação encontra-se no artigo SCHWARCZ, Lilia. *Espetáculo da miscigenação*. Estudos avançados, n. 8, vol. 20, 1994 p. 137 - 152

⁹⁷ SCHWARCZ, Lilia. *Espetáculo da miscigenação*. Estudos avançados, n. 8, vol. 20, 1994 p. 137.

⁹⁸ Ibidem.

⁹⁹ VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999, p. 3

Capistrano de Abreu se destaca como grande historiador na virada do século XIX para o XX, de acordo com Vainfas, por inovar em diversos aspectos a respeito da interpretação da história do Brasil. Em *Capítulos de história colonial*, inicia sua obra com o que denominou de “Antecedentes indígenas” no lugar do descobrimento. Vainfas a respeito da obra de Abreu afirma:

Com Capistrano de Abreu, deu-se verdadeiro deslocamento do objeto de investigação, que em Varnhagen era a *colonização portuguesa*, suas instituições e motivações e nos *Capítulos* passou a ser a *colônia*, (...).No entanto, no tocante ao tema da miscigenação, que *von Martius* apontara como chave para se compreender o Brasil, Capistrano avançou muito pouco. Entre seus raros comentários sobre o assunto, reiterou estereótipos sobre negros e mestiços, relacionando o primeiro às “danças lascivas” que alegravam o cotidiano da colônia (a compensar “o português taciturno e o índio sorumbático”) e vendo os mulatos como indóceis e rixentos (...)¹⁰⁰

Como podemos observar, baseando-nos em Vainfas, Capistrano de Abreu se revelou próximo a uma raciologia cientificista produzida na Europa naquele momento e assimilada pela intelectualidade brasileira, na qual a mestiçagem era um perigo para a existência de uma civilização. Segundo o autor: “A mesma raciologia que inspirava intelectuais do porte de Nina Rodrigues, Euclides da Cunha, Silvio Romero, Mello Moraes, Oliveira Vianna e outros que, como já se disse certa vez, eram ‘racistas por ofício’”.

Em *Retrato do Brasil*, publicado em 1928, Paulo Prado afirma que o problema racial no Brasil não residia no negro, mas na miscigenação. Observa uma arianização do brasileiro, o que faria desaparecer por completo o negro. Mesmo assim Paulo Prado reconhecia o valor do mestiço brasileiro, porém se questionava: ‘organismos tão indefesos contra doenças e vícios’, ‘se esse estado de cousas não provém do intenso cruzamento de raças e sub-raças’.¹⁰¹

Até o limiar dos anos de 1930, o que se poderia chamar de historiografia brasileira para Ronaldo Vainfas tratava, pois, a miscigenação, não como problema de investigação, mas como problema moral ou patológico que cabia resolver para o bem da Nação. Nas décadas 1930 e 1940 mudaria sensivelmente a maneira de lidar

¹⁰⁰ VAINFAS, Ronaldo. Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira. Tempo, n. 8, 1999, p. 3

¹⁰¹ Prado Paulo apud VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999.

com a miscigenação racial e cultural que Von Martius sugerira estudar havia quase cem anos.¹⁰²

A obra de Gilberto Freyre, *Casa Grande e Senzala*, analisa a questão da miscigenação racial, a partir do prisma da sexualidade. Ultrapassou o conceito de “raça” aceito amplamente naquele período e adotou o conceito de cultura. A adoção do conceito de cultura ao invés do de raça por parte de Freyre foi fruto de sua formação acadêmica nos Estados Unidos, influenciado pelo antropólogo Franz Boas, fato que permitiu o entrelaçamento de uma ideia de mestiçagem étnica e ao mesmo tempo cultural.¹⁰³

Ronaldo Vainfas alerta para a posição de Freyre quanto a uma ausência de preconceito racial entre os portugueses, ou a uma vocação lusitana para a miscigenação. Para Freyre as características mais evidentes dos portugueses eram a propensão a miscibilidade, adaptabilidade e mobilidade. Freyre valoriza em sua obra a fusão das três raças e a “interpenetração cultural” portuguesa, indígena e africana na formação do Brasil e do povo brasileiro, mesmo com uma certa preponderância (para Freyre) do elemento português por ter sido precursor da construção social e histórico-cultural do país.¹⁰⁴

A ideologia da mestiçagem encontrada em Gilberto Freyre, conforme Sandro Costa alerta, corroborou no plano político com a perspectiva estatal de mestiçagem defendida durante a Era Vargas. Para Sandro Costa, a ideologia da mestiçagem oferecia dentro dessa perspectiva respostas claras para a legitimação de uma ideia de estado e nação.¹⁰⁵

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda, deu uma significativa contribuição para a historiografia brasileira, em diversos aspectos. Avança de acordo com o autor, na problemática da miscigenação, e tende no seu conjunto a adotar a posição de Gilberto Freyre ao constatar uma possível ausência de orgulho de raça entre os portugueses, diferente de outros grupos europeus colonizadores. Holanda frisa em sua obra a “frouxidão” de preconceitos dos portugueses em relação aos

¹⁰² VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999

¹⁰³ VAINFAS, Ronaldo. *Op. Cit.* 1999, p. 6

¹⁰⁴ *Ibidem*, p. 6

¹⁰⁵ COSTA, Sérgio. *A mestiçagem e seus contrários - etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo*. Tempo Social, S. Paulo, 13(1), maio de 2001, p. 144

“povos de cor”. Apesar disso, e mesmo descrevendo alguns exemplos de mescla cultural, Holanda não se deteve a respeito do processo de mestiçagem. Insistiu no caráter lusitano transmigrado para o Brasil ressaltando a adaptabilidade como caráter mais significativo.¹⁰⁶

Com Caio Prado Jr. em *Formação Econômica do Brasil contemporâneo*, ocorre, como atesta Ronaldo Vainfas, ocorre a descrição da existência do racismo na sociedade brasileira, entretanto, a obra em si aponta para um processo de aviltamento e degradação de índios e negros por conta da escravidão existente no Brasil no período colonial, porém Caio Prado Jr. se aproxima do que Vainfas denomina de “raciologia científica” típica do século XIX.

A respeito da influencia da obra de Caio Prado na historiografia brasileira, Ronaldo Vainfas afirma:

É sabido, no entanto, que foi esta visão de Caio Prado que, direta ou indiretamente, prosperou na historiografia brasileira, mormente aquela dedicada ao estudo da escravidão e do negro no Brasil. Vemo-la nos estudos sobre a rebelião escrava dos anos de 1950-60, a exemplo de Clóvis Moura e de Décio Freitas, autores que concebem a escravidão como absolutamente reificadora do africano, que só readquire identidade e subjetividade na fuga e na revolta, isto é, negando a escravidão. Encontramos aquele mesmo ponto de vista nos estudos da chamada histórico-sociológica paulista publicados nas décadas de 1960 e 1970, em Florestan Fernandes e seus seguidores, todos concordes em afirmar que a escravidão reduzia o africano a um estado de completa anomia social.¹⁰⁷

A obra de Arthur Ramos aborda o estudo da mestiçagem e seus resultados no Brasil. Apresenta de maneira sintética em seus primeiros capítulos o que o autor classifica como elementos da formação da população do país: grupos não europeus (índios e negros) e um grupo europeu (português). Ao longo de sua obra Ramos aborda os elementos da mestiçagem analisando as ideias de diversos pensadores brasileiros a respeito do tema, finalizando com um capítulo a respeito de uma análise científica sobre mestiçagem no Brasil.

Para o autor os estudos sobre mestiçagem no Brasil ainda não haviam sido realizados com um rigoroso critério científico, entretanto o país contava com séculos

¹⁰⁶ VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999

¹⁰⁷ VAINFAS Ronaldo. Op. Cit. 1999, p. 7

de experiência empírica dos contatos de raças, que o autor atribuía a uma antiga tradição portuguesa.¹⁰⁸

No Brasil, afirma Arthur Ramos, nunca houve atitudes de restrições e discriminações ou proibições aos cruzamentos de raça, como ocorreu em determinadas áreas do *Novo Mundo*, portanto, para o autor:

Certas opiniões emitidas contra a mestiçagem (...) surgiram de círculos letrados ou cientistas que endossam os preconceitos de 'pureza' e 'impurezas' de raça enxergando os males da mestiçagem apregoados desde os 'lapougianos' de outrora até por certos retardatários de nossos dias.¹⁰⁹

Todos os contatos possíveis reafirma Arthur Ramos, se processaram no Brasil, tanto entre os grupos raciais originários como entre seus produtos derivados. Mais a frente define:

Assim do cruzamento de Branco com o Índio deu o *mameluco* ou *mamaluco*, também chamado caboclo em outros pontos do país. O Branco com o Negro deu o *mulato*. O cruzamento do Negro com o Índio passou a ser chamado *curiboca* ou *cafuso* (...) Ao resultado dos cruzamentos, nos quais não se puderam distinguir os grupos formadores, dá-se o nome geral de *pardos*, embora esta expressão se aplique também aos *mulatos*.¹¹⁰

Em se tratando do termo *mameluco*, Arthur Ramos recorre a Varnhagen e este afirma que o termo surge ainda na Espanha durante os séculos XV e XVI aplicado aos filhos de cristão e mulçumanos. Reitera que o termo local para o mestiço de branco e índio era *cariboca*. O autor lembra também que para este tipo de mestiçagem utiliza-se também a expressão *caboclo* na definição do tipo originário.¹¹¹

A respeito do mestiço de brancos e negros, o *mulato*, como reforça Arthur Ramos, o termo é uma antiga expressão europeia que indicava o cruzamento dos grupos mencionados. O produto do cruzamento de uma negra ou um negro com um

¹⁰⁸ RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2004. P. 65

¹⁰⁹ RAMOS, Arthur. *Op. Cit.* 2004, p. 65

¹¹⁰ Idem. *Ibidem*, p. 65.

¹¹¹ RAMOS, Arhur. *Op. Cit.* P. 66

indivíduo da raça branca originava o mulato, de acordo com o autor, a palavra era derivada do latim *mulus* (mula).¹¹²

Ao mestiço de negro com índio, Arthur Ramos afirma que existem diversas denominações a mais usual sendo o termo cafuso e suas variações. De acordo com o autor é um dos termos mais empregados para indicar a mestiçagem afro-ameríndia, ou o sub-cruzamento de mameluco com negro.¹¹³

A respeito dos pardos, Arthur Ramos afirma que este termo era utilizado para classificar os mestiços de modo geral, entretanto, destaca que em diversos pontos do país o termo pardo é utilizado como sinônimo de mulato.¹¹⁴

Estes termos, para Arthur Ramos:

Branços, Negros ou Pretos, Índios, Mulatos e Pardos são as denominações que estão em todas as classificações de tipos 'raciais' nos nossos cronistas e historiadores, bem como na própria obra de médicos e cientistas. Essas denominações estão também nas fichas usadas nos serviços públicos, sociais, médicos, estatísticos etc. Nos recenseamentos de 1872 a 1890, o mesmo critério foi adotado de aproveitamento dessas expressões populares, baseadas quase exclusivamente na cor da pele.¹¹⁵

Algumas tentativas científicas de classificação do que Arthur Ramos denomina de tipos étnicos no Brasil se basearam nesse tipo de terminologia. Cita a obra de Nina Rodrigues *Os mestiços no Brasil* de 1890, onde o autor propunha dividir a população brasileira em seis grupos: branco, negro, mulato, mameluco ou caboclo, cafuso e pardo. Em outra obra de Nina Rodrigues, *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil*, o autor tenta desenvolver um tipo de classificação quanto aos tipos de mestiços existentes no país, ideias já desenvolvidas na obra anterior (*Os mestiços no Brasil*).

Durante o século XX outra classificação dos tipos antropológicos foi proposta, segundo Arthur Ramos, por Oliveira Vianna que criticou inicialmente o critério utilizado pelos recenseamentos de 1872 e 1890, por estes se basearem exclusivamente na cor da pele.

¹¹² RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 67

¹¹³ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.67

¹¹⁴ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.68

¹¹⁵ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 69

Roquette-Pinto dá uma terminologia científica às expressões populares de classificação dos tipos antropológicos. Esta classificação foi logo utilizada por vários autores nacionais, mas não parece que haja alcançado os fins visados de uma uniformidade de caracterização dos tipos.¹¹⁶

A arbitrariedade das classificações, principalmente as populares, a um fator social. Em primeiro lugar estaria uma noção estereotipada dos tipos raciais baseados meramente nos aspectos fenotípicos. Em segundo lugar, ressalta o autor, que estas classificações de tipos envolve também atitudes e opiniões em torno das relações de raças, pois para o autor, a própria terminologia levaria implicitamente a um julgamento de valor.¹¹⁷

Arthur Ramos lembra ainda que para a antropologia daquele período (década de 1930 e 1940) o que se levaria em consideração seriam os fatores culturais e não de raça, tendo pouca significância expressões como *branqueamento* ou *arianização progressiva* (bastante debatidos, como já vimos no início do período republicano), pois tais ideias não possuiriam mais valor antropológico.

Em relação à mestiçagem a incerteza caracterizou a obra de escritores e cientistas brasileiros por falta de base científica nas observações dos mesmos. Ramos destaca a influência de duas correntes antropológicas do século XIX e início do século XX no Brasil: a “Sócio-antropologia” de Gobineau e a “Antropologia criminal de fontes lombrosianas”. Para o autor estas correntes ao se referirem ao processo de mestiçagem e a respeito do conceito de raça colocaram o problema em termos errados, por tomarem por base teses de desigualdades das raças e da inferioridade da mestiçagem.¹¹⁸

Arthur Ramos cita três escritores desse período (final do século XIX e começo do XX) que foram influenciados por estas ideias: Nina Rodrigues, Euclides da Cunha e Sílvio Romero.

Nina Rodrigues, foi dos três o tratadista com maior formação acadêmica. Para o autor, Euclides da Cunha era mais escritor do que propriamente um

¹¹⁶ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 73

¹¹⁷ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004

¹¹⁸ RAMOS, Arhur . Op. Cit. 2004, p. 97

antropólogo e Silvio Romero, apesar de menos profundo que Nina Rodrigues teria teorizado mais a respeito dos aspectos gerais da formação do Brasil.¹¹⁹

Um dos primeiros trabalhos de Nina Rodrigues, sobre mestiçagem foi o artigo *Os mestiços brasileiros*, publicado em 1890. Nesta obra classifica inicialmente os vários tipos da população brasileira, sem expressar em seu conteúdo uma análise antropológica dos tipos mestiços. Nina Rodrigues alude meramente a uma falta de uniformidade. Para reforçar seu argumento utiliza-se das palavras de Rodrigues: ‘Os tipos mestiços de hoje talvez desapareçam amanhã, passando ainda por diversas formas de transição para chegar a um produto final uniforme (...)’¹²⁰

Foi em *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* de 1894 que Nina Rodrigues retoma o assunto da mestiçagem com maior interesse. É nesta obra que Nina Rodrigues se afasta das análises de Silvio Romero a respeito da admissão de uma “unidade étnica” que estaria presente na população brasileira no futuro. Rodrigues afirmava não crer na futura extinção dos mestiços (principalmente os afrodescendentes) do Brasil, pois considerava pouco provável que a raça branca pudesse predominar em toda a população brasileira.¹²¹

Nina Rodrigues mostra a distribuição desigual dos tipos raciais e de seus produtos derivados pelo território nacional. Nina Rodrigues afirma que somente no sul do Brasil a raça branca e mesmo assim com mistura poderia ser predominante. No norte do país seria o mulato ou o pardo com doses de sangue indígena que constituiriam o fundo étnico da população.¹²²

Para reforçar a noção da existência de ideias vinculadas ao que poderíamos denominar de “raciologia científica” Ramos refere-se à passagem de um dos capítulos da obra supracitada, onde Nina Rodrigues analisa o papel do índio e do negro no processo de construção de uma civilização no país. Nina Rodrigues atesta a: (...)impossibilidade da civilização e da cultura do brasílio-guarani, o que certamente denunciava um preconceito da época, mas defendia, ao revés o Negro,

¹¹⁹ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 97

¹²⁰ RODRIGUES, Nina Apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004. p.97

¹²¹ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 98

¹²² RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.98

no qual enxergava com razão, uma superioridade, não diríamos hoje ‘racial’, mas ‘cultural’.¹²³

Nina Rodrigues transcreve uma passagem da obra *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, de Dr. Anselmo da Fonseca, escrita em 1887: ‘A raça africana tem um defeito, o de estar sempre atrasada ao desenvolvimento da civilização, ela atravessa um período pelo qual já passou a raça branca, que foi outrora canibal – como ainda hoje são muitas tribos africanas e americanas (...)’¹²⁴

Nina Rodrigues se filiou ao pensamento de Spencer, corrente no final do século XIX, de que todo cruzamento de variedades estranhas geraria produtos indesejáveis. Nina Rodrigues, conforme assinala o autor, era adepto das hipóteses da influência negativa e degenerativa da mestiçagem.¹²⁵

Sílvio Romero foi outro escritor, destacado por Arthur Ramos, da mesma geração de Nina Rodrigues que abordou em seus trabalhos o contato entre as raças e a mestiçagem no Brasil.

No que se refere à questão racial, Sílvio Romero acreditava que o povo brasileiro não era um grupo étnico definido, nem mesmo chegando a constituir o que Arthur Ramos denominou de “raça sociológica”¹²⁶.

Arthur Ramos ressalta alguns trechos da obra de Sílvio Romero em que hora este preconiza o desaparecimento do negro, hora ressalta a relevância da presença do mestiço no processo de formação da sociedade brasileira: ‘(...) o mestiço é o produto fisiológico, étnico e histórico do Brasil’ e a respeito dos negros: ‘As pestes e as guerras fizeram aos indígenas o que os trabalhos forçados fizeram aos africanos.’¹²⁷

Sílvio Romero aponta os elementos formadores do povo brasileiro descrevendo o valor respectivo de cada grupo racial. Ramos afirma que Romero discute “(...) a questão da mestiçagem, reconhecendo que ao lado do ‘mestiçamento

¹²³ RODRIGUES, Nina Rodrigues apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 98

¹²⁴ RODRIGUES, Nina Rodrigues apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 99

¹²⁵ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p. 99

¹²⁶ RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.107

¹²⁷ ROMERO, Sílvio Apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.108

físico', há um 'mestiçamento moral' que explica muitos dos fenômenos da nossa psicologia coletiva."¹²⁸

Assim como Nina Rodrigues, Sívio Romero reconheceu que os males da mestiçagem não era exclusivamente um problema biológico, quando reconheceu a existência de um 'mestiçamento moral' ao lado do 'mestiçamento físico'. O ponto comum entre os dois destaca Ramos, é que se o mestiçamento é um "mal", este "mal" pode ser atenuado pela educação.¹²⁹

Para Arthur Ramos o mais superficial dos escritores deste período, o mais superficial (dos três elencados pelo autor), e ao mesmo tempo mais brilhante foi Euclides da Cunha. Ramos limita-se a apontar as incoerências e o que o autor denomina de generalizações de Euclides da Cunha sobre a questão das raças e mestiçagem no Brasil.

Arthur Ramos classifica as afirmações a respeito dos grupos raciais feitos por Euclides da Cunha como "devaneios" e "fantasias" que ressaltariam as ações do meio físico ou exagerariam a respeito da influência dos grupos étnicos. Relativamente à Amazônia, o autor ressalta que Euclides da Cunha destacou o impacto do clima amazônico sobre o elemento humano, esquecendo-se como assinala o autor, das técnicas culturais que possibilitariam a criação de uma "civilização do calor".

Euclides da Cunha une para Arthur Ramos um determinismo do meio-ambiente (ou climático) a uma concepção da raciologia científica da época. Citando Euclides da Cunha, Arthur Ramos destaca: "(...) A aclimação traduz uma evolução regressiva. O tipo desaparece num esvaecimento contínuo "(...) a raça inferior, o selvagem bronco, domina-o, aliado ao meio, vence-o, esmaga-o."¹³⁰

Sérgio Costa afirma que entre os anos de 1930 a 1970 o Brasil é marcado por uma ideologia, a ideologia da mestiçagem. A partir do final dos anos 70 essa ideologia vai perdendo sua força integradora.¹³¹ Para o autor, a mestiçagem se transformou na ideologia do Estado Brasileiro a partir dos anos 30, sendo uma visão

¹²⁸ ROMERO, Sívio Apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.109

¹²⁹ ROMERO, Sívio Apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p.109

¹³⁰ CUNHA, Euclides da Apud RAMOS, Arhur. Op. Cit. 2004, p 116

¹³¹ COSTA, Sérgio. *A mestiçagem e seus contrários - Etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo*. Tempo Social, São Paulo, 13(1), maio de 2001, p. 144

de mundo que “reinventa o país”, pois revelava a possibilidade de convivência de diferentes grupos sociais no Brasil.

Sérgio Costa afirma que nas primeiras décadas do século XX uma questão polarizava o debate político brasileiro, que seria o de se descobrir até que ponto o Brasil poderia se constituir em uma nação unitária e progressista nos trópicos, mesmo possuindo uma população heterogênea (diversos povos indígenas, ex-escravos e descendentes e os mestiços).

A historiografia nacional daria mostras de mudança no tocante a questão da mestiçagem, somente nos anos 1980, quando a mestiçagem cultural nem tanto pelos estudos a respeito dos indígenas, mas no tocante aos negros entraram desde as décadas de 1960, 70 e 80 em franca reação, onde historiadores buscaram mostrar os negros como sujeitos históricos protagonistas na escravidão. Inicia-se o processo de estudos posteriormente, sobre a África, o tráfico de escravos e a formação da cultura negra no Brasil.

Capítulo II - Afinal quem eram os trabalhadores da Província?

2.1 Índios e Tapuias

A Província do Amazonas e mais especificamente a cidade de Manaus ao longo do século XIX tinha como habitantes em sua maioria indivíduos classificados como “caboclos”. Outros grupos como homens e mulheres *de cor* estão presentes nas diversas tentativas de recenseamento realizadas a partir da criação e instalação da Província.

Juntamente com termos como raça e cor, presentes nos dados pré-estatísticos da Província encontramos também em diversas passagens dos documentos oficiais termos como “população civilizada” para a descrição dos grupos indígenas, ou termos como caboclos, tapuios, gentios em alusão a origem destas pessoas.

Esta população como bem sugere a fala extraída de um dos documentos oficiais de 1851, era um verdadeiro “grêmio”¹³², ou mais notadamente uma sociedade multiétnica com a presença de indígenas em sua maioria, seguida pela população branca e negra (escravos ou libertos), constituindo este “gradiente de cores”¹³³, além é claro dos seus diversos cruzamentos Inter étnicos apontados nas fontes.

Este caráter multiétnico da sociedade provincial chama a atenção, principalmente quando nota-se a dinâmica urbana da cidade de Manaus a partir de 1850. Neste período há um crescimento da capital da Província, um processo vinculado a maior circulação de bens e mercadorias na região, devido à vinculação como entreposto comercial de Belém¹³⁴.

¹³² Relatório dos Presidentes da Província do Amazonas, Ano de 1851

¹³³ A discussão a respeito das categorias do Censo, e dos dados estatísticos da Província do Amazonas, encontram-se na obra de Patrícia Sampaio. A discussão da cidade de Manaus e da Província do Amazonas como em sua maioria de “não brancos” apoia-se na obra citada da autora. Cf. SAMPAIO, Patrícia M. *Os fios de Ariadne: tipologias de fortunas e hierarquias sociais em Manaus: 1840-1880*. Manaus: EDUA, 1997.

¹³⁴ SAMPAIO, Patricia. Op. Cit.1997

Na cidade, a circulação de trabalhadores se intensificava. Diversos grupos de trabalhadores, independente da condição jurídica ou cor, passam a integrar a paisagem da cidade. O ambiente urbano que se tornava Manaus durante a segunda metade do século XIX, encontrava-se abarrotado por comerciantes e proprietários brancos (estrangeiros ou nacionais), trabalhadores e viajantes estrangeiros das mais diferentes origens étnicas, sociais e culturais.

De acordo com John Monteiro¹³⁵ o naturalista alemão Carl F. P. von Martius ao vencer o concurso do recém fundado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fixa por assim dizer, a pedra fundamental das chamadas três raças. Martius falava em três raças, porém no contexto brasileiro o conceito científico ainda era pouco desenvolvido no período, confundindo-se com o conceito de nação.

O principal desafio na construção de uma história nacional (mote do constituído Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro) era de acordo com Monteiro, o de construir uma história nacional. Apesar de tal objetivo havia uma dificuldade a se superar: o desconhecimento a respeito do Brasil indígena.

Para o referido autor há a existência de alguns condicionantes em relação a propagação das teorias e estudos sobre raças do século XIX. Um primeiro condicionante, de acordo com o autor, se refere a construção do “tupi” e do que Monteiro denomina de “seu contraponto” ou seja, o tapuio, que seria definido quase como a negação do tupi. O autor ressalta que este binômio: “(...) tornava minimamente compreensível a diversidade cultural e linguística que marcava o Brasil indígena.”¹³⁶

Ao definir quem eram os tupis, John Monteiro acrescenta: “Para os pensadores do Império, os índios Tupis, relegados ao passado remoto das origens da nacionalidade, teriam desaparecido enquanto povo, porém tendo contribuído sobremaneira para a gênese da nação, através da mestiçagem e da herança de sua língua.”¹³⁷

A respeito dos Tapuias o autor afirma que:

¹³⁵ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias E Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001

¹³⁶ MONTEIRO, John M. *Op. cit.* p. 171

¹³⁷ MONTEIRO, John M. *Op. Cit.* p. 172

(...) a despeito de enormes evidências históricas em contrário, situavam-se num polo oposto. Frequentemente caracterizados como inimigos ao invés de aliados representavam, em síntese, o traíçoeiro selvagem dos sertões que atrapalhava o avanço da civilização, ao invés do nobre guerreiro que fez pacto de paz e de sangue com o colonizador.¹³⁸

Foi a partir de dentro deste contexto que se construiu uma identidade nacional, onde se contrapunha os “índios históricos”, aos índios atuais “assimiláveis”. A partir deste binômio que as chamadas teorias raciais dialogavam com a construção de uma identidade nacional.

A respeito dos condicionantes, Monteiro aponta que pelo menos outros dois fatores propiciaram a chamada penetração das doutrinas raciais no século XIX. Um primeiro fator que se espelhava no “modelo bipolar” Tupi-Tapuia, que de acordo com o autor decorria da política indigenista do Império (ainda pautadas nas tensões de políticas assimilacionistas e repressivas, herdadas das demandas conflitantes dos agentes coloniais).¹³⁹

Havia uma disputa no Império entre os que defendiam a “catequese e civilização” dos índios e os que defendiam a remoção e extermínio dos indígenas. “Neste contexto, as doutrinas raciais – que pregavam a inerente inferioridade dos índios, a impossibilidade dos mesmos atingirem um estado de civilização e, por fim, a inevitabilidade de seu desaparecimento da face da terra – teriam um lugar de destaque no debate em torno da política indigenista.”¹⁴⁰

Outro fator apontado por Monteiro na utilização das teses raciais na construção da identidade nacional é a abolição do tráfico negreiro em 1850 e a lenta extinção da escravidão no Brasil. De acordo com o autor tal perspectiva influencia no debate indigenista na medida em que havia defensores da possibilidade da substituição da mão-de-obra indígena pelo trabalhador escravo.

¹³⁸ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias E Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. p. 172

¹³⁹ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias E Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001

¹⁴⁰ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias E Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. p. 173

As teses raciais passaram a permear esta discussão, colocando em causa a potencialidade não apenas dos índios, como também dos mestiços, dos descendentes de escravos e dos próprios ex-escravos, face à propositada superioridade de imigrantes brancos. Tais questões alimentavam uma parcela significativa do pensamento social brasileiro no ocaso do Império e no início da República e ocupavam, neste mesmo período, a agenda dos cientistas então abrigados nos museus de história natural e nas academias de medicina.¹⁴¹

José Veríssimo Dias de Mattos, nascido em 1857 na Vila de Óbidos, Província do Pará, de acordo com José Bezerra Neto é um dos mais importantes estudiosos de raça e nacionalidade do pensamento social brasileiro, com importante contribuição para a etnografia. Apesar disso José Veríssimo Dias de Matos é mais conhecido por sua contribuição no campo das letras, principalmente no campo das letras nas últimas décadas do século XIX e primeiras do século XX.

Um dos fatores para o desconhecimento da contribuição de José Veríssimo Dias de Matos ao pensamento social de raça e nação e os seus estudos etnográficos se dá pelo fato de que este se refere especificamente a análise da realidade amazônica, o que para o autor seria um dos motivos para o silenciamento bibliográfico a este respeito.

Aponta como principais obras de José Veríssimo Dias de Matos a respeito de ensaios com conteúdo etnográficos *Primeiras Páginas de 1878* e *Scenas da Vida Amazônica* de 1886 e *Interesses da Amazônia* de 1915. Nestas obras defende posicionamentos políticos acerca da imigração e do povoamento da região como saída para a superação de seu escasso desenvolvimento social e econômico e uma possível exploração do látex.¹⁴² Na mesma linha de raciocínio publica alguns artigos no *Jornal do Brasil* onde desenha um painel sobre a Amazônia, colonização e imigração.

Nas últimas décadas do século XIX ocorre um processo de renovação intelectual no país influenciados¹⁴³ pelo pensamento positivista, evolucionismo, darwinismo social e naturalismo. O autor atenta para o surgimento da “geração de

¹⁴¹ MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias E Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. 2001, p. 173-4

¹⁴² NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877-1915)*. Vol 42- Scielo, n. 3. Rio de Janeiro 1999. (p. 2) Acesso: maio de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300006>

¹⁴³ Para Bezerra Neto, cita autores como Skidmore, Schwarcz e Ventura para analisar o que o autor chama de “Geração de 70”

70”, círculos de intelectuais preocupados com os caminhos da nacionalidade brasileira que se posicionam a respeito da questão da mestiçagem¹⁴⁴.

Os chamados representantes da “geração de 70” defendiam a ideia do Brasil trilhar o caminho da Civilização, aplicando visões das ciências biológicas na realidade social. Concebiam a literatura, de acordo com o autor, como catalizadora das mudanças sociais e possibilitadora de um revigoramento da nacionalidade.¹⁴⁵

É neste ponto que reside, de acordo com Neto o indianismo nacionalista da primeira metade do século XIX e o pensamento social da segunda metade do século XIX em relação a estudos sobre a construção de identidade nacional e a respeito deste tema, José Veríssimo Dias de Matos é citado falando da ausência de cientificidade com que os autores falam sobre a população indígena:

E diante de toda (sic) esta degradação, a gente não pode deixar de sorrir das teorias sentimentalistas dos românticos da política ou da arte, e perguntar se estes (sic) sujeitos darão jamais cidadãos aproveitáveis e indagar onde estão, entre estas mulheres feias e desgraçadas, as Iracemas e entre estes (sic) homens rudes e grosseiros os Ubijararas¹⁴⁶.

É no contexto da “geração de 70”, influenciado pelas ideias a respeito do surgimento da nacionalidade no Brasil, dentro do pensamento das elites que José Veríssimo Dias de Matos, de acordo com Bezerra Neto, publica sua primeira obra, *Primeiras Páginas*, influenciado pelo naturalismo e pelo positivismo.

Uma das obras mais significativas de Veríssimo a respeito de suas ideias sobre estudos etnográficos está presente no ensaio *As populações Indígenas e Mestiças da Amazônia* que teria sido publicada pela primeira vez com o título *Raças Cruzadas no Pará* onde José Veríssimo vê de maneira positiva a questão da mestiçagem. De acordo com Bezerra Neto citando Veríssimo:

‘A América é o vastíssimo cadinho em que se fundem hoje as diversas raças e gentes do globo. Porventura sua missão histórica é de dar, servindo de campo para o cruzamento de todas (sic) elas,

¹⁴⁴ NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877-1915)*. Vol 42- Scielo, n. 3. Rio de Janeiro 1999. p. 3

¹⁴⁵ NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877-1915)*. Vol 42- Scielo, n. 3. Rio de Janeiro 1999. p. 2. Acesso: maio de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300006>

¹⁴⁶ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999. p. 3

unidade étnica à humanidade, e portanto, nova face às sociedades que hão de viver no futuro'¹⁴⁷

Há como podemos observar uma ênfase na região amazônica onde o autor aponta a presença significativa de uma população mestiça que tenderia ao cruzamento e conseqüentemente ao processo de branqueamento. Reforçando tal visão Bezerra Neto aponta: 'Em regra geral, cada novo (sic) cruzamento aproxima o mameluco, o filho do branco e do índio (curiboca, ou mameluco propriamente dito) da raça branca'¹⁴⁸

José Veríssimo Dias de Matos vê a miscigenação racial de maneira original no Brasil enquanto nação, pois percebe as possíveis vantagens em um cruzamento de raças. Observa que o cruzamento racial pode oferecer a oportunidade de uma homogeneidade étnica a longo prazo, o que na visão de Veríssimo impediria a existência de problemas raciais no Brasil (comparados aos Estados Unidos), ou mesmo a hegemonia de elementos raciais superiores durante o processo de mestiçagem.¹⁴⁹

Para Bezerra Neto, José Veríssimo Dias de Matos em sua obra analisa o cruzamento das raças na Amazônia afirmando a forte presença do indígena miscigenado biologicamente ao branco colonizador, além da pouca significância da raça negra na região: 'Esta região, com efeito, foi das menos povoadas por negros, e hoje é raríssimo encontrar africanos nas duas Províncias [Pará e Amazonas], principalmente fora das capitais [Belém e Manaus]'¹⁵⁰

Por conta desta situação (pouca presença de africanos na região) José Veríssimo Dias de Matos, aponta para uma superioridade étnica da população amazônica, pois de acordo com a concepção do primeiro, os negros seriam inferiores aos índios e estes estariam próximos a raça branca.

A respeito dos tapuios José Veríssimo Dias de Matos os considerava índios destribalizados que viviam em aldeamentos em estágios de semicivilização, portanto, diferentes dos demais grupos indígenas que ainda viviam no estágio de selvageria: 'chamado ao grêmio da civilização e obrigado a partilhar embora como

¹⁴⁷ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999. p. 3

¹⁴⁸ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999. p. 3

¹⁴⁹ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999. p. 4

¹⁵⁰ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999. p. 4

pária a nossa vida, o índio perdeu o caráter acentuado de selvagem: não só o moral mas também o físico se lhe modificou, como é fácil reconhecer no tapuio, que filho do índio, como índio já se diferencia dele.’¹⁵¹

Bezerra Neto afirma que a influência social na Amazônia durante o processo de colonização portuguesa possibilitou aos filhos de índios essa nova situação em que foram forçados a assimilar uma cultura diferente da sua. Para Neto: “constituindo-se em tapuios, da mesma forma que os filhos de africanos nascidos no Brasil, sob o peso de uma nova realidade social, se distinguiram de seus antepassados crioulos.”¹⁵²

O contato com a civilização nos trópicos e a conseqüente determinação do meio social para Veríssimo, influenciaria a formação do caráter dos descendentes dos índios, inclusive transformando características físicas dos tapuios, o que possibilitaria um distanciamento biológico entre o tapuio e seu antepassado índio.

Como afirma o autor:

Para Veríssimo, os tapuios não eram mais índios, porém, ainda não haviam alcançado um lugar na sociedade civilizada, encontrando-se em situação marginal, sendo, até mesmo, menosprezados pelos mamelucos, descendentes entre brancos e índios.¹⁵³

Ao descrever os mamelucos Veríssimo afirma que estes variavam bastante de acordo com o grau de cruzamento (denomina de curibocas a primeira geração): ‘se não há evidente supremacia da raça branca, como às vezes sucede, os sinais extremos são os do tapuio, com diferenças insignificantes (...) No segundo ou terceiro grau, no verdadeiro mameluco de todo o mundo, já a diferença é apreciável, falta apenas à estátua a última demão (...) Por uma regressão ao tipo primitivo, ainda aparecem em alguns indivíduos sinais do índio (...)’¹⁵⁴

Tapuios e mamelucos apesar das diferenças biológicas assinaladas por José Veríssimo estariam degradados em seu caráter e em relação ao índio via-os

¹⁵¹ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999, p. 4

¹⁵² NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877-1915)*. Vol 42- Scielo, n. 3. Rio de Janeiro 1999, p. 4

¹⁵³ NETO, José Maia Bezerra. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877-1915)*. Vol 42- Scielo, n. 3. Rio de Janeiro 1999, p. 4

¹⁵⁴ VERÍSSIMO, José apud NETO.1999, p. 4

como uma possível raça decaída, sendo as causas dessa decadência falhas no processo de colonização.

De acordo com Bezerra Neto, José Veríssimo é influenciado pelas ideias raciais de Agassiz, porém distanciando-se deste em relação a mestiçagem ou cruzamento de raças (Veríssimo é a favor da mestiçagem). Para Veríssimo a situação degradante do mestiço deveria ser analisada pelas influências negativas do meio social e da natureza.

A região amazônica foi uma localidade habitada por uma numerosa população de origem indígena durante o período colonial e também ao longo do século XIX. O segmento negro, no caso a escravidão negra na Amazônia que teve características específicas, diferenciou-se da presença dos cativos negros em relação ao restante do Brasil no mesmo período. Apesar disso, a contribuição do negro em relação a sua cultura mesmo que matizada e misturada pelo contato com os indígenas e com os colonos portugueses além dos migrantes de outras partes constituem em seu conjunto a memória da região amazônica.

A mestiçagem envolveu diretamente as populações da Amazônia, na medida em que a região se constitui numa área de fronteira geográfica, sendo uma de suas características a chamada mestiçagem racial.

Vicente Salles¹⁵⁵ afirma que em algumas abordagens a respeito da presença negra na região amazônica ocorre a negação da contribuição cultural do negro na Amazônia.

Kabengele Munanga em relação a mestiçagem afirma que sempre se sustentou uma ojeriza histórica e secular contra o negro e o que ele representa. O que o autor denomina de imaginário racista que domina o mundo e o Brasil. Ao abordar o projeto político de construção da nacionalidade brasileira há o que o autor denomina de amorenamento do país, a partir da ideia de um país mestiço (aproximando-se de uma ideia de progresso).

Homi Bhabha¹⁵⁶ afirma que a mestiçagem não desqualifica a contribuição das culturas envolvidas. O autor critica a ideia de culturas dadas, fixas e imutáveis

¹⁵⁵ SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o Regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

¹⁵⁶ BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.

afirmando que não existem identidades fixas e imutáveis pautadas numa noção de ancestralidade. Nessa perspectiva podemos compreender que os trabalhadores mestiços da sociedade amazonense estariam em constante processo de negociação de suas identidades.

Em relação à escravidão na Amazônia Patrícia Sampaio¹⁵⁷ afirma que a utilização de mão de obra negra teve pouca significação econômica no século XVII e XVIII. Tal fato de acordo com a autora (apoiando-se em Regina Almeida) se explica a partir da compreensão da configuração econômica da região onde havia o predomínio de uma abundante população indígena utilizada como mão-de-obra usada dentro de formas do trabalho compulsório. Ressalta-se também a existência de uma população branca reduzida neste período.

Em relação aos escravos somente a partir da segunda metade do século XVIII é que começa a se verificar um aumento importante do número de escravos negros, de acordo com Sampaio, introduzidos na região a partir de interesses das medidas pombalinas e vinculados à mediação da Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão.

Patrícia Sampaio afirma que o número reduzido de escravos africanos e seu impacto na produção econômica da região conduzem para ressalvas a respeito da presença negra na região amazônica. A historiografia local ressalta que durante o século XIX, apesar da região estar inserida em um império escravista, o tratamento dado aos escravos negros continuou sendo acessório. Tais obras de acordo com a autora limitavam-se a registrar a presença reduzida de escravos e sua importância secundária no Rio Negro.

A constatação de que o número reduzido de escravos disponíveis na região só irá sofrer aumento significativo a partir das já citadas medidas pombalinas, de acordo com Patrícia Sampaio torna-se uma realidade importante tanto para a sociedade quanto para a economia da província. Inegavelmente ainda existe a predominância do uso de mão-de-obra dos índios durante o século XVIII.

¹⁵⁷ SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Amazônia Colonial*. 1. ed. Manaus: EDUA, 2011. v. 1. 280 p.

O projeto pombalino, de acordo com a autora tinha como objetivo a ampliação do uso de mão-de-obra escrava (negra) em substituição à mão-de-obra indígena o que não surtiu efeito de acordo com Patrícia Sampaio.

Evidencia-se na análise de Patrícia Sampaio que a presença de africanos na região do Grão-Pará está além das discussões a respeito do número de escravos, o que se observa é: “a própria montagem e reiteração de uma sociedade escravista cuja lógica de reprodução não se limita ao número de homens disponíveis nos plantéis, mas antes se traduz na reiteração de relações de subordinação e poder que dão vida ao próprio sistema.”¹⁵⁸

Em relação à Capitania do Rio negro, Patrícia Sampaio afirma que a presença dos escravos no espaço urbano era apesar de modesta, evidente. Utilizando de dados sobre Barcelos, a autora afirma que contando os habitantes livres há a correspondência de 20,7% para os livres, 68,9% de índios e 10,4% de escravos.

A autora afirma que a análise dos dados da Capitania do Rio Negro para os anos de 1775 a 1795 há a predominância dos índios, porém já se registram a presença dos escravos. Pode-se entender essa presença dos escravos não como a base da força de trabalho da região (que era composta por índios), mas tais escravos, sejam eles forros, mulatos ou mestiços fazem valer sua presença na região, a despeito de seu número reduzido.

Beatriz Mamigonian ao se referir a fontes referentes à presença de africanos no Brasil afirma que ocorre em algumas documentações os registros de nação sejam nos assentos de batismo, casamento e óbito, nas matrículas e nos relatos dos memorialistas. Tais registros longe de constituir uma vinculação étnica destes escravos eram muito mais a preocupação de classificação e identificação dos escravos sob autoridades dos seus proprietários. Ocorre para a autora um processo de reagrupamento e ressocialização própria do universo da escravidão que incide sobre as identidades adotadas.

¹⁵⁸ SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Amazônia Colonial*. 1. ed. Manaus: EDUA, 2011, p. 3

2.2 Os trabalhadores da Província dos documentos oficiais.

No recenseamento de 1872 realizado pelo Império a população da Província do Amazonas é dividida em raças: Branca, Parda, Preta, Cabocla. A população da Província do Amazonas total (homens, mulheres, livres e escravos) era de 57.610. Deste total 979 eram classificados como escravos.

Entre os homens 6.911 brancos, 4.210 pardos, 711 pretos e 19.151 caboclos. Entre as mulheres 4.300 brancas, 3.046 pardas, 625 pretas e 17.677 caboclas. Os escravos eram descritos como pardos (homens 201 e mulheres 171) e pretos (286 homens e 321 mulheres).

O recenseamento Geral de 1872 apresenta, de acordo com Patrícia Sampaio, na obra *Fios de Ariadne*, a categoria cor. Conforme a autora assinala, neste recenseamento na Província do Amazonas temos **19,5% de brancos, 13% de pardos, 3,5% de Negros e 64% de caboclos**. A despeito das críticas a respeito da forma como os dados foram coletados e coligidos no Censo de 1872 notamos claramente a utilização do conceito de raça e a tentativa de classificação da sociedade amazonense no período Provincial. A predominância evidente e é a de *caboclos* com o total de 36.828 indivíduos.

Tabela 1- Censo 1872 – Raça População Livre

Raça	Homem	Mulher	Total
Branca	6.911	4.300	11.211
Parda	4.210	3.046	7.256
Preta	711	625	1.336
Cabocla	19.151	17.677	36.828

56.631

Tabela 2- Censo 1872 – Raça População Escrava

Raça	Homem	Mulher	Total
Parda	201	171	372
Preta	286	321	607
			979

As fontes oficiais apresentam descrições significativas onde o conceito de raça e civilização encontram-se presentes. No relatório de 1852, conforme podemos verificar abaixo, está exposta a visão das autoridades a respeito dos indígenas bem como a existência do binômio: selvagem x civilizado:

Com tudo, os **Índios**, ou **sejão já civilizados**, ou em grande parte *ainda selváticos*, vivem por assim dizer á lei da mesma natureza, que tão prodiga concorre para a **inércia ou desídia habitual**, que uma ou outra vez os deixa arrastar á **perpetração de crimes**.(...) ¹⁵⁹

Notemos que o índio aparece como oposto à ideia de civilização e por conta das “leis da natureza” vivendo de maneira inerte e ociosa. Ou seja, o índio mesmo o já “civilizado” seria propenso à preguiça. O resultado como o próprio texto ressalta é que estes são mais suscetíveis à criminalidade.

O texto do relatório é enfático em ressaltar a vinculação do ócio à possibilidade da prática de crimes. Estamos evidentemente na segunda metade do século XIX, onde as ideias da “natureza animal” de negros e índios americanos fomentavam debates tanto no meio científico quanto entre as autoridades.

De acordo com Keith Tomas:

¹⁵⁹ Relatório Presidente de Província Ano 1852. Relatório que em seguida ao do exm.o snr. presidente da provincia do Pará, e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da provincia do Amazonas, depois da installação della, e de haver tomado posse o seu 1.o presidente, o exm.o snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/59/>

Os séculos XVII e XVIII ouviram muitos discursos sobre a natureza animal dos negros, sobre sua sexualidade animalesca e sua natureza brutal. De modo geral, os índios americanos não eram vistos dessa forma, mas, às vezes também eram descritos em linguagem semelhante.¹⁶⁰

Essa concepção para Keith Thomas legitimava os maus-tratos daqueles que supostamente viviam em condição animal. A ética da dominação humana removia os animais da esfera de preocupações do homem. O autor esclarece ainda: “Nas colônias, a escravidão (...) constituía uma das formas de tratar os homens vistos como bestiais (...)”¹⁶¹.

A descrição de atos de violência por parte dos indígenas aparece em outros trechos do documento:

Poucos dias depois da minha chegada e posse, aqui chagarão ao meu conhecimento participações de que **bandos de Gentios errantes** da nação Macûs, no mez de Novembro, **tinhão commettido aggressões e attentados, em diferentes sítios do alto rio Negro (...)** no Rio Madeira **alguns bandos de Gentios das numerosas tribus dos Muras, tendo nestes últimos tempos commettido nefandos crimes contra pessoas inermes**, chegarão a insurgir-se contra seu próprio Chefe Principal (Tuxáua) só porque este quis impedir os excessos e desregramentos d'aquelles, que, por esse motivo, o espancarão e deixarão por morto.¹⁶²

Os índios, portanto, classificados como gentios, violentos e acusados de diferentes crimes são foco de preocupações das autoridades, mas as próprias autoridades destacavam a solução para essas ondas de violência e criminalidade:

devo assegurar que **até os Gentios, ainda os de peores costumes, tem se apresentado com desejos de se tornarem mais uteis á si e ao paiz por efeito do trabalho e da civilização.** As ordens e

¹⁶⁰ THOMAS, Keith. *O predomínio do Humano*, In: O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais, 1500-1800. Companhia das Letras: São Paulo, 1996, p. 50

¹⁶¹ THOMAS, Keith. *O predomínio do Humano*, In: O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais, 1500-1800. Companhia das Letras: São Paulo, 1996, p. 50

¹⁶² Relatório Presidente de Província Ano 1852. Relatório que em seguida ao do exm.o snr. presidente da provincia do Pará, e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da provincia do Amazonas, depois da installação della, e de haver tomado posse o seu 1.o presidente, o exm.o snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852. Disponível em: <http://brazil.cri.edu/bsd/bsd/59/>

instrucções, que hei expedido, e vão annexas sob nº 23 a 28, ainda que para diversos ramos de serviços, **contem disposições com que vão sendo retirados da desídia habitual e da vereda dos crimes os que d'antes contavão com a falta de acção das autoridades; e penso que assim a actividade também hade concorrer para que a população, mais industriosa e civilizada [...]**¹⁶³

Nas primeiras décadas da província o discurso dos presidentes apontava a carência de trabalhadores especializados no Amazonas. Neste sentido: “Recorrendo à prática colonial, tanto os moradores brancos quanto às autoridades coloniais fizeram largo uso da mão de obra indígena regional (...)”¹⁶⁴

Nossa coleta inicial de fontes nos fez refletir a respeito do processo contínuo de mestiçagem e racialização na sociedade amazonense durante os oitocentos. Nos documentos oficiais frequentemente aparecem queixas quanto à escassez de operários para as funções desempenhadas pelo poder público.

Na Fala do Conselheiro Herculano Ferreira Pena, *a Assembleia do Provincial em 1854*, vemos a queixa sobre a escassez de trabalhadores qualificados: “O desejo que eu tinha de dar impulso desde os primeiros dias da minha administração às diversas obras públicas, de que carece esta Capital, **encontrou por muito tempo o maior dos obstáculos na falta quase absoluta de operários e de materiais,** (...)”¹⁶⁵

Entretanto não apenas a queixa do Conselheiro fica visível em seu discurso, a origem multiétnica está presente na descrição dos trabalhadores da Província a serviço do Estado naquele período, conforme notamos abaixo:

Em meiado de Dezembro pude em fim contractar com o Agente da Companhia de Navegação e Comercio do Amazonas os serviços de **4 carpinteiros, 6 pedreiros e 8 serventes, que ella mandara vir de Portugal por sua conta (...)** Um mestre de obras, 8 pedreiros, 3

¹⁶³ Relatório Presidente de Província Ano 1852. Relatório que em seguida ao do exm.o snr. presidente da provincia do Pará, e em virtude da circular de 11 de março de 1848, fez, sobre o estado da provincia do Amazonas, depois da installação della, e de haver tomado posse o seu 1.o presidente, o exm.o snr. João Baptista de Figueiredo Tenreiro Aranha. Amazonas, Typ. de M. da S. Ramos, 1852. Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/59/> <http://www.crl.edu>

¹⁶⁴ PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. *Op. cit.* P. 64

¹⁶⁵ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.o de agosto de 1854, em que se abriu a sua 3.a sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro, Typ. de M.S. Ramos, 1854 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/62/> Grifo meu

carpinteiros, 2 oleiros, 2 aprendizes, de ferreiro e 41 trabalhadores sem officio compõem o pessoal de que actualmente disponho, incluídos 1 sentenciado, e 6 Africanos livres, que o Exm^o Snr. Ministro do Império dignou-se a mandar-me da Côrte logo que teve notícias da deficiência que aqui havia de operários¹⁶⁶.

Aparece na Falla também a utilização, além dos trabalhadores imigrantes, representados pelos portugueses, os africanos livres, a participação efetiva dos índios no processo de formação da mão de obra a serviço do Estado:

Quasi todos os trabalhadores são índios do Rio Negro, que recebendo pontualmente seus jornaes no fim de cada semana, e conhecendo que não falto a promessa de dispensá-los em certo prazo, tem se prestado ao serviço de melhor vontade do que d’antes, e mostrado hábitos mui diversos dos de certas tribus, como por exemplo a dos Muras, cuja propensão para a fuga será difficil de corrigir, mormente **em quanto se não applica em severas penas aos especuladores, que empregão os mais escandalosos meios de sedução para chama-los ao seu serviço particular com detrimento do publico.**¹⁶⁷

Atentemos para a análise feita na Falla do Conselheiro Herculano Ferreira Pena a respeito da participação efetiva da mão de obra indígena. São segundo o Conselheiro, a maioria dos trabalhadores disponíveis, e ao contrário de outras tribos (comparando com as ações dos índios Mura) os índios do Rio Negro “prestam melhor serviço”. Curioso notar a preocupação no discurso do Conselheiro com a “sedução” dos particulares em relação à utilização do trabalho dos operários disponíveis para o serviço a disposição do Estado.

Para compreender as características da sociedade provincial e o seu caráter multiétnico presentes na cidade a partir da década de 1850, recorreremos a obras que falam da dinâmica das relações dos trabalhadores no Amazonas. Percebemos que em Manaus, já no período Provincial a circulação de trabalhadores se intensificava.

¹⁶⁶ Falla dirigida á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 1.o de agosto de 1854, em que se abriu a sua 3.a sessão ordinaria, pelo presidente da provincia, o conselheiro Herculano Ferreira Penna. Barra do Rio Negro, Typ. de M.S. Ramos, 1854 Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/62/> Grifo meu.

¹⁶⁷ Ibid. Ibidem. Grifo meu

Diversos grupos de trabalhadores, independente da condição ou cor, passam a integrar a paisagem da cidade.

Outro documento também voltado para os escravos despertou nossa atenção a respeito das “cores” e da “aptidão ao trabalho” destes escravos. Trata-se do documento da *Junta de Classificação de escravos na cidade de Manaus de 29 de dezembro de 1873*. Este documento classificava com alguns detalhes os escravos que deveriam ser libertados em Manaus pelo fundo de emancipação daquele período. Entre as diversas informações (nome do senhor, número de matrícula, nome do escravo, valor do mesmo) havia completa precisão em alguns dos dados. Destacamos a “Cor” e “profissão” além da categoria “aptidão para o trabalho”.

Em outra fonte, também da cidade de Manaus em 1869, a *relação nominal dos escravos pertencentes à Comarca da Capital da Província do Amazonas*, destaca-se a existência de uma listagem de escravos e o elemento “cor” ressaltando a presença de Pardos, cafusos, pretos, mulatos, caboclos e brancos (3 escravos fenotipicamente classificados como brancos) figuram nesta listagem.

Pelos jornais da época, tomamos conhecimento da disseminação das informações do recenseamento de 1872 feito pelo Império. Nesta fonte, há a presença de informações sobre a “raça”: brancos, pardos, pretos, caboclos, além das profissões (industriais e comerciais, agrícolas e operários) existentes nas Províncias, dentre elas números da população do Amazonas.

Nos Relatórios dos Presidentes de Província (o de 1857, por exemplo) a respeito da descrição da população do Amazonas, divide os dados apresentados quanto à caracterização da população em grupos raciais. Em 1833 brancos, mamelucos, mestiços e estrangeiros, e para os anos de 1840 e 1848, 1851 e 1856 incluindo também a categoria indígena e sempre destacando também os mestiços.

Mas não apenas em números. Os documentos oficiais produzidos pelo governo provincial também descreviam os grupos de trabalhadores a serviço do Estado. Na exposição de 1855, ao tratar das obras públicas, o documento afirma que: “A Administração das Obras Publicas acha-se ainda organizada na forma das Instruções de 6 de junho de 1853, (...) **Treze Feitores, 1 Pedreiro, 1 Oleiro, 19 Índios e 6 Africanos Livres**, que vão-se aperfeiçoando nos Offícios de Pedreiro,

Carpina e Oleiro são os únicos trabalhadores actualmente reunidos na Capital.”¹⁶⁸ Obviamente estes trabalhadores são os que estavam diretamente a serviço do poder público, por isso a necessidade de classificar quantos eram e suas origens (índios, africanos livres por exemplo).

No Relatório de 1871¹⁶⁹ referente à “Emigração” o documento afirma que existia a necessidade de braços ativos e industriais para a Província do Amazonas:

A necessidade de braços activos e industriais é uma das mais palpitantes nesta tão vasta quanto rica Província. (...) Logo um mez depois de empossado da administração da Província, oficialmente me dirigi ao vice-consul de Portugal aqui residente convidando-o a promover, mediante contracto com vantajosas condições a vinda de 50 operários de seu Paiz para servirem nas obras públicas da Província (...)

Na Mensagem (1896) o documento recomenda a introdução de imigrantes para a colonização das terras no Amazonas:

Entre os assumptos que recommendastes à consideração do Congresso, constituirá objecto de estudo na presente reunião a introdução de imigrantes estrangeiros tão necessária para a colonização de nossas terras e para dar, alem de outras vantagens novo e maior movimento à nossa lavoura que é quase nulla a varias industrias e promover outras ainda não exploradas entre nós.

Por trás do tema da imigração estava a premente necessidade de trabalhadores que substituíssem os escravos recém libertos. Na Mensagem (1894) lida pelo então Governador Dr. Eduardo Gonçalves Ribeiro a respeito do tema da imigração e do fim da escravidão afirma:

Tem prendido a atenção dos poderes públicos em todos os paizes a magna questão da immigração. Problema de grande valor sociológico. Em nosso país, já no tempo do regimen decahido, sérvio de thema ás discussões na tribuna do parlamento e na imprensa, parecendo que só agora os estudos sobre tal assumpto vão ser coroados com os melhores resultados. **Estado vasto e fértil, tem em seu seio thesouros inexgotaveis que jazem esquecidos da**

¹⁶⁸ Exposição dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas, no dia 3 de maio de 1855, em que se abriu a sua 4.a sessão ordinaria pelo vice-presidente da provincia, o doutor Manoel Gomes Correa de Miranda. Cidade da Barra, Typ. de Manoel da Silva Ramos, 1855. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u082/000023.html>

¹⁶⁹ Relatório que á Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na acta da abertura das sessões ordinarias de 1871, o presidente, José de Miranda da Silva Reis. Manáos, Typ. do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes, 1871. Disponível em <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/80/>

vida activa das nossas sociedades, porque não temos braços suficientes para exhumal-os; para isso torna-se mister promover uma corrente immigratória como já por muitas vezes tem acontecido.”

Continua o texto analisando as condições para a imigração para o Brasil:

Para o sul, onde o clima agradável, temperado em certas epochas, assemelha-se ao de alguns paizes europeus, a immigração uropéa tem dado optimos resultados, erguendo á uma altura considerável a lavoura que de 1888 a 1890 perigou conseqüências inevitáveis da áurea lei que libertou os escravos no Brazil;

Porém o texto a respeito da imigração europeia para o Amazonas ressalta a pouca eficiência, indicando a possibilidade de se buscar imigrantes na Ásia:

Se para o norte e especialmente para o Amazonas está provado que é de effeito negativo a immigração do continente europeu, onde ir buscar braço para dar vida á nossa lavoura que está quase extincta e povoar o nosso vasto território que por assim dizer está inculto e dezerto? A experiência hoje nos aconselha que devemos buscal-os no continente aziatico. **As famílias que da Europa têm vindo para o norte do Brazil e que não se aclima, têm só concorrido para o despendio do erário publico e os poucos representantes que d’ellas ficam, demonstrando preferir o sacrificio do calor equatorial á miseria e a fome em seus paizes, dedicam-se quase que exclusivamente ao commercio.**

Imigrantes, escravos, trabalhadores das mais diversas condições convivendo no espaço da cidade e da Província, aparecendo nos documentos oficiais, seja pela preocupação com a falta de operários, seja pela busca de “mão de obra qualificada”. O fato é que podemos observar, a respeito desses documentos, que a Província se destaca como uma sociedade de caráter multiétnico, onde está presente o processo de racialização e mestiçagem destes trabalhadores.

No Relatório de 1858¹⁷⁰ o documento alude a utilização dos Africanos Livres como mão de obra a serviço do poder público:

O número dos existentes ao serviço das obras públicas foi aumentado com mais seis e **um pardo** que á requisição minha mandou o Governo Imperial (...) Restão hoje 12 homens, 2

¹⁷⁰ Relatório que a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas apresentou na abertura da sessão ordinária no dia 7 de setembro de 1858 Francisco José Furtado, presidente da mesma província. Manaus, Typ. de Francisco José da Silva Ramos, 1858.

mulheres e 3 menores. São em geral ébrios, rixosos e madraços. **Havia na serraria e olaria de Itacoatiara da Companhia de Navegação e Comercio do Amazonas, 34 africanos livres** sendo o ultimo relatório dos quaes fallecerao 3 sendo dous afogados.

A fonte citada além de demonstrar o número de africanos livres utilizados pelo governo nas obras públicas, classificam estes indivíduos como trabalhadores, determinando inclusive os ofícios que prestavam ao poder público: a serviço em uma Olaria e Serraria na Companhia de Navegação e Comércio do Amazonas. Outro ponto relevante é a presença de um pardo (um escravo possivelmente? Ou liberto?) junto aos ditos africanos livres. Estes trabalhadores a despeito de suas origens e condições jurídicas são descritos dentro das concepções éticas que se construía em todo o trabalho.

No Relatório de 1862¹⁷¹ os africanos livres são discriminados também como trabalhadores a serviço do poder público:

(...) Em o anno passado chegarão da corte 31 africanos livres para se empregarem nas obras da provincia. **Não são operários da melhor qualidade, mas suprem a necessidade de trabalhadores**, que se sentia, e é com elles auxiliados dos operários que há nesta cidade, que se tem dado andamento ao serviço.

Observe-se que na fala acima citada há o cuidado de afirmar que estes africanos livres não são tão hábeis como operários, porém suprem a necessidade de trabalhadores na Cidade de Manaus e que estes atuam auxiliando os demais trabalhadores existentes e que executam seus serviços na cidade.

2.3 A Lista de Matrícula dos escravos da Comarca da Capital do Amazonas 1869

Os trabalhadores escravos fazem parte da vida cotidiana da sociedade amazonense do século XIX. Apesar da história tradicional reforçar a visão rarefeita do universo escravista na Província do Amazonas é inegável a presença de

¹⁷¹ Relatório apresentado á Assembleia Legislativa da provincia do Amazonas pelo exm.o sr. dr. Manoel Clementino Carneiro da Cunha, presidente da mesma provincia, na sessão ordinaria de 3 de maio de 1862. Pará, Typ. de Frederico Carlos Rhossard, 1862.

escravos negros e muitos mestiços que se encontravam na mesma condição jurídica. Em se tratando de escravos como as autoridades se apropriam da construção da cor enquanto elemento de diferenciação destes indivíduos?

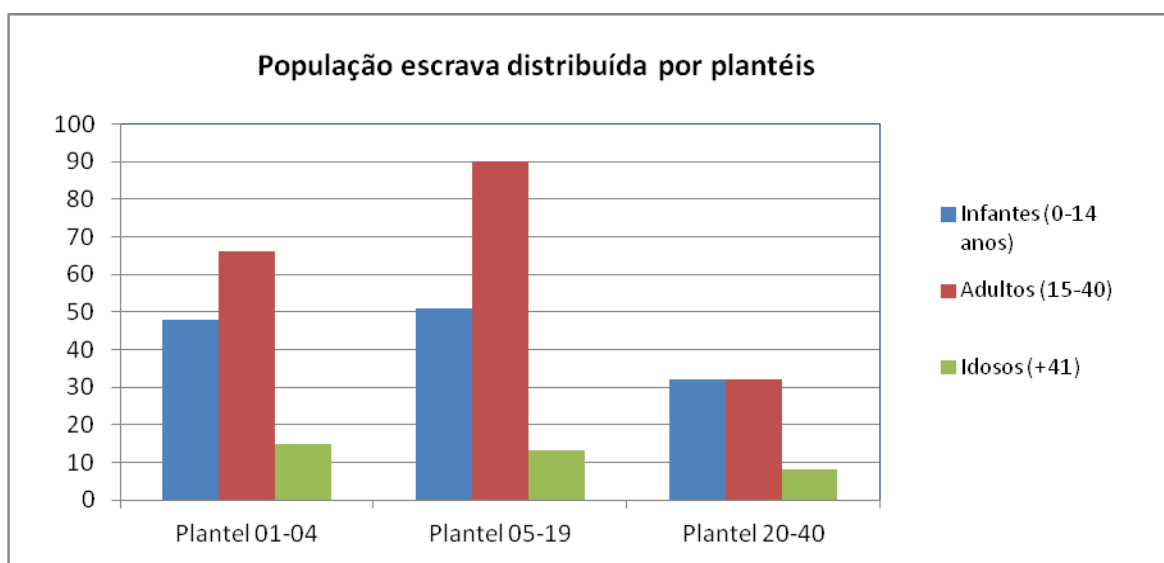
Uma das fontes que pode nos fornecer informações a respeito do mundo do trabalho e do universo da escravidão na Província do Amazonas é a chamada Lista de Matrícula dos escravos da Comarca do Amazonas. Tal listagem contém a relação nominal dos escravos pertencentes à Comarca da Capital e apresenta basicamente informações a respeito do nome do escravo, idade, cor, e o nome do proprietário a que pertence.

A lista de escravos apresenta um total de 355 cativos e de 93 proprietários. Em relação ao número de escravos pertencentes a determinados proprietários temos a seguinte divisão. A maioria dos proprietários possuía um plantel pequeno: 75,26% dos proprietários possuíam de 1 a 4 escravos declarados, enquanto 21,50% dos proprietários apresentaram de 5 a 19 indivíduos em seus plantéis e apenas 3,24% destes proprietários possuíam de 20 a 40 escravos ou mais conforme tabela abaixo:

Tabela 3- Lista de Matrícula dos escravos da Comarca da Capital do Amazonas 1869.

Plantéis	Escravos Declarados (%)	Proprietários (%)
01-04	35,69	75,26
05-19	43,90	21,50
20 - + 40	20,41	3,24

Gráfico 1 – População escrava distribuída por plantéis.



Em relação a faixa etária temos para a amostra presença na listagem, para os dados referentes à população escrava nos pequenos plantéis, ou seja de 1 a 4 escravos temos 48 indivíduos classificados como infantes, 66 adultos e 15 idosos (indivíduos com mais de 41 anos). Consideram-se infantes os indivíduos até 14 anos, adultos de 15 a 40 anos e idosos indivíduos com mais de 40 anos.

Para os plantéis com a presença de 5 a 19 escravos, temos em relação a idade 51 infantes, 90 adultos e 13 idosos. Para os plantéis com 20 a 40 escravos temos 32 infantes, 31 adultos e 8 idosos

Tabela 4 - Lista de Matrícula dos Escravos da Comarca da Capital do Amazonas - 1869. Cor.

Cores	Numero de Escravos	(%)
Preta	145	41,07
Parda	73	20,67
Carafusa	72	20,11
Cabocla	8	2,26
Mulata	54	15,01
Branca	3	0,84

Em relação a cor, aparecem as seguintes categorias: *Preta* com 41,07% da amostragem; *Parda* com 20,67% seguida dos escravos que apresentam a cor *Carafusa* com 20, 11% dos caso; escravos classificados com a cor *Mulata* com 15,01%, escravos de cor *Cabocla* com 2, 26% dos casos e fechando a listagem em relação a cor temos a presença de três escravos com a cor Branca, o que corresponde na amostragem a 0,84%.

Os dados apresentados na listagem em relação ao elemento cor demonstram claramente a predominância dos escravos de cor preta e parda com um total de 61, 74% dos escravos matriculados na capital da comarca do Amazonas. Fato que apesar do número diminuto de escravos na Província demonstra uma tendência onde os cativos de cor preta são a maioria.

Entretanto a presença de indivíduos de fenótipo mestiço é inegável, na medida em que encontra-se na amostragem 72 indivíduos ou 20,11% como carafusos, a presença de 54 escravos com fenótipo de mulatos o que representam 15,01% da amostra.

José Miguel de Lemos era o proprietário dos três escravos classificados como possuindo cor branca. Dentre eles Benedicto de 9 anos, Lucilia de 13 anos e Paulina de 7 anos. Outros escravos do seu plantel (outros três) classificados como pardos e mais três como pretos, todos (a exceção da já referido Benedicto) do sexo masculino.

Na listagem de classificação de escravos para serem libertados em 1875 o mesmo José Miguel de Lemos aparece como proprietário de 4 escravas: Lucilia, classificada como mulata, solteira, com 19 anos, profissão servente e com boa qualificação. Graciliana, carafuza de 23 anos, também solteira e de profissão servente, Joanna carafuza de 15 anos e Benedicto de cor mulata também de 15 anos.

De uma fonte para a outra a mudança na classificação da cor dos indivíduos, onde em 1869 Lucília, Benedicto e Paulina aparecem como brancos enquanto os dois primeiros são listados em 1873 como mulatos. Paulina não aparece na lista.

Sebolhuro Roberto aparece na listagem de 1873 com 13 escravos em seu plantel, das mais variadas cores, 4 escravos pretos (Joaquim, Esperança, Feliciano e Ambrozia) respectivamente classificados como lavrador, cozinheira, da lavoura e

servente. Quatro escravos carafuzos (Marcellina, Maria, Leocadio, Belmira), sendo os três primeiros da lavoura e a última servente. Cinco escravas mulatas (Thomasia, Gertrudes, Graciana, Luisa, Oria) as duas primeiras cozinheiras, outras duas costureiras e a última servente (de apenas 7 anos).

Tais dados demonstram claramente a origem diferenciada de escravos em relação a cor e a presença dos mesmos em espaços de sociabilidade por conta do mundo do trabalho.

Em relação a Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873 temos o número total de escravos em 735, sendo dentre estes 418 homens e 317 mulheres.

Em relação a cor temos os seguintes números:

Tabela 5 - Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873

Cor	Qtd.	(%)
Preta	336	45,71
Mulata	159	21,63
Carafuza	136	18,50
Parda	71	9,65
Tapuia	12	1,63
Cabocla	6	0,81
Cabra	4	0,54
Fula	4	0,54
Crioula	2	0,27
Caboré	1	0,13
Sem Informação	4	0,54

A maioria dos indivíduos (85,84%) são classificados como pretos, mulatos ou carafuzos. Encontra-se ainda uma quantidade significativa de pardos (9,65%) e apesar do número reduzido na amostragem aparecem indivíduos das mais diversas origens (tapuia, caboré, cabra, caboclos) misturados com distintas cores (fula).

Dentre os indivíduos classificados como caboclo temos Henrique, pedreiro de 17 anos escravo de João José de Freitas Guimarães, sendo que este possui na listagem mais três escravos de cor parda. Lauria Maria, também classificada como

cabocla, profissão lavoura, pertencendo a Joaquim Barbosa Pinto Junior, que além desta possuía também um tapuio de nome Antonio Rodrigues, 24 anos de profissão lavoura. Ainda entre os escravos descritos como caboclos temos Fausta de 8 anos, profissão servente, com boa aptidão ao serviço propriedade de Joaquim Barbosa de Amorim. E completando listagem Martinho de 48 anos, coveiro e Eufrosina de 19 anos, lavadeira, propriedade de Gs. Da Silva (os herdeiros) de acordo com a listagem os dois tendo por mãe a Escrava Justina Maria, descrita como mulata e de propriedade de Antonio Francisco Barcellar (os três escravos do seu plantel sendo descritos como mulatos.)

Alvaro Botelho Cunha possui em seu plantel o único escravo descrito como Caboré (Salvador, de 6 anos), além de uma tapuia (Gertrudes de 7).

Dentre os escravos classificados como cabra, temos Euzébio Antonio de 12 anos, cozinheiro, com muita aptidão ao trabalho, de propriedade de João Nunes, José de 20 anos sem profissão declarada, pertencendo ao Coronel Manoel Ignácio Bricio e João de 31 anos, trabalhador com muita aptidão pertencendo a Claudino da Silva e Cunha.

José Rezende de Moraes proprietário de dois escravos de profissão seringueiros, um deles, Izidoro de cor fula de 29 anos com alguma aptidão ao serviço. Daniel, também fulo de 14 anos, profissão servente de Maria Victoria Palheta, Clara também descrita como fula de 36 anos, casada, de profissão lavadeira, pertencente a Theresa Marques de Carvalho e Benedicta, fula de 53 anos, sem profissão declarada, propriedade de José Roiz Vianna.

Domingos e Manoel, ambos crioulos de 23 e 17 anos respectivamente e pertencentes a Reinaldo Dias de Souza. Em relação ao estado civil a listagem apresenta 147 escravos classificados como solteiros, 8 escravos classificados como casados, como Agostinho de cor Carafuza, de 57 anos pertencente a Tertulina Eulalia da Silva Sarmiento, onde a lista alega ignorar quem seja a esposa do escravo. Na mesma situação, Custódia, preta cozinheira, de Herculano Joaquim Marinho onde ignora-se quem seja o marido.

Quanto à profissão temos os seguintes aspectos ressaltados na listagem: A maioria dos escravos sendo de lavoura (232), sendo seguido pela profissão servente (141) e cozinheira (88). Outras profissões aparecem listadas com determinada

incidência: lavadeira (51 escravos), trabalhador (43), pedreiro (30). Importante o registro de determinados casos de profissões referentes ao próprio perfil de crescimento urbanístico da cidade de Manaus no período: roceiro, calafate, lenheiro, oleiro, coveiro, sapateiro, calceteiro, maquinista, vendedeira, copeiro, carroceiro, alfaiate, marinheiro.

Eduardo Romento Mulato, 25 anos, Marinheiro, pertencente a Manoel Joaquim Postilho Bentes, irmão de Thecla, Mulata de 22 anos, seringueira e filho de Anna Thomasia, mulata de 43 anos, cozinheira, pertencente ao mesmo dono dos filhos.)

Ricardo Antonio, 41 anos, cor carafuza, alfaiate com alguma aptidão pertencendo a Julvencio Alves da Silva & irmão que possuíam também dois oleiros (Candido de cor carafuza e 21 anos e Marcello de cor mulata de 27 anos).

Raymundo de cor preta 28 anos profissão calafate, descrito com muita aptidão ao trabalho, pertencente a Francisco Antonio Roberto, filho de Rita, preta de 43 anos, profissão lavoura e irmão de Bernardino de 13 anos cor preta, profissão lavoura.

Profissões exigindo conhecimentos específicos como a de Martinho de cor preta, 28 anos Maquinista, ou Manoel de 31 anos, copeiro, de cor preta e Diocleciano, carroceiro de 30 anos de cor mulata.

Na listagem aparecem relações familiares, como o caso da escrava Maria de Nazareth de cor preta, 56 anos, solteira, servente que aparece com dois filhos, José Ferreira, de 7 anos cor carafuza e Carolina de 28 anos, cozinheira também de cor carafuza o que demonstra a existência de indivíduos de fenótipo diferentes e da mesma família. No caso registrado os irmãos pertencem a Francisca Maria Cordovil e a mãe a Izabel Maria Clara Pereira de Sá.

Há registro de parentes como no caso de Pereira e Maria Raymunda, ambos carafuzos com 43 e 37 anos, mas pertencentes a proprietários diferentes (Francisca Maria do N. Cordovil e Francisca Marcelina), ou Justina Maria de 31 anos, mulata, João Bacury 12 anos também mulato, pertencendo a Antonio Francisco Barcelar e parente de Diamantina, 31 anos, preta pertencente a Francisca Marcelina.

Quitéria de Ferreira de Jesus de 17 anos, profissão lavoura e de cor carafuza aparece como mãe de Antonia, mulata de 6 anos. A mãe sendo propriedade de Francisca Maria do N. Cordovil e a filha pertencendo a Carlos Ferreira Moreira & Irmão.

Tabela 6 - Lista de Classificação de Escravos para emancipação na Paróquia de Nossa Senhora da Conceição do ano de 1873

Profissão	Escravos
Lavoura	232
Servente	141
Cozinheira	88
Lavadeira	51
Trabalhador	43
Pedreiro	30
Seringueiro	22
Carpina	11
Costureira	10
Engomador(a)	9
Ferreiro	6
Roceiro	4
Calafate	3
Lenheiro	3
Oleiro	2
Coveiro	2
Sapateiro	1
Calceteiro	1
Maquinista	1
Vendedeira	1
Copeiro	1
Carroceiro	1
Alfaiate	1
Marinheiro	1

No livro de Registro de óbitos da Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, entre os anos de 1867 e 1873 encontram-se os registros da data de nascimento, falecimento e dados pessoais dos moradores falecidos no período, entre os registros em determinados casos há a descrição da cor do indivíduo, como D. Maria Joaquina Trindade, natural do Ceara, de 58 anos, falecida no dia 15/4/1867, descrita como branca. Estes casos correspondem a 40 de 473 registrados no respectivo livro.

No mesmo livro há o registro de dois índios falecidos, como Manuel de sete meses, filho de Cassiana Maria (índia) falecido em 6/7/1870 e Faustino de 35 anos, de Santa Izabel, casado, pescador, descrito como americano, falecido em 28/8/1871.

Outro grupo presente é o caso dos mamelucos, como Adelaide Maria, de Manaus, mameluca, falecida com 1 ano em 13/5/1869 e Francisco Vasconcelos, de 3 anos, também mameluco falecido em 14/5/1869, logo em seguida no dia 15/5/1869 Maria da Conceição também de Manaus de 32 anos, mameluca falecida, de profissão lavoura. Os mamelucos correspondem a 14 registros de óbito.

Entre os tapuios 23 casos de óbitos declarados, como Bernardo Francisco de Paula Azevedo, tapuio natural de Manaus, falecido em 5/5/1869, com 62 anos, ou Bonifácio de cinco anos, natural de Manaus, falecido em 12/4/1869.

Entre indivíduos de cor preta, temos Belisario de 35 anos, natural de Angola, trabalhador que faleceu em 19/11/1871.

Descritos como africanos temos Margarida falecida em 17/8/1870 (citada como casada com o também africano Boaventura), João Angelo, Africano, dito escravo, trabalhador falecido em 28/7/1871 e Vicente Paulo, servente já idoso, descrito como africano, falecido em 5/9/1871 e Maria das Neves, de 60 anos casada, africana falecida em 17/10/1870.

A classificação dos indivíduos falecidos a partir do critério da cor reforça, sob nosso entendimento, a descrição da sociedade amazonense do período provincial como multiétnica. Os dados coletados confirmam tal assertiva e apontam elementos para a utilização de descrições dos indivíduos falecidos a partir do contexto das teorias raciais do século XIX: o já aludido processo de racialização, onde o critério da raça constrói hierarquias sociais, o que não afasta a possibilidade do contato

direto destes indivíduos que transitam pela cidade durante o recorte cronológico da pesquisa. São os casos dos indivíduos denominados como *pretos* Luiz “preto” e Jordão Gonçalves, o primeiro falecido em 21/07/1871 de propriedade de Souza S. Teixeira, trabalhador braçal, serviço de lenha, falecido com 45 anos. Jordão Gonçalves também classificado como preto, curiosamente com idade avançada (92 anos e casado), fato que nos remete as relações parentais que os trabalhadores e trabalhadoras da Província do Amazonas construíram a despeito de suas origens étnicas ou condições jurídicas. Seria Jordão Gonçalves um liberto? Teria sido alcançado pela lei dos sexagenários? Possivelmente.

Outros indivíduos descritos a partir dos critérios que demonstram ao menos a miscigenação biológica entre estes trabalhadores, como os 12 mulatos que estão presentes na lista, tais como as duas crianças, ambas com 4 anos, Benedicta e Alexandrina a primeira falecida em 18/12/1870 e a segunda em 8/08/1869. Indivíduos denominados de *pardos* fazem parte da fonte dos assentamentos de mortos, mais uma criança, dentre os 5 pardos existentes na listagem, Fellipe Gomes, falecido em 3/5/1869 aos 3 anos de idade.

Entre os indivíduos descritos como escravos temos 21 óbitos no período abarcado pelo livro, como Marcelina Maria da Conceição de Óbidos, de 24 anos, falecida em 30/4/1869 descrita como preta; Sancha Maria do Rozário, de 49 anos, natural do Pará falecida em 22/5/1869 descrita como preta; Maria, de 8 meses, mulata e escrava, falecida em 22/10/1869, ou Antonio de 30 anos de Santarém, cor preta, falecido em 15/10/1870. Curioso o caso de Romana, escrava falecida em 16/3/1871 e de cor “malaia” filha da escrava Clemência do proprietário Manuel José de Souza Cruz.

Os casos acima descritos demonstram que o universo escravista abarcou indivíduos de fenótipos variados, sendo que a tendência para a classificação por cor na sociedade amazonense do século XIX era a predominância indígena, entretanto a forte presença de indivíduos de origem multiétnica.

A cor era sinal de diferenciação dentro de uma sociedade fortemente marcada pelo distanciamento entre a origem e as experiências envolvendo o trabalho compulsório e uma cidade onde a presença de indivíduos de fenótipo branco ou mesmo negro era bastante reduzida. Não por isso deixam de aparecer

indivíduos das mais distintas origens nas fontes citadas acima, o que demonstra que a tradição de utilização de indivíduos não brancos como mão-de-obra marcou as relações sociais da sociedade amazonense na segunda metade do século XIX o põe em cheque a ideia de invisibilidade ou da insignificante presença de negros no Amazonas.

Necessário dizer que estes indivíduos transitavam pelo ambiente da cidade, como trabalhadores que eram e que carregavam consigo sua cultura e que a mescla biológica e cultural forjou a Província do Amazonas, a despeito da pouca alusão as diversas matizes de que constituem a população local em trabalhos da história do Amazonas.

Capítulo III “Preto quando não suja tisa.” Os trabalhadores nos Jornais da Província do Amazonas.

3.1 Os Jornais, O trabalho e o outro: o pão crioulo amassados por braços africanos.

O Jornal do século XIX era um veículo relativamente eficiente de comunicação, cumprindo um importante papel. Essa imprensa já foi classificada como “áulica”, ou seja, se limitava sobretudo a publicações governamentais das Províncias e do Império. Nelson Werneck Sodré caracteriza esta primeira etapa dos jornais como ‘(...) geralmente iniciado com jornais oficiais, oficiosos ou ligados aos governos provinciais’.¹⁷²

O primeiro jornal da então Província do Amazonas foi criado sob a responsabilidade de Silva Ramos, que fundou o “Cinco de Setembro”¹⁷³, que teve sua primeira edição lançada em 3 de maio de 1851 circulou até 07 de janeiro de 1852, sendo substituído pelo *Estrella do Amazonas* tendo ambos como fundadores Manoel da Silva Ramos.

O *Estrella do Amazonas* reconhecia em seu primeiro editorial a dependência em relação ao poder local: “Contamos com a coadjuvação dos briosos amazonenses e esperamos merecer a alta proteção do *Exm. Governo da Província, sem a qual não podemos continuar*”¹⁷⁴.

Nos primeiros anos da Província do Amazonas, a quase totalidade da impressão dos relatórios oficiais era feita sob encomenda fora do Amazonas. A tipografia criada por Silva Ramos não dava conta da demanda oriunda da administração provincial. Tal fato demonstra tanto a precariedade dos primeiros anos do periodismo na Província, quanto às ligações estreitas deste setor com a esfera da política dominante. Apenas a partir de 1867 é que as Falas e Exposições dos Presidentes de Província passaram a serem impressos em Manaus.

¹⁷² SODRÉ, Nelson Apud UGARTE, PINHHEIRO, Maria Luiza Ugarte. 2001, p. 47

¹⁷³ Posteriormente se transformou no “Estrella do Amazonas”,

¹⁷⁴ Grifo nosso.

O poder público recorria à tipografia do Jornal *Amazonas*, de propriedade do português Antônio da Cunha Mendes. Em 1874 existiam três tipografias (relacionadas aos jornais de maior circulação) dentre eles *Comércio do Amazonas* e *Diário do Amazonas* em 1874.

Entre 1851 e 1880, este primeiro grande momento do periodismo no Amazonas é caracterizado por Maria Luísa Pinheiro como de lenta expansão. Primeiro surge o *Cinco de Setembro* que logo depois se transforma em *Estrela do Amazonas*. Em 1859 surgiu o periódico *Vigilante*, segundo *O Catechista* em 1860 e *O Progressista* em 1862 e *O Amazonas*, que até 1866 sendo o maior diário que se publica em Manaus

Os jornais apresentam neste período, em suas páginas uma série de textos, dentre eles descrições de anúncios de fuga, matérias envolvendo a compra, venda de escravos, brigas pessoais e políticas, prisões realizadas naquele espaço de tempo, enfim uma série de informações valiosas a respeito tanto do universo da escravidão quando do mundo do trabalho, que na visão de Lília Schwarcz¹⁷⁵ eram descrições que refletiam e representavam percepções e valores da época.

Essa postura diante dos jornais enquanto fonte é a de apreendê-los não meramente como expressão da verdade de uma época ou como veículo imparcial de transmissão de informações, mas antes era uma das maneiras como determinados segmentos sociais (relevantes) produziam, refletiam e representavam percepções e valores da época.¹⁷⁶

Os negros passam a figurar e a frequentar constantemente as seções dos jornais da época. Através destes fragmentos de textos da imprensa (noticiários, editoriais, obituários e ocorrências policiais) podemos reconstituir as várias visões com que se falou a respeito da condição negra.¹⁷⁷ Como podemos observar os jornais são concebidos como produtos sociais, portanto, socialmente reconhecidos e como objeto de expectativas e representações específicas.

¹⁷⁵ SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008 p. 17

¹⁷⁶ SCHWARCZ, Lília M. *Ibid.* Op. Cit. 2008.

¹⁷⁷ SCHWARCZ, Lília M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 15

Dentre os jornais que nós utilizamos como maior frequência estão o *Estrella do Amazonas* e o *Catechista*, devido suas informações apresentarem de maneira mais assídua dados a respeito do universo escravista na Província durante as décadas de 1850 e 1860.

O *Jornal Estrella do Amazonas* circula pela primeira vez na Província do Amazonas em 1852. Seus últimos exemplares circularam pela capital do Amazonas 1866¹⁷⁸. Era um periódico semanal tendo as quartas-feiras como o dia de circulação. Contava com quatro páginas, cada uma delas divididas em duas colunas com seções diversas. Possuía como logotipo o brasão das “armas do Império”, e foi lançado no formato 18x26 cm.

O *Catechista* era periódico divulgador das atividades administrativas seguindo o mesmo perfil do jornal *Estrella do Amazonas*. Pretendia-se, entretanto um jornal mais crítico, independente e imparcial no que diz respeito aos problemas da Província. Era um caderno semanal, tendo como sub-título “Folha Comercial”, contendo quatro páginas divididas em três colunas. Foi lançado com 21x31 cm de tamanho. O primeiro número é de março de 1871. Este periódico exerceu grande influência política na época de sua edição, conforme assinala Santos.

Os jornais quase não apresentavam ilustrações, e os poucos desenhos referiam-se a remédios miraculosos ou a lojas com seus preços especiais. O jornalismo caracterizado pelos Jornais *Estrella do Amazonas* e o *Catechista*, é denominado de áulico, como já afirmamos. Para este tipo de jornalismo a notícia é o relato oficial. As suas fontes são quase exclusivamente as fontes governamentais do poder. Pobre em informações é cheio de retórica em sua linguagem, laudatório. Portanto o uso de ambos como fonte nos aproxima das falas e fontes oficiais presentes nestes jornais.

¹⁷⁸ SANTOS, F. J. et alli (orgs.). *Op. Cit.*

3.2 A repartição de polícia

A partir de 1858 o Jornal *Estrella do Amazonas* começa a apresentar em suas páginas a seção *repartição de polícia*. Em tais espaços aparecem descritos os registros policiais da Província do Amazonas. Nestas pequenas notas encontramos breve descrição do nome do infrator, motivo do crime, estado civil, idade. Nas 403 notas sobre prisões coletadas, 233 fazem alusão à cor e ou raça do indivíduo e em alguns casos também à nacionalidade.

A presença de determinados grupos como o dos africanos livres é frequente, como a notícia do dia 19 de maio de 1858: “Pela subdelegacia desta cidade por embriaguez o Africano Livre Teofilo Benedicto natural da Costa da Africa idade 28 annos, solteiro.”¹⁷⁹ Mesmo em número reduzido na Província os africanos livres aparecem corriqueiramente nestes registros o que demonstra uma vigilância muito maior em relação aos atos destes indivíduos.

Beatriz Mamigonian¹⁸⁰ analisa as experiências individuais e coletivas de africanos livres e seu impacto sobre a escravidão no Brasil. Aborda justamente algumas lacunas importantes a respeito do processo de abolição do comércio de escravos no Atlântico. Analisa as experiências dos africanos livres dentro de uma visão entre as ideologias que se formaram no processo de abolição, bem como a distinção entre aspectos que vinculam escravidão e liberdade. De acordo com a autora, os africanos livres se constituem no melhor grupo documentado da História do Brasil no século XIX.¹⁸¹

¹⁷⁹ Jornal *Estrella do Amazonas*, 19 de maio de 1858.

¹⁸⁰ MAMIGONIAN, Beatriz G. In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the Lah and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil-British West Indies, 1830s-1850s). *Slavery & Abolition*. V. 30, 2009, p. 41-66.

¹⁸¹ Estes indivíduos gozavam de um “status especial” o que lhes garantia maior controle e atenção em relação a suas ações por parte do governo brasileiro. Evidentemente ressalta-se aspectos relacionados à posição ambígua que carrega portanto o termo africano livre, bem como suas possíveis experiências individuais, que se juridicamente não se equivalem ao dos escravos, culturalmente e na utilização de suas mão-de-obra, como trabalho compulsório aproxima os africanos livres do mundo da escravidão, de maneira significativa. Cf. MAMIGONIAN, Beatriz G. In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the Lah and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil-British West Indies, 1830s-1850s). *Slavery & Abolition*. V. 30, 2009,

A condição frágil de liberdade destes grupos e sua “tutela” por parte do Estado somam-se à constante “perseguição” policial que estes indivíduos sofrem e que aparece nos registros policiais dos jornais. Outro aspecto relevante é a vinculação com suas origens étnicas (a Costa da África), mesmo quando seus nomes africanos se perderam e deram lugar a nomes cristãos, suas origens africanas eram sempre lembradas como forma de identificá-los, sendo possivelmente uma das “marcas” a diferença que estes africanos livres possuíam em relação aos outros indivíduos da mesma cor nascidos no Brasil.

No caso citado é significativo o destaque dado à origem do indivíduo preso, na medida em que os africanos livres eram vinculados diretamente à proibição do tráfico internacional de escravos, vivendo sob a tutela do Estado. Apesar dessa liberdade vigiada, na maioria dos casos a constante lembrança de suas condições e origens (trabalhadores em serviço compulsório do Estado e africanos) demonstra a preocupação das autoridades em relação à necessidade de controle das ações destes indivíduos.

Aparecem os nomes cristãos dos Africanos Livres e em alguns casos referências diretas às suas origens étnicas, como Manuel *Benguella* e Domingos *Mina*, descritos como *africanos*. Observa-se alusão ao seu local de nascimento ou captura: “A ordem do Dr. Chefe de Policia, por crime de ferimento leve, o Africano livre Manoel Benguella, natural da Costa da África, idade 38 anos, solteiro, analfabeto”¹⁸².

As vezes tais africanos livres eram detidos simplesmente para correção como o caso do africano livre Roberto, detido pelo administrador das obras públicas: “Pela Delegacia deste termo para correição o Africano livre Roberto idade 22 anos, cazado”¹⁸³. Ou de Domingos *Mina*, “Pela Subdelegacia desta cidade o Africano Livre Domingos Mina, idade 25 anos, solteiro a requisição do Administrador das obras Publicas.”¹⁸⁴. A solicitação de aplicação de castigos para correção era prática constante em relação aos africanos livres, o que demonstra que a tutela do Estado não impedia a prática dos castigos físicos. Eram corriqueiras tanto no universo da utilização do trabalho compulsório, quanto entre os escravos.

¹⁸² Jornal Estrella do Amazonas, 2 de junho de 1858.

¹⁸³ Jornal Estrella do Amazonas, 20 de junho de 1858.

¹⁸⁴ Idem.

Além das prisões para punições, ou correções, o controle social exercido sobre os africanos livres geravam constantes prisões simplesmente para “averiguações”, como na prisão de quatro deles como segue: “A ordem do Subdelegado desta cidade para averiguações policiaes os Africanos livres Francisco Tristão, Gualberto, Theophilo Benedicto, Bertoldo.”¹⁸⁵

Sidney Chalhoub ressalta na obra *Trabalho Lar e Botequim*, os conflitos do cotidiano envolvendo trabalhadores na cidade do Rio de Janeiro nos anos finais do século XIX envolvem tensões de caráter étnicos e raciais. Escravos e libertos eram vistos como despreparados para a vida em sociedade, onde a escravidão afastava estes trabalhadores de noções como justiça, com respeito à liberdade. Para o autor: “A liberdade do cativo não significava para o liberto a responsabilidade pelos seus atos, e sim a possibilidade de se tornar ocioso, furtar, roubar etc.”¹⁸⁶

Sidney Chalhoub afirma que nesse contexto ocorre a construção ideológica do trabalho e paralelamente também a do conceito de vadiagem:

como todo o alarmismo e os exageros característicos destes homens quando discutem assuntos que supostamente ameaçam o seu mundo, o esforço agora é pela afirmação do ainda hoje poderoso mito da preguiça inata do ‘trabalhador nacional’¹⁸⁷

O conceito de vadiagem se constrói na mente das autoridades do Segundo Reinado a partir de um processo de inversão, onde as qualidades do mundo do trabalho são negadas quando se trata da vadiagem, sendo estabelecida uma relação direta entre vadiagem e ociosidade e esta sendo:

um estado de depravação de costumes que acaba levando o indivíduo a cometer verdadeiros crimes contra a propriedade e a segurança individual. Em outras palavras, a vadiagem é um ato preparatório do crime. [...] Outro aspecto interessante é a relação estabelecida entre ociosidade e pobreza.¹⁸⁸

¹⁸⁵ Jornal Estrella do Amazonas, 7 de julho de 1858

¹⁸⁶ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* P. 67-68

¹⁸⁷ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* P. 73

¹⁸⁸ CHALHOUB, Sidney. *Op. Cit.* P. 75

De um total de 403 registros de prisões coletadas nos jornais, os africanos livres aparecem 53 vezes perfazendo 22.76% dos casos. Na maioria dos casos, envolvendo brigas, ferimentos leves e embriaguez, além dos já citados casos de prisões para correção. Pelo número reduzido de africanos livres na cidade a incidência de prisões envolvendo este grupo específico demonstra uma preocupação significativa das autoridades em controlar as ações destes indivíduos.

A presença destes trabalhadores, sempre descritos como rixosos, briguentos e com tendência a vadiagem demonstra por parte do poder público também a construção ideológica a respeito tanto do mundo do trabalho quanto dos indivíduos de origem africana: o negro como contrário ao trabalho e a liberdade, sendo necessária vigilância constante por parte das autoridades.

A condição destes indivíduos (com uma liberdade precarizada), sob tutela do Estado não impede que sejam utilizados mecanismos de controle como as prisões e mesmo as punições físicas, artifícios utilizados também contra os escravos. O fato relevante é a dupla definição exposta nestes relatórios de prisões que constam nos jornais: são trabalhadores e africanos, logo sua origem é vinculada a idealização da raça, típica do século XIX.

Seguindo de perto a incidência de prisões estão os *tapuios* com 58 prisões ou de 24,89%. A maioria dos casos envolvendo os tapuios, são relacionados à embriaguez, como o caso de José Casimiro, descrito como tapuio e preso por embriaguez.¹⁸⁹

Alguns casos aparentemente de prisões envolvendo tapuios para averiguações como o caso de Helena, de Marabitanas detida para averiguações.¹⁹⁰ Noutros casos mais graves envolvendo crimes de morte, como o tapuio Cypriano José Lopes, também de Marabitanas.¹⁹¹ ou Carolina Maria Cordeira de Barcelos também tapuia presa por tentativa de homicídio.

As prisões não apresentam a mesma proporção numérica em relação a população da Província neste período. Indivíduos de fenótipo negro, ou mestiço, no caso dos tapuios (numericamente a maioria da população) aparecem

¹⁸⁹ Jornal Estrella do Amazonas, 20 de outubro de 1858.

¹⁹⁰ Jornal Estrella do Amazonas, 6 de novembro de 1858

¹⁹¹ Jornal Estrella do Amazonas, 25 de setembro de 1858

proporcionalmente mais vezes detidos principalmente tendo como motivo a embriaguez ou averiguações. O que leva as autoridades policiais à prisão de um indivíduo para “averiguações” constrói-se aqui um comportamento arquétipo onde os indivíduos de “cor” tem uma tendência a vadiagem, como afirma Sidney Chalhoub, na sua obra *Trabalho Lar e Botequim?*

Em terceiro lugar entre os casos de prisões onde estão declaradas ou descritas a origem e raça do indivíduo estão os escravos. Entre os escravos encontramos 42 prisões, ou percentual de 18,02%. Apresentam-se diversos motivos para as prisões, tanto por “suspeita de ser escravo” como no caso de José Antônio: “Pela Delegacia de Tabatinga José Antonio por suspeito de ser escravo”¹⁹².

As prisões para correção também eram frequentes, como no caso do escravo José, que foi preso para correção a pedido do Agente do Vapor Marajó: “José escravo, 1º cozinheiro do Vapor Marajó da Companhia do Amazonas, à requisição do respectivo Agente.”¹⁹³

Os casos envolvendo fuga também fazem parte dos motivos pelos quais os escravos eram presos, como nos casos de Benedicto, Gregório e Venâncio: “Pela subdelegacia da villa de Silves por andar fugido dous escravos; um de nome Benedicto pertencente a Francisco Augusto Xavier de Pina, outro de nome Venâncio a Damaso de Souza Barriga.”¹⁹⁴

Outros escravos eram detidos diversas vezes por mais de um delito, como o caso de Manuel Theodoro em menos de 1 ano preso três vezes, por briga, embriaguez e tentativa de fuga: De ordem do mesmo Subdelegado, o Africano livre Domingos, e o escravo Manoel Theodoro por briga (...) ¹⁹⁵De ordem do Snr. Dr. Chefe de Policia o escravo Manoel Theodoro por embriaguez (...) ¹⁹⁶ o escravo Manoel Theodoro por tentativa de fuga ¹⁹⁷. As rixas entre trabalhadores poderiam gerar brigas, como no caso de Manoel Theodoro e do Africano Livre Domingos.

¹⁹² Jornal Estrella do Amazonas, 20 de outubro de 1858

¹⁹³ Idem.

¹⁹⁴ Jornal Estrella do Amazonas, 6 de novembro de 1858

¹⁹⁵ Jornal Estrella do Amazonas 20 de agosto de 1859

¹⁹⁶ Jornal Estrella do Amazonas 5 de novembro de 1859

¹⁹⁷ Jornal Estrella do Amazonas 11 de janeiro de 1860.

Nem sempre as diferenças marcaram as relações entre indivíduos de origem étnica e condições diversas. As brigas poderiam acontecer e eram motivo de preocupações por parte das autoridades policiais, mas em alguns casos a solidariedade apresentava-se também na execução de alguns delitos, como no caso da escrava Raymunda e de Nicoláu, descrito como cafuz: “De ordem do mesmo Chefe de Policia o cafuz Nicoláu e a escrava Raymunda indiciados em crime de envenenamento.”¹⁹⁸

Escravos, mestiços, africanos livres conviviam nos mesmos espaços da cidade, fato apontado pelos registros policiais, ou nos relatórios dos Presidentes de Província. Em alguns casos a convivência nos espaços urbanos e as experiências comuns da exploração do trabalho, gerava a solidariedade, noutras desentendimentos profundos que desencadeavam brigas e rixas. O que une ou separa estes trabalhadores não fica evidenciado a partir de uma análise dos jornais. Poderíamos agrupar tais indivíduos utilizando categorias de cor ou condição jurídica para a compreensão de seus comportamentos no cotidiano? O que os jornais apontam é para a existência de uma grande incidência de prisões envolvendo os trabalhadores, sejam eles tapuios, africanos livres, pardos ou escravos.

Os dados da chamada repartição de polícia presente no jornal do Amazonas entre os anos de 1858 e 1860 demonstram a existência de uma sociedade multiétnica, onde a convivência de escravos, libertos e indivíduos livres se matizava em cores e fenótipos variados: pretos, pardos, cafuzos, tapuios, inclusive com a presença de estrangeiros na Província do Amazonas. A presença de estrangeiros na Província não significa que possamos afirmar a precocidade de imigrações para o Amazonas, evidencia-se apenas a circulação de pessoas das mais variadas origens e cor.

Apesar da limitação dos dados apresentados, entendemos que estes indícios podem servir para exemplificar a forma como o Estado via os trabalhadores e realizava, ou tentava ao mesmo tempo, um controle social sobre estes indivíduos. A partir destes dados, podemos compreender um pouco melhor a dinâmica social da Província do Amazonas sua organização social e os critérios de convivência estabelecidos para com os ex-escravos. A sociedade amazonense não deixa de

¹⁹⁸ Jornal Estrella do Amazonas 8 de outubro de 1859.

apresentar valores sociais de outras regiões escravistas do país, mas nosso objetivo é entender as especificidades desse convívio no Amazonas onde a presença escrava, embora diminuta, foi vivenciada abarcando as relações inter-étnicas entre as diversas classificações raciais: negros, brancos, mamelucos e outros.

Abaixo temos uma tabela onde utilizamos os 233 registros de prisões em que ficam descritos a origem, cor ou raça dos indivíduos. Coletamos 403 registros de prisões entre 1858 e 1860 onde variavam tanto a condição jurídica dos presos (livres, escravos, tutelados pelo Estado) quanto o gradiente de cores que formavam a população da Província.

Os termos da tabela abaixo referentes à condição e cor são os conceitos utilizados para descrição dos indivíduos presos, portanto são como nas páginas dos jornais aparecem nos relatórios da repartição de polícia a cor ou em alguns casos condição jurídica dos detidos (escravos, livres ou africanos livre)

Tabela 7 - Repartição de Polícia – Jornais

Condição /Cor	Incidência de prisões	Porcentagem
Preto	9	3,88%
Cafuz	3	1,28%
Branco	31	13,30%
Mameluco	7	3%
Mulato	3	1,28%
Tapuia	58	24,90%
Parda	27	11,58%
Africano Livre	53	22,76%
Escravo	42	18,02%
	233	100,00%

De um total de 403 prisões coletadas nos registros de repartição de polícia presente nos jornais, no período de 1858 a 1860, 233 apresentavam variáveis descritivas como condição (escravo ou africano livre) ou cor. Para os indivíduos de fenótipo negro, os descritos pela cor, somando 40 casos: pardos (27 casos ou 11,58%), pretos (9 casos ou 3,86%), além de 4 casos onde se ressaltam a procedência africana do preso, sem declarar sua condição jurídica.

Em relação à condição jurídica tínhamos 42 escravos e 53 africanos livres, totalizando 95 prisões. Levando-se em consideração que estes indivíduos não têm a cor branca, tínhamos para o fenótipo negro um total de 135 prisões ou 57% dos casos da amostragem.

Se levarmos em consideração a incidência de prisões entre indivíduos de fenótipo mestiço, nos apropriando da visão biológica do termo, usado pelos jornais, sejam os mamelucos com 7 casos ou 3% , cafuzos 3 casos ou 1.28% e mulatos 3 casos ou 1.28% das prisões tínhamos um total de 13 casos e pouco mais de 5% das prisões onde se descreveu a cor do indivíduo ou sua origem, além dos Tapuios com 58 prisões ou 24,90%. Totalizando os indivíduos de fenótipo mestiço representam 71% das prisões ou 30,47%.

Para a amostragem tínhamos 206 indivíduos ou 88,41% não brancos detidos pelos mais variados motivos de um total de 233 prisões com a cor/condição declarada.

Dentre os indivíduos definidos como brancos a sua maioria é de estrangeiros: 25 casos sendo em sua maioria portugueses, 13 casos e ainda 1 espanhol e 2 alemães portugueses, alemães e o espanhol definidos como brancos. O total de indivíduos definidos como branco é de 31 ou 13% dos casos.

Temos ainda 4 peruanos e cinco chineses. Os 4 peruanos tem seus fenótipos variando entre pardo, mameluco, tapuio e índio e foram presos para averiguações, correção, ofensas físicas ou condenados às galés perpétuas. Os cinco colonos chineses da Vila de Serpa foram presos a pedido do diretor da Colônia Itacoatiara.¹⁹⁹

¹⁹⁹ Jornal Estrella do Amazonas, 28 de agosto de 1858.

A cor torna-se fator relevante para a descrição do indivíduo preso, para verificação do seu comportamento (averiguações) ou mesmo para apontar uma tendência nos crimes cometidos (africanos livres por briga e embriaguez, tapuios por embriaguez, escravos por fuga e para correções).

3.3 O gradiente de cores nos anúncios de fuga dos Jornais.

Preto, preto crioulo, preto retinto, ou simplesmente retinto. Cafuz, cafuz quase preto. Crioulo, crioulo bem retinto, mulato, pardo. Ao nos depararmos com os jornais da Província do Amazonas, encontramos uma profusão de notas a respeito da dinâmica social que envolve o mundo do trabalho. Trabalhadores livres, escravos, libertos, fugidos, compra, venda de escravos, o cotidiano provincial desnuda-se entre as letras espremidas de jornais antigos. O universo multiétnico da sociedade amazonense do século XIX aparece nas páginas dos jornais, mais especificamente nos discursos de diferenciação do “outro” seja este escravo ou liberto. Os termos apresentados no início do enunciado são alguns dos exemplos do que podemos encontrar nos jornais da segunda metade do século XIX na Província do Amazonas a respeito dos trabalhadores escravos ou libertos.

Adentrar no universo provincial por meio dos jornais é se deparar com uma série de páginas e mais páginas contendo descrições de notícias da chamada “opinião pública”, fatos governamentais e claro aspectos da sociedade do período em meio a notas que diversas vezes mal parece ter uma ordem, um sentido ou hierarquia. Um dos pontos relevantes a respeito de como os trabalhadores aparecem nos jornais da Província do Amazonas, se destacando a cor e a condição jurídica são os anúncios de fuga.

A presença destes anúncios nas páginas dos jornais, mesmo que sua relevância seja posta em segundo plano (os anúncios geralmente aparecem nas últimas seções dos jornais), demonstram como a cor pode ser um dos sinais que determinam a descrição do tipo físico de um indivíduo, neste caso do escravo. O conteúdo dos anúncios era geralmente o mesmo, porém, fato que nos desperta o

interesse neste caso era a presença constante da descrição da cor dos escravos em fugidos.²⁰⁰

Tais matizes demonstram que a sociedade provincial do Amazonas como já se afirmou anteriormente era multiétnica e que este gradiente de cores estaria presente inclusive entre a população cativa mesmo que ainda se ressalte o caráter disperso das fontes e a característica diminuta da população escrava na Província do Amazonas. Ou seja, a noção de que escravo é sinônimo de *preto* explica pouco a diversidade do universo escravista presente no Amazonas durante o século XIX.

A presença da exploração do trabalho compulsório faz parte do histórico da região. Logicamente os trabalhadores escravos e negros não são a mão-de-obra majoritária durante o século XIX, o que não diminui o contato destes indivíduos com outros trabalhadores das mais diversas origens. Os anúncios de fuga são, portanto, indícios da presença destes escravos na Província e de como se estabelecem estratégias de sobrevivência e contrariedade ao mundo da escravidão que também faz parte da sociedade amazonense no período Provincial.

Dentre os anúncios de fuga utilizados por nós, 48, coletados entre os jornais *Estrella do Amazonas*, *O Catechista*, *Jornal do Rio Negro*, *Commercio do Amazonas*, *Jornal do Amazonas*, *Amazonas* e *Itacoatiara*, a respeito da cor dos cativos apresentam os seguintes números:

²⁰⁰ Para maiores detalhes a respeito das fugas de escravos na Província do Amazonas: CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. “*Fugindo, ainda que sem motivo*”: *Escravidão e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888)*. IN: *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Editora Açai: CNPq, 2011.

Tabela 8 - Anúncios de Fuga dos Jornais da Província do Amazonas 1858-1860

Cor	Porcentagem	Total
Preto	33,33%	16
Cafuzo	18,75%	9
Crioulo	14,58%	7
Mulato	31,25%	15
Pardo	2,09%	1
	100%	48

Percebe-se claramente a presença do elemento *cor* para descrição dos fugitivos em todos os anúncios coletados. Como a tabela demonstra 33,33% era descrita como de cor preta (16 dos 48 anúncios), seguido dos mulatos (31,25% ou 15) e um certo equilíbrio entre cafuzos (18,75% ou 9) e crioulos (14,58 ou 7). No caso da amostra por nós coletada aparece apenas 1 pardo o que no universo referido corresponde a 2,09% dos anúncios.

Apesar de poucos anúncios de fuga em comparação a outras áreas escravistas, pode-se considerar tais números como representativos de como o próprio jornal constrói sua visão a respeito destes trabalhadores escravos em relação a um dos elementos que os diferenciava: a cor.

Alguns casos chamam a atenção, pois acentuam a possibilidade de uma população que tende a mestiçagem biológica: Aprígio, escravo de 25 anos, descrito como Mulato “atapoiado”²⁰¹, ou João, escravo de 35 anos, descrito da mesma forma, e que curiosamente possuía a palavra “escravo” em língua geral marcada em sua testa.²⁰²

As variações indicam que a cor era um dos elementos fundamentais para a descrição da população cativa. Entre os mulatos, encontram-se escravos e escravas descritas como claros ou amulatadas como a escrava Maria do Carmo²⁰³, ou

²⁰¹ Anúncio de fuga jornal Estrella do Amazonas, 03/03/1858.

²⁰² Anúncio de fuga jornal Estrella do Amazonas, 22/05/1858.

²⁰³ Anúncio de fuga jornal Amazonas, 11/03/1877.

Bernardino, “mulato fulo”²⁰⁴, porém encontramos variações, entre os pretos classificados como “retintos” e “não retintos”, além dos já citados cafuzos “quase pretos”, ou mesmo “retintos”.

Evidentemente os jornais apresentam além dos escravos em fuga os trabalhadores da Província, dentre eles outros escravos: “É muito conveniente que a policia preste sua atenção para os cambembes que existem alugados para os escravos na travessa da matriz, e na de Tamaracá.”²⁰⁵.

Em diversas passagens dos jornais, alude-se ao uso dos escravos como mão-de-obra a serviço do próprio Estado: “Ao mesmo. Sirva-se V. S. de mandar pagar por conta do Ministério da Guerra a inclusa fêria na importância de vinte e dois mil reis, do que venceo um carpina e um pedreiro, escravos empregados nas Obras da Enfermaria Militar na semana ultima”²⁰⁶.

Atentemos para o fato de nesta notícia os ditos escravos tem suas profissões declaradas: carpina e pedreiro, apresentam, portanto, uma qualificação relativamente maior para o desenvolvimento de determinado ofício. Lembremos as constantes queixas governamentais na Província a respeito da ausência de trabalhadores nas obras públicas no período.

Evidencia-se a circulação destes indivíduos pela cidade em busca de ganho, mesmo com sua condição escrava, o que limitava sua mobilidade, mas não impedia seu contato com outros trabalhadores. Abaixo o jornal *Estrella do Amazonas* transcreve trecho do Código de Posturas a respeito da circulação de escravos que trabalhavam com vendas:

O Fiscal da Camara Municipal d'esta Cidade faz publico para o conhecimento de todos os seguintes artigos do codigo Posturaes:

Artigo 97 – Hé prohibido, que os escravos estejam vendendo nas ruas, praças e mais logares publicos depois do toque de recolher; os infractores serão prezos, e entregues á authority competente para os mandar punir corporalmente.²⁰⁷

²⁰⁴ Anúncio de fuga jornal do Rio Negro, 17/12/1858

²⁰⁵ Jornal O Catechista 29/01/1870. Cambembe de acordo com o Dicionário Aulete o trabalhador assalariado que trabalhava junto com os escravos. Cf.: <http://aulete.uol.com.br>

²⁰⁶ Jornal Estrella do Amazonas, 05/01/1859

²⁰⁷ Jornal Estrella do Amazonas, 13/07/1859

Os grupos que constituem os “não-brancos” na Província do Amazonas portanto além de uma evidente mestiçagem biológica, se considerarmos os números dos anúncios de fuga e os dados apresentados nas fontes oficiais e paroquiais, conviviam nos mesmos espaços pela busca da sobrevivência como atesta a citação acima.

As relações sociais pautadas por uma concepção racializada, onde o lugar social do indivíduo é marcado pela sua origem e sua cor também abre espaço para que a condição de negro fosse considerada aviltante ou mesmo uma forma de insulto:

Pede-se a certo janota, que a pouco chegou a esta cidade, e que se intitula rabiscador do pasquim Morcego, eu a abstenha-se de andar pelos cantos das ruas e tavernas, a falar d'uma família honesta, porque do contrario, verá escovarem-lhe as costas com um chicote de couro crú. **E' melhor que esse janota olhe para si e para seus avós, e veja se não se envergonhará se o mandarem passear a costa d'africa.** E' tam nojento tal janota que para ir a um baile foi preciso pedir cazaca emprestada. O poeta das alusões.²⁰⁸

O responsável por tal nota no jornal *O Catechista* utiliza como forma de insulto a seu suposto caluniador, alusões diretas a elementos do universo escravista. Ameaça seu desafeto, com chicote de couro cru e insinua que quem o calunia tem origem negra quando alude que os avós do “rabiscador do pasquim Morcego” seriam da “Costa da África”.

Recorre-se ao termo africano não apenas para designar a origem ou condição da pessoa na sociedade, no caso de Alfredo Sergio Ferreira que despertou a fúria de um desafeto ao ponto deste lançar um anuncio no jornal disparando diversos impropérios:

Do estúpido, ignorante, mentiroso, insultante, corrompido, jogador, caloteiro, al----, prevaricador, estellionatario, [fraudador?] até de órfãos, ladrão, incomparavelmente lascivo, infame, cachorro, encouraçado, torpê-lo e **africano** alfredo sergio ferreira²⁰⁹

²⁰⁸ Jornal O Catechista, 15/01/1870.

²⁰⁹ Jornal do Norte, 26/04/1872

Compreende-se o uso do termo “africano” claramente como mais uma das ofensas disparadas contra Alfredo, na medida em que podemos supor que este não era escravo ou liberto, pois a maioria dos cativos e ex-cativos apresentavam apenas o seu nome, sem alusão às suas linhagens familiares.

A presença de escravos disputando espaços com os trabalhadores livres marca, inclusive os espaços e usos destes na cidade, como alude a nota abaixo de um lugar de nome Costa da África, para onde seria destinado o gado para matadouro:

Accusando o recebimento do meu officio de 30 de me que acaba de findar, em que lhes determinei que fizessem mudar a matança de gado do morro de S. Vicente para o largo do novo quartel, como entende conveniente o inspector de saúde publica, dão-me Vms. conhecimento que a câmara tomou em sessão de 2 do corrente a deliberação de fazer essa mudança para o logar denominado **Costa d’Africa**, onde lhes parece melhor, e pedem para isto minha aprovação.²¹⁰

Em uma sociedade onde as relações sociais são fortemente hierarquizadas e a cor define o lugar social das pessoas, o termo supracitado “Costa da África”²¹¹ faz alusão a presença de afrodescendentes na sociedade amazonense provincial. Evidentemente pouco sabemos a respeito do motivo de tal lugar da cidade ter esse epíteto, porem nos faz pensar na relativa significância da utilização da mão-de-obra escrava vinculada à condição e origem “africana” de tais cativos. Ser negro e ser trabalhador eram sinônimos na Província do Amazonas? Se pensarmos que a maioria da mão de obra utilizada ainda era de indígenas e mamelucos a associação é ainda mais complexa.

Identificamos dois usos de termo similar: Costa da África, vinculado a uma perspectiva negativa (como ofensa) e outra ao mundo do trabalho. Demonstram-se nas páginas do jornal que a matriz afrodescendente começa a deixar suas marcas na Província e percebe-se que esse processo de miscigenação ultrapassa os aspectos biológicos e ganha contornos culturais.

²¹⁰ Jornal Commercio do Amazonas, 25 de julho de 1870.

²¹¹ O termo referia-se a local afastado da então Cidade de Manáos, local para onde se destinou o matadouro municipal. O morro de S. Vicente corresponde hoje ao atual Bairro de São Raimundo.

As manifestações culturais também são objetivo de reflexão nas páginas dos jornais, na então cidade de Serpa, alude-se a uma manifestação cultural de origem africana:

Estamos na época das pêtas, e da reunião do povo na villa. Esta lhe escrevo ainda impressionado com o estampido do Gambá essa manifestação própria de alegria dos africanos que nos transmitirão as gerações antigas. Valha-nos Deus já que a policia aplaude imóvel esse acto que faz retroceder a nossa civilização.²¹²

A citação demonstra claramente a posição do jornal a respeito de tal festa²¹³, a polícia deveria cuidar de tais questões, pois tal festa fazia “retroceder a nossa civilização.”

A cidade de Serpa sempre aparece nos jornais como vinculada a um local onde a presença dos escravos é significativa, além de ser considerada rota de fuga para muitos cativos. No relatório a respeito da população de escravos na Província do Amazonas de 1870, dos 581 escravos, Serpa possuía 97 cativos, ocupando a segunda posição em relação ao número de cativos no Amazonas.²¹⁴

Destaquemos que Serpa foi local onde a convivência entre indivíduos de origens diferenciadas etnicamente falando se estabelece devido a tentativa de fundação de uma “Colônia” a cargo da então companhia de Comércio e Navegação do Amazonas.

A então colônia de nome Mauá fundada em Novembro de 1853 e a colônia Itacoatiara em Serpa foram tentativas de incentivo a atividade comercial e agrícola na Província por meio da introdução de mão-de-obra para o fomento das atividades econômicas. Colocou lado a lado escravos, africanos livres e chineses²¹⁵:

²¹² Jornal Commercio do Amazonas, 25 de dezembro de 1870.

²¹³ A dança do Gambá é um legado cultural do norte do país, compõe um dos elementos da identidade característica do povo amazonense. Esta prática cultural é de tradição africana. Sua origem é segundo alguns autores do século XIX e remonta as danças de terreiros praticadas nos rituais religiosos do Candomblé. Cf. www.cnfcp.gov.br

²¹⁴ Relatório 25 de março de 1870. Impresso na Typographia do Amazonas de Antonio da Cunha Mendes. Manáos. Lido pelo Exm^o Sr. Presidentee da Província do Amazonas Tenente-Coronel João Wilkens de Mattos.

²¹⁵ Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.o de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858

Do relatório do director de obras publicas, vereis, quantos africanos livres se acham actualmente ao serviço da província dos que lhe foram confiados pelo ministério do império.

A companhia Navegação e Commercio do Amazonas e para serem empregados na sua colônia Itacoatiara, mandou o ministro da justiça confiar, sob a vigilância das autoridades cinquenta africanos livres dos apreendidos em S. Matheus e Serinhaem. D'esses, segundo comunicações officiaes, recebeu a companhia trinta e seis, dos quaes consta terem falecido dous.²¹⁶

E mais a frente:

Africanos Livres - **O numero dos existentes ao serviço das obras publicas foi aumentado com mais seis e um pardo** que á requisição minha mandou o Governo Imperial, e aqui chegarão á 31 de março.

Pouco tempo depois morreo afogado no Igarapé de Manáus o de nome Leonardo, e á 25 passado a preta Marie, há muito doente. Restão hoje 12 homens, 2 mulheres e 3 menores.

São em geral ébrios, rixosos e madraços.

Havia na serraria e olaria de Itacoatiara, da Companhia de Navegação e Commercio do Amazonas, 34 africanos livres segundo o ultimo relatório, dos quaes fallecerao 2, sendo dous afogados.²¹⁷

Os africanos livres são classificados como trabalhadores, empregados no serviço público, a fonte ressalta, ainda, negativamente o comportamento destes como sendo de: ébrios, rixosos e madraços²¹⁸.

A respeito desta experiência com os chineses a Exposição de 1857 refere-se a presença de chineses na tentativa de colonização frustrada:

Das colonias estrangeiras a cargo da Companhia de Navegacao e Commercio do Amazonas, **só existe actualmente a industrial denominada – Itacoatiara** -, que prospera segundo me informao.

²¹⁶ Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.o de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858

²¹⁷ Falla dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.o de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1858.

²¹⁸ De acordo com o Dicionário Aulete, madraço seria preguiçoso ou indolente. Cf. <http://aulete.uol.com.br>

Contem cerca de trinta e seis cazas, em cujo numero entao as em que estão estabelecidas diversas oficinas, e de sessenta e três colonos, inclusive **vinte e dois chins**, que vierao ultimamente, compondo-se o restante do Director, Medico, Escrivao e Administrador das oficinas &c. – Tem oficinas de Oleiros, Ferreiros &c. e algumas plantações de milho, feijão, mandioca, café, porem em pequena escala.

Os Chins trabalham bem no serviço de Olaria e são pouco aptos para os trabalhos pesados.²¹⁹

A convivência de trabalhadores das mais diversas origens deixa marcas na então cidade de Serpa. A mescla de práticas culturais de africanos livres, escravos e a população livre aparece como já mencionamos na festa sagrada e profana do gambá, que atualmente se constitui em manifestação cultural típica da região norte.

Percebe-se o duplo viés encontrado nos jornais e nas fontes classificadas como oficiais: estes indivíduos são classificados pela sua origem e cor, mas também como mão-de-obra, como trabalhadores. O mundo do trabalho apresenta-se aqui como fortemente marcado pela hierarquia social onde as experiências são cristalizadas mediante o confuso e complexo gradiente de cores do século XIX.

Já em 1854 o jornal *Estrella do Amazonas* noticia a utilização de africanos livres para trabalhar em uma Olaria na Província. As funções eram carpinteiro e pedreiro.²²⁰ A chegada de novos trabalhadores era noticiada nos jornais principalmente por conta da carência de mão-de-obra para o trabalho na Província. Abaixo temos uma nota a respeito da chegada de operários estrangeiros a cidade:

- Chegarão com o Snr. Conde Razwadowki **16 operarios estrangeiros**, a quem o Governo Imperial mandou dar passagens do Rio de Janeiro para esta cidade. **Alguns d'elles achão-se já empregados nas obras publicas, e outros preferirão applicar-se os diversos ramos de indústria por sua própria conta.**

- Sendo esperada n'esta Capital até o mez de Dezembro a primeira partida de Colonos que a Companhia mandou contractar na Europa resolveo o Exmo Presidente da Provincia incumbir aos Srs Wilkens de Mattos e Conde Rozwadowki a escolha de um lugar próprio para a edificação de ranchos, em que se alojem os mesmos Colonos, até

²¹⁹ Exposicao dirigida a Assembléa Legislativa Provincial do Amazonas em o 1.o de outubro de 1857 pelo presidente da provincia, Angelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro, Typ. Universal de Laemmert, 1857.

²²⁰ Jornal Estrella do Amazonas, 4/05/1854.

que se organise a Repartição especial das terras publicas creadas pelo Decreto de 23 de Setembro, e possa verificar-se a medição das que por outro Decreto de 18 de julho foram concedidas a mesma Companhia entre o lugar denominado – Furo – abaixo das Lages, e as immediações d'esta cidade.²²¹

Observa-se que ao contrário dos trabalhadores locais há um empenho governamental para a repartição de terras públicas, ou que estes operários estrangeiros pudessem por sua própria conta arrumar ofícios ou optar por prestar serviços ao Estado.

O mesmo jornal a respeito da falta de braços e se referindo à necessidade da catequização dos indígenas alude à necessidade de se aldearem índios para que estes pudessem se organizar e trabalhar na agricultura.²²² A disciplina do trabalho e a doutrina cristã aliadas para que os indígenas se aproximassem da civilização:

Fique Vmc. Na intelligência de que **os Feitores das Obras Publicas da Capital deverão conduzir os Indios n'ellas empregados á Igreja**, que serve de Matriz, não só nas manhãs dos domingos e dias Santos, segundo disposição do Art. 3º § 5º das Instruções de 6 de junho de 1853, **para ouvirem missa, mas também nas tardes dos domingos, a fim de aprenderem a Doutrina Christã**, como recommenda o Exmo e R.mo Snr. Bispo Diocesano em um Mandamento que há poucos dias fez publicar.²²³

Os índios, os escravos e seus filhos deveriam juntos receber a doutrina cristã como segue abaixo:

(...) lhes temos ordenado em nossas Pastoraes e nos artigos deixado em visita sobre a predica nos Domingos, e dias Santos, e explicação da doutrina Christã, o que facilmente poderão conseguir por meio dos ditos Clerigos e pessoas instruídas na doutrina Christã, que queirão encarregar-se de seo ensino, ás quaes concedemos o uzo do habito falar dos Seminaristas externos, com obrigação porem de irem a Igreja Matriz ensina-la aos meninos e adultos que ahi se apresentarem nas tardes dos Domingos, e rogando aos pais de família e as pessoas a cujo serviço se achão os Indios, para que os

²²¹ Jornal Estrella do Amazonas, n. 105, ano 1854 (sem data legível).

²²² Jornal Estrella do Amazonas, 15/02/1855.

²²³ Jornal Estrella do Amazonas, 5/03/1855

mandem e seus filhos, e escravos n'aquelles dias á Igreja se instruírem na mesma doutrina²²⁴

Nos espaços de trabalho, na circulação pelo ambiente da cidade que crescia com o surgimento dos aparelhos estatais necessários à recém fundada Província, e também nos espaços de sociabilidade religiosa os trabalhadores das mais distintas origens conviviam e logicamente a partir desse contato novas práticas culturais se estabelecem entre os distintos grupos étnicos.

Observa-se, na citação a existência de relações sociais entre os grupos que estariam à margem da sociedade. Ao estabelecer-se contatos entre esses indivíduos de culturas diferentes, mesmo com a “marginalização” estabelecem-se diálogos inter-culturais. A segregação que esses grupos sofriam reflete a assimilação dos códigos culturais impostos pela sociedade da época. A imposição da doutrina cristã aos filhos de escravos e aos índios que se acham sob serviço das “pessoas instruídas” demonstra claramente a tentativa de assimilação de códigos culturais impostos pela sociedade. Curiosamente podemos notar o contato inter-cultural de indivíduos de origens diferentes a partir do contato dos filhos dos habitantes da Província, dos índios e dos filhos dos escravos aprendendo nas tardes de domingo a doutrina católica.

Práticas do cotidiano envolvendo a população que circulava em Manaus começam a ser controlados e vigiados mais de perto pelo poder público. Não encontramos vinculação direta entre esse tipo de controle e as diversas matrizes étnicas nos chamados códigos de Postura, mas observa-se um direcionamento da lei para o ordenamento do espaço urbano e o controle de determinadas práticas vinculadas à população de camadas mais baixas.

O Código de Posturas de Manaus de 1872 é um conjunto de artigos que trata do amorfoseamento e organização do espaço urbano de Manaus. Vincula-se também ao controle do mundo do trabalho. A mudança do espaço urbano da cidade que crescia e se embelezava por conta do capital decorrente da goma elástica agora trazia nossos usos deste mesmo espaço, por onde outrora circulavam tapuios,

²²⁴ Jornal Estrella do Amazonas, 5/03/1855.

mestiços e escravos. A cidade queria agora construir uma visão civilizada, portanto, se afastando inclusive de antigas práticas como a construção de casas de palha:

Art. 3. – Fica proibido de ora em diante, nas ruas dos Remedios, Boa-Vista, Espirito Santo, Marcilio Dias, Flores, Imperador, Brasileira, Manaós até o Atterro, Henrique Martins, Cinco de Setembro, S. Vicente, Independencia e Travessas que lhes são correspondentes, e em todas as Praças, a edificação de casas cobertas de palha; sob pena de demolir-se a obra por conta de quem a fizer e sujeito a multa de trinta mil réis ou oito dias de prisão²²⁵

A utilização da palha como matéria-prima para a construção de casas era prática corriqueira entre pessoas de baixa renda até pela dificuldade de se encontrar material diferente a preço acessível. O que desperta nossa atenção é a restrição sendo direcionadas ao espaço central da cidade, ou seja, o ordenamento do espaço central da de Manaus sendo fundamental para afastar o ar de aldeia decadente de que muitos viajantes naturalistas se queixaram durante o século XIX.

Além da proibição da circulação de animais observamos que o código de posturas agora controla a circulação de indivíduos que não se adequam ao novo ordenamento urbano:

Art. 30. – As pessoas alienadas ou afetadas de elefantíases ou outras moléstias contagiosas, quer sejam livres ou escravas, não poderão transitar pela cidade e as que por falta de meios não poderem ser tratadas em suas casas, a câmara as mandará recolher a algum estabelecimento ou lugar que for para esse fim designado. Serão considerados contraventores aqueles a quem pertençam esses indivíduos, e multados em trinta mil réis ou oito dias de prisão e o dobro na reincidência.²²⁶

Hábitos e práticas populares agora sendo consideradas contravenções como lavar roupa nos igarapés:

Art. 36. – É proibido assoalhar-se a roupas às janelas, ruas e praças, armar cordas para estendê-las nos mesmos lugares, bem como lavá-las nos igarapés que cortam esta cidade, e só poderá fazer-se nos lugares que para isso forem designados pela câmara municipal.

²²⁵ Lei n. 247 – O Código de Posturas Municipais de Manaus – 1872.

²²⁶ Lei n. 247 – O Código de Posturas Municipais de Manaus – 1872.

Os contraventores pegarão cinco mil réis de multa ou dois dias de prisão e o dobro na reincidência.²²⁷

Algumas práticas sendo agora coibidas. Práticas costumeiras das populações que circulam no espaço urbano, como o hábito de tomar banho, ou andar desnudo pela cidade agora sofrendo sanções:

Art. 75. – É proibido andar seminu ou indecentemente vestido pelas ruas, praças e estradas da cidade, tomar banho nu, lavar roupa e animais no seu litoral e igarapés, que a cortam, ou próximo das fontes que fornecem água para consumo publico.
Pena de dez mil réis de multa ou três dias de prisão.²²⁸

Não há nos artigos do Código de Postura de 1872 que tratem especificamente do aspecto da racialização e mestiçagem da sociedade amazonense neste período. Há uma evidente preocupação com os escravos e sua circulação pela cidade, como a proibição da circulação de escravos a noite: “Art. 79. – Não é permitido o transito de escravos pelas ruas além das nove horas da noite sem autorização por escrito de seus senhores.”²²⁹

Ou como no caso do art. 81 com a proibição de reunião de escravos:

Art. 81. – Os donos de qualquer estabelecimento comercial não permitirão a reunião de escravos ou de quaisquer outras pessoas que possam causar distúrbios em seus estabelecimentos, especialmente se estiverem entretidos em jogos ou em bebidas espirituosas.²³⁰

A preocupação com as ações envolvendo o universo da escravidão, a circulação de animais e escravos pelo espaço urbano revelam o desejo do poder público do controle do espaço, da necessidade de ordenamento da cidade e claro da imposição dos códigos culturais próximos de um ideal de civilização. Mas tais regras não se restringiam como vimos ao mundo do trabalho e ao universo escravista. As práticas costumeiras envolvendo a própria cultura das camadas mais baixas sendo mote do código de posturas, como a proibição do jogo do entrudo:

²²⁷ Lei n. 247 – O Código de Posturas Municipais de Manaus – 1872.

²²⁸ Lei n. 247 – O Código de Posturas Municipais de Manaus – 1872.

²²⁹ Lei n. 247 – O Código de Posturas Municipais de Manaus – 1872.

²³⁰ Lei n. 247 – O Código de Posturas Municipais de Manaus – 1872.

Art. 82. – É proibido andar-se pelas ruas e lugares públicos a jogar entrudo ou lançar alguma coisa sobre os transeuntes.

Pena de dez mil réis de multa ou três dias de prisão.

§ 1. – Permite-se as mascaradas e danças carnavalescas, de modo que não se ofenda a moral e tranquilidade pública e não contenham alusão as autoridade ou a religião.

§ 2. – Pelas ruas, praças e estradas da cidade não transitarão pessoas mascaradas depois do toque de – Ave Maria salvo os que tiverem para isso licença da autoridade policial. Os infratores incorrerão na multa de cinco mil réis ou dois dias de prisão.

Na sua crônica quinzenal, o *Jornal Estrella do Amazonas* falando dos melhoramentos urbanos que já se apresentavam por conta da atuação do poder publico na cidade, atesta a melhoria das fontes.

Contarão-nos que o Exmo Presidente projecta o melhoramento das fontes. Foi visitada por S. Exa. a fonte da rua da Palma e consta-nos que já deo ordem ao engenheiro das Obras Publicas para proceder aos trabalhos necessários

Vamos pois ter fontes como devem ser, aceiadas e bonitas e não como essas que por ahi temos que dão agua para beber, lavar roupa, e tomar banhos, passando as mesmas partículas por todas estas diversas applicações muitas vezes antes de entrarem no pote.

O texto encerra-se com uma vinculação direta entre o mundo do trabalho e a exploração da mão-de-obra negra na cidade:

E não sei como ninguém se lembrava disto, que me traz a memoria o que disse um poeta cá de caza. [...] Tal agente comendo o pão crioulo Amassados por braços africanos Que destilão suor denso e salgado.Vai enchendo a barriga e não se lembra D'aquillo que não vê, que não lhe importa²³¹

Os relatórios dos Presidentes de Província há expressa uma preocupação com a mendicância na cidade de Manaus. A necessidade de higienização, ordenamento e até a retirada de pessoas das ruas com o interesse de tornar os espaços públicos limpos. Não há apesar disso uma vinculação desta preocupação das autoridades públicas com a origem étnica destes indivíduo. Mesmo assim observa-se nas palavras do cronista a ideia do trabalho “africano” que dá sustento a sociedade.

²³¹ Jornal Estrella do Amazonas 18/7/1856

A crônica faz uma crítica a sociedade que não vê as melhorias realizadas pelo poder público da mesma forma que não via a importância do braço “africano” no sustento da sociedade. Há uma evidente comparação entre a invisibilidade pelo que passa a atuação do Estado e a invisibilidade do negro que a partir do suor de seu trabalho produz o pão, “o pão amassado por braços africanos”, porém que pouco importa as pessoas que não os viam. Ambas as situações, para o cronista passam despercebidas por quem vê e não se importa.

3.4 “Preto quando não suja, tisa”: O Caso do Padre *Pardo* Daniel Pedro Marques de Oliveira.

O silêncio a respeito dos escravos, e libertos “não brancos” presentes em uma sociedade multiétnica como a sociedade amazonense na época provincial não apagou completamente a trajetória de trabalhadores e trabalhadoras que carregaram consigo as experiências e memórias do cativeiro.

A despeito das discussões já suscitadas quanto ao caráter brando da escravidão na Província do Amazonas, a precocidade com que os escravos foram manumitidos ou mesmo em relação ao impacto rarefeito, economicamente falando da mão de obra escrava de origem negra, a história social tenta desnudar a trajetória de indivíduos que, longe da visão passiva, são agentes e atores históricos que merecem a reconstrução de suas experiências e estratégias de sobrevivência e ascensão social.

O Vigário *pardo* Daniel Pedro Marques de Oliveira, nascido na Província do Pará, de mãe mulata, escrava de seu pai, nos conduz a um labirinto de estratégias tanto de mobilidade social de indivíduos “não brancos” no Amazonas do século XIX, como a tentativa da própria sociedade em racializar tais indivíduos e construir uma ideologia em torno do trabalho, atrelado às teorias raciais e da noção de civilidade próprias dos oitocentos.

Daniel Pedro Marques de Oliveira, filho natural da mulata Anna Joaquina, escrava de seu próprio pai, José da Costa Albernaz. Nasceu na fazenda de propriedade de seu genitor, em 28 de março de 1828 na Província do Grão-Pará, na

fazenda Pernambuco. Foi batizado no dia 10 de maio de 1830, numa capela de nome Nossa Senhora da Estrela, tendo como padrinhos Policarpo Lucas Monteiro, casado e Josefa Maria da Conceição, solteira. Seus padrinhos eram cidadãos livres, brancos, possivelmente pessoas próximas a seu pai.²³²

Deputado Provincial, Padre Daniel, homem *pardo*, cuja trajetória se pautou pela proteção a fugitivos do cativeiro²³³, pela denúncia da violência dos escravocratas da Província e pelo incentivo à emancipação, uniu sua atividade eclesiástica, ao exercício do magistério e posteriormente ampliou sua atuação como Deputado da Província do Amazonas, cargos exercidos ao longo das décadas de 1860 e 1870.

A trajetória do Padre Daniel desde sua colação como vigário em Silves até o início de sua carreira como político é marcada por polêmicas, disputas políticas e uma ferrenha oposição de seus adversários que se utilizaram de argumentos raciais para desqualificar sua figura pública. O apogeu deste processo, possivelmente encontra-se na eleição para deputado provincial em 1863, quando sua origem e cor (se era escravo ou liberto, passando também pelas gradações de cores, ora apontado nos jornais como pardo ora como negro) sendo o motivo utilizado por seus adversários políticos para a anulação da eleição daquele ano.

Sua trajetória política esteve ligada a sua atuação como vigário colado de Silves e também com o exercício do magistério, fato que possibilitou a construção de uma rede de relações sociais que se ampliou nas décadas de 1860 e 1870 quando Padre Daniel foi deputado Provincial em 1860, assumindo funções de relator da comissão de instrução pública e relator da comissão eclesiástica; entre os anos de 1864 e 1865. Em 1869 foi novamente relator da comissão de instrução pública e 1870. Assume mandato de deputado entre 1872 a 1879 consecutivamente sendo em 1876 e 1877 vice-presidente da Assembleia provincial, fato que demonstra a

²³² Jornal o Catechista 1863

²³³ Em março de 1860, o jornal *Estrela do Amazonas* noticiou a captura de sete escravos fugidos que durante quase dez anos viveram em Silves sob a proteção de autoridades públicas, entre delegados e vereadores. O vigário Daniel, em defesa das autoridades silvienses, acusou o Chefe de Polícia de “perseguição política” e logo foi também acusado de cumplicidade no acoitamento dos fugitivos.

fortíssima articulação política em torno do padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.²³⁴

De acordo com a ficha eclesiástica do padre Daniel Pedro Marques de Oliveira, este foi ordenado diácono em 25 de julho de 1850, por Dom José Afonso, sendo vigário em Silves em 1871. Segundo informações de sua ficha, que está nos arquivos da Cúria, Padre Daniel teria sido suspenso de suas ordens por 30 dias no ano de 1863, por ter se ausentado de sua freguesia sem licença competente, punição imposta por D. Macedo Costa em 6 de fevereiro de 1863. Quanto à data de falecimento, de acordo com o documento, ocorreu em 1881, sem dia ou ano mencionados. O documento apresenta dados como data e local do nascimento, nome do pai e mãe, local onde fez estudos primários e quando entrou no seminário. Provavelmente preenchida em data ao falecimento do padre a fonte encontra-se praticamente em branco, diferentemente do que observamos com outros sacerdotes que possuem mais informações a respeito de suas trajetórias dentro do clero.

Em cartas da sua atuação sacerdotal encontramos documentos que atestam quais os cargos ocupados pelo Padre Daniel durante o período em que foi vigário colado de Silves: “Daniel Pedro Marques d’Oliveira Presbitero Secular, Delegado da Companhia Luso-Brazileira, Deputado à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas, e Vigário Collado na Parochia de Silves [...]”²³⁵ O fato de ser do clero secular possivelmente estaria ligado a restrições impostas pela igreja aos descendentes de escravos que se inseriam no clero. De acordo com Oliveira, os padres pardos ou mulatos deveriam solicitar antes de sua ordenação a autorização para ingressar no clero, declarando-se ‘dispensados do defeito da cor’ para poderem ser aceitos como tal.²³⁶

Em *Falla do Presidente do Amazonas de 1857* aparece o Mapa da Divisão Eclesiástica da Província. Nele, Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira é

²³⁴ Anais da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas. Disponível em: http://www.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/

²³⁵ Arquivos da Cúria. Sessão de Documentação. Pasta de atuação Pe. Daniel Pedro Marques de Oliveira – Fichário 08 – Silves.

²³⁶ OLIVEIRA, Anderson José Machado. *Suplicando a “dispensa do defeito da cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII*. XIII Encontro de História ANPUH-RJ. 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf

apresentado a Freguesia de Sant'Anna de Silves em 18 de julho de 1854 e a data de sua colação em 24 de agosto de 1854. No mesmo documento aparece a provisão do padre Daniel em 29 de outubro de 1855, em Silves, como professor interino de primeiras letras para 41 alunos do sexo masculino.²³⁷

Na *Exposição do Presidente da Província do Amazonas em 1858*, a respeito do Seminário Episcopal de Manaus, que de acordo com o documento era filial do seminário de Belém, além de breve relato das dificuldades da criação do seminário, ressalta a participação de Padre Daniel Marques de Oliveira como professor de gramática latina entre 10 de dezembro de 1858 e abril de 1858.²³⁸

As funções sacerdotais de Padre Daniel são ampliadas pelo exercício precoce do magistério, fato corroborado pelas informações citadas acima e também por outros documentos, nos quais aparece a figura do Padre nos quadros do funcionalismo como professor de primeiras letras. Em 2 de agosto de 1865 Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira é nomeado como *serventuário efetivo* com 106 alunos matriculados na cadeira sob sua responsabilidade em Silves.²³⁹

Na exposição de 1874, que trata do quadro pessoal empregado na instrução pública da província aparece a descrição da atividade do Padre Daniel como professor em Silves nomeado em 2 de agosto de 1865 e aposentado em 20 de maio de 1873.²⁴⁰

O Vigário Daniel, como outros padres pardos, possivelmente encontrou na ordenação sacerdotal a possibilidade de mobilidade social e a busca de privilégios que o afastassem das experiências do cativo. A estratégia adotada de encontrar nas ordens religiosas o acesso a oportunidades de que se valeu o padre pardo surtiu o efeito desejado na medida em que durante as décadas de 1860 e 1870 exerceu atividades de destaque como professor e deputado provincial.²⁴¹

²³⁷ Falla do Presidente da Província do Amazonas. 1857. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

²³⁸ Falla do Presidente da Província do Amazonas. 1857. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

²³⁹ Falla do Presidente da Província do Amazonas. 1871. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

²⁴⁰ Exposição do Presidente da Província do Amazonas. 1874. Disponível em:

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

²⁴¹ Citemos alguns exemplos de autores que abordam a questão de padres de origem escrava e as estratégias de mobilidade social cf. NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da*

Em sua atuação como deputado Provincial, padre Daniel Pedro Marques de Oliveira denunciou ao Presidente da Província em janeiro de 1874 que a mulata Benedita, estava sendo mantida irregularmente como cativa na Vila de Silves por João Roiz Terço. Benedita é descrita pelo padre como “mulata” e “infeliz brasileira”, portanto aos olhos do sacerdote, o mesmo estava defendendo os direitos de uma cidadã. O texto faz alusão à carta de alforria da mulata, conforme veremos a seguir.

Padre Daniel, escreve denunciando junto as autoridades a condição em que se encontrava a mulata Benedita, segundo o clérigo, liberta em agosto de 1873. Descreve a situação irregular perante a lei, como zombaria, e afirma que a mulata sofria tratamento bárbaro pelo seu algoz, caracterizado como homem violento e de péssimos precedentes:

(...) Pela inclusa carta de alforria, verá V.Exa. que **a mulata Benedita é liberta desde 30 de Agosto de 1873. Sendo, porém, público e notório nesta vila, que essa infeliz continua a viver até esta data debaixo de um cruel cativo, sofrendo que diariamente (?) os mais bárbaros tratamentos de João Roiz Terço²⁴²**, homem de gênio violento e de péssimos precedentes; que, por vezes, tem aqui zombado da lei e da autoridade, recorro à V. Exa., **rogando-lhe se sirva garantir a liberdade dessa infeliz brasileira.** Levando este fato ao conhecimento de V. Exa., creio que cumpro um dever inerente ao meu ministério, qual o de proteger os infelizes e desvalidos, máxime os que estão confiados à minha jurisdição espiritual. (...).²⁴³

Como podemos observar no texto acima, padre Daniel ao denunciar as sevícias cometidas contra a liberta Benedita estava apenas “cumprindo um dever inerente ao seu ministério”. “Proteger os desvalidos e os infelizes.” Este era o papel do clérigo? Ou sua “jurisdição espiritual” se confundia com sua atuação política?

Não seria a primeira nem a última vez que padre Daniel estaria envolvido em questões polêmicas. Pardo, o que para a época vinculava sua origem negra a sua condição de homem Livre, acusado de diversos crimes, teve forte presença no

Consciência e Ordens e clero secular no Brasil 1808-1828. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
 OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial.* Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008. VILLALTA, Luiz Carlos. *A Igreja, a sociedade e o clero.* In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas 2.* Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

²⁴² Grifo Nosso

²⁴³ Arquivo Público do Estado do Amazonas – Livro de Ofícios remetidos pela Câmara Municipal de Vila Bela 1873.

cenário político da Vila de Silves, sendo virulentamente perseguido pelos seus adversários políticos, (em via de regra autoridades locais, denunciadas por arbitrariedades) por conta de sua condição (liberto) e sua cor (pardo).

O vigário Daniel Pedro utiliza-se de sua certidão para se defender de seus acusadores. Desejava pelas páginas dos jornais provar que não era escravo, muito menos liberto. Para tanto se utiliza de sua certidão tentando constatar sua condição de livre. Argumenta demonstrando erudição e profundo conhecimento não apenas nas escrituras sagradas, mas também das leis do Império. Tal argúcia possibilitou ao padre uma atuação política que incomodou durante muitos anos as autoridades e a posição inusitada de um pardo que se consolidou como liderança política na Província.

Padre Daniel afirma que havia herdado de seu pai desde sua infância a liberdade, se declarava cidadão livre, fato que lhe garantiria a participação das eleições, algo que estava sendo negado a ele no ano de 1863. Utiliza-se de seus conhecimentos, por ser sacerdote, recorre às sagradas escrituras defendendo sua posição de livre: “O novo testamento, diz-nos o Rvm, proclama todos os homens livres, logo sou livre”! Busca na lei a justificativa para sua liberdade, é notadamente alguém diferenciado, capaz de argumentar contra seus adversários, que conhece seus direitos e as brechas na lei que garantam sua atuação política, independente do seu passado, das heranças do cativo, ou de sua cor e de sua mãe escrava mulata, portanto mestiça, ter sido propriedade do seu pai.

Em 1870 padre Daniel terminou a eleição provincial empatado em número de votos com Thomaz Luiz Simpson (31 no total) e quase assume o posto de deputado após a anulação da eleição de José Bernardo Michilles. Só não assumiu pois o substituto de Michilles foi escolhido por sorteio²⁴⁴

Em março de 1872 após mais de uma década de acirradas lutas, o sacerdote chega ao então posto de deputado da assembleia provincial²⁴⁵. Isso sem falarmos da eleição anulada por sua participação da mesa eleitoral em 1863. Estamos, portanto diante de uma personagem que durante quase uma década

²⁴⁴ Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas de 1870-1871. Manáos: Impresso na Typographia Industrial, p. 02-04, 1882.

²⁴⁵ Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas do biênio 1872-1873. Manáos: Impresso na Typographia, do Amazonas, p. 02-04, 1882.

esteve no centro das disputas políticas do período provincial no Amazonas e carrega consigo o peso da condição de liberto, além das marcas de sua origem: pardo.

Em fevereiro de 1859 o *Jornal Estrella do Amazonas* noticia a prisão do sacerdote por agressão a uma autoridade:

No dia 15 – **De ordem do sr. Dr. Chefe de policia o vigário da Villa de Silves, Daniel Pedro Marques de Oliveira** e o alferes da guarda nacional Fidelles Alves da Costa, **pronunciados pelo espancamento do ex subdelegado da mesma Villa Olimpio da Costa dos Santos por perjúrio**²⁴⁶

Tal fato foi utilizado inclusive para o impedimento da participação de padre Daniel nas eleições provinciais. Foi solicitado o voto em separado do sacerdote, por conta do processo em que estava envolvido motivado pela suposta agressão ao sub-delegado de Silves. A mesa eleitoral recebera um requerimento solicitando o voto em separado do padre sob alegação de que padre Daniel estava sendo processado, o que suspenderia seus direitos políticos. Meses depois o padre seria absolvido das acusações:

A QUINZENA. – Manáos 9 de Janeiro (...) Domingo procedeo-se a eleição dos 8 membros e 4 suplentes d'Assemblea Legislativa Provincial, que devo dar o circulo d'esta Capital, sahindo eleitos os Deputados os Snres. Custodio Pires Garcia, Manoel Rodrigues Checks Nina, Vicente Alves da Silva, Dr. Jose Antonio de Freitas Junior, **Padre Daniel Pedro Marques d'Oliveira**, Joaquim Firmino Xavier, José de Carvalho Serzedello, e Francisco Antonio Monteiro Tapajos, que obtiverão maioria de votos na respectiva eleição; e Supplentes os Sres. Padre Manoel Lucupertino Salgado, Francisco de Paula Bello, e Manoel da Silva Ramos. A eleicao correo calma e sem a menor intervenção da autoridade, dando-se apenas uma pequena irregularidade da **Um dos Eleitores requereo em termos que o voto do Eleitor Padre Daniel fosse tomado em separado, visto como está elle sujeito aos efeitos de uma pronuncia em cauza crime, e por tanto suspenso dos direitos políticos.** Este requerimento porem, que tinha por fim arredar da eleição toda e qualquer ilegalidade e no qual devia votar todo o Collegio Eleitoral, **foi peremptoriamente decidido pela Meza, que o dito Eleitor votasse englobadamente com os outros.**²⁴⁷

²⁴⁶ Jornal Estrella do Amazonas 9 de fevereiro de 1859.

²⁴⁷ Jornal Estrella do Amazonas 11 de janeiro de 1860.

De acordo com Pozza Neto²⁴⁸, entre as décadas de 1850 e 1870 cresce o movimento emancipacionista tanto no Brasil quanto na Província do Amazonas. O padre Daniel parece ter papel de destaque no cenário político da Província por se articular contra os interesses escravocratas inclusive sendo acusado de açoitamento de escravos em fuga.

Em 21 de março de 1860 o jornal *Estrella do Amazonas* noticia fato curioso a respeito do açoitamento de 8 escravos na Vila de Silves. De acordo com a notícia autoridades da Vila estavam envolvidos no caso:

Denunciados como escravos 8 individuos, que na villa de Silves acoutados escarneção da lei e zombavão de direito de propriedade servião até cargos públicos; um de porteiro da Camara Municipal e outro de cabo de trabalhadores.²⁴⁹

Interessante é que os escravos açoitados serviam como funcionários públicos na localidade, evidentemente com a “vista grossa” de autoridades locais:

O subdelegado e o commandante de trabalhadores, e o presidente da câmara são indigitados como protectores desses escravos, em consequência do que foraõ imediatamente demitidos os primeiros, a bem do serviço publico, e consta que o dr Chefe de Policia do Pará para averiguar o facto do acoutamento.²⁵⁰

Foram de acordo com o noticiado no jornal capturados na Vila de Silves sete dos oito escravos fugidos, dentre eles uma escrava parda de nome Ignez com seus cinco filhos além, do cabo de trabalhadores que conseguiu evadir-se. Eram em conformidade com a nota, escravos de um proprietário paraense de nome Amanajás e o açoitamento gerou a destituição das autoridades envolvidas no fato.

Nascido em 28 de março de 1828, na cidade do Pará (Belém), filho de uma mulata, escrava de seu pai o padre é, de acordo com os padrões da época,

²⁴⁸ Dos dados coletados a respeito das alforrias na Província do Amazonas o autor afirma que o número de concessão de alforrias se concentra particularmente na década de 1870. (2011, p. 80) CF. NETO, Provino Pozza. *Alforrias escravas na Província do Amazonas. In: O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora açai, 2011.

²⁴⁹ Jornal Estrella do Amazonas 21 de março de 1860.

²⁵⁰ Jornal Estrella do Amazonas 21 de março de 1860.

considerado pardo, na medida em que, segundo suas alegações teria sido liberto na pia batismal.

Conforme texto do jornal *O Catechista*, que desconstrói a argumentação do padre (o texto responde a artigo presente no jornal *Estrella do Amazonas*, daí conseguirmos ter acesso à fala do padre).

O novo testamento, diz nos o Rvm, proclama todos os homens livres, **“logo sou livre”!**. He verdade quanto ao que diz o Evangelho; mas esta verdade, e a consequência que tira estão em flagrante contradição com os factos no Brasil nem todos são livres e prova está para si, mais que patente pois que nos confessa no seu granzel que sua mãe era escrava de José da Costa Albernarz, nos seguintes arrancos d'uma confissão pungente: **meo presadissimo pae único que, na terra PODE chamar-se senhor de minha idolatrada mãe**

...

Logo a citação nada vem ao caso (...); pois que apesar do Novo Testamento, proclamar todos os homens livres, **a mãe do Rvm, Sr. Daniel era escrava.**²⁵¹

Talvez por esta razão tenha despertado tanto o ódio por parte de seus adversários que tentaram desqualificar seus discursos e dimensionar de maneira negativa suas ações políticas.

As querelas presentes nas páginas dos jornais ultrapassam as disputas entre interesses políticos diferenciados, ganham conotação de ódio racial e preconceito contra a condição e a cor do Padre Daniel.

O uso dos jornais como forma de externar posicionamentos políticos de distintos grupos nos propicia acompanhar de maneira indireta ao menos, as querelas entre o padre e as autoridades locais de Silves.

Ao buscar atacar politicamente o Padre Daniel, as autoridades veiculavam pelos jornais, acusações e impropérios que deixam transparecer de que maneira a sociedade da época via os libertos, os não brancos, ou seja, as experiências do cativo marcavam profundamente uma sociedade rigidamente estratificada e hierarquizada onde a cor se configurava em um dos aspectos discriminatórios a estes grupos.

A participação política do Padre Daniel demonstra a existência de uma prática política maleável, na medida em que as leis da época ao restringirem a participação do liberto impõe aos indivíduos ligados à experiência do cativo a posição de

²⁵¹ Jornal o Catechista, 12 de janeiro de 1863.

indivíduos sem direito a participação política efetiva, o que num primeiro momento não inviabilizou a atuação do padre.

Em 1863 o padre Daniel Marques de Oliveira estaria no centro das disputas políticas da província do Amazonas. As eleições foram anuladas por conta da mesa eleitoral ter sido presidida pelo sacerdote, fato proibido pelas leis imperiais que restringia os direitos dos libertos (o caso do padre Daniel) apenas a exercer o voto e não de serem candidatos. Sendo ele um ex-escravo não poderia, portanto exercer o comando da mesa eleitoral, muito menos ser candidato.

O jornal *O Catechista* publicou o assento de batismo do padre em busca de comprovar a condição do mesmo de liberto, talvez mesmo de escravo. O objetivo era restringir os direitos de participação política do padre Daniel, por conta de sua origem:

(...) [Certidão] – Certifico que revendo o Livro decimo septimo de assentos de baptismo da freguesia da Sé nelle a folhas uma até verso se acha o assento seguinte – Aos dez dias de Maio de 1830 annos, nesta cidade do Pará em a câmara Ecclesiastica me foi apresentada uma peticao de José da Costa Albernaz, em seu seguimento uma certidão do Theor seguinte. – No dia vinte e oito de março de mil oitocentos e vinte oito nesta capella de Nossa Senhora da Estrella da fazenda de Pernambuco, **baptisei solememente e puz os Santos Oleos ao inocente Daniel filho natural de Anna Joaquina, mulata ESCRAVA de José da Costa Albernaz, (...)**²⁵²

O articulista do jornal *Catechista* defende seu ponto de vista a respeito das alegações de que o padre era liberto ou mesmo escravo afirmando que: “Difficil é a situação do **jornalista imparcial**, quando forçado pelo dever discute um acto publico, e vê-se depois de frente para sustentar suas opiniões com uma questão pessoal, e odiosa. Tal é nossa actual situação.”²⁵³

A visão de imparcialidade tinha duplo objetivo: primeiro convencer o leitor da veracidade dos fatos narrados, segundo esconder a vinculação de interesses expostos nas colunas dos jornais da época.

Sidney Chaloub em *Trabalho Lar e Botequim* faz inclusive alusão à forma como as notícias eram produzidas no período. Referindo-se a Lima Barreto, afirma que em alguns casos era absolutamente corriqueiro entre os articulistas o uso da

²⁵² O Catechista, 5 de dezembro de 1863.

²⁵³ O Catechista, 12 de dezembro de 1863

criatividade e a invenção dos fatos (maior floreio) principalmente nas chamadas das notícias.

No caso do Jornal Catechista, o articulista reitera sua posição em alegar que o padre Daniel oscilava entre a condição de liberto e escravo:

Sua Rvma. Porem, pela Estrella no. 795 de 2 do corrente, accusa-nos de libellista, o porque isto dicemos e tentando destruir nossa asseveração de seo **estado liberto**, cego apaixonado e mostrado sua ignorância, **confessa se sintia escravo!**²⁵⁴

A ideia da imparcialidade do jornalista, e, portanto a neutralidade da matéria publicada em si, defendia o ponto de vista do próprio jornal, na tentativa de convencer o leitor de que as eleições da Província do Amazonas aquele ano de 1863 deveriam ser anuladas, devido à condição do Padre Daniel e logicamente por conta de sua cor (ex-escravo, pardo):

Em o no. 83, discutindo **as nulidades insanáveis das eleições** porque passamos à pouco, **fomos levados a mostrar entre outras causas, o ter sido o collegio da capital presidido por um liberto**. Esse liberto, que apontamos então é o sr. Padre Daniel Pedro Marques de Oliveira.

Padre Daniel ao tentar se defender das acusações que sofria (a tentativa de impedimento da sua participação nas eleições provinciais) usa também os jornais para responder as acusações de ser ainda escravo ou liberto. Citando trechos das ordenações Filipinas e citações do Novo Testamento alega ser cidadão livre:

A ordenação [Liv. 4 Tit. 92 pr. e Reper] nosso direito pátrio civil proclama que o filho que o homem solteiro peão houver de alguma escrava sua he livre e lhe sucede na herança: eu succedi na herança de José da Costa Albernaz, senhor de minha mae logo sou livre.²⁵⁵

Vejamos a partir da resposta do jornal Catechista a fala do sacerdote:

O Rvm. é **escravo** se não provar com documento que foi alforriado, ou não nos mostrar que o tribunal para o qual tentou ação de

²⁵⁴ O Catechista, 12 de dezembro de 1863

²⁵⁵ Jornal O Catechista, 12 de dezembro de 1863

prescrição o considerou *liberto*. O Rvm. jamais pode ser **livre** na expressão da lei, na sua letra clara. Porquanto ficou provado (...) ter nascido de ventre escravo: e a lei diz claramente que só pode gozar de liberdade, **se alcançar alforria**. (...) O Rvm. **o mais que pode subir na escala social é a camada dos LIBERTOS**²⁵⁶.

Além da sua atuação como sacerdote, como já citamos, padre Daniel era um indivíduo com bastante instrução, na medida em que atuava também como educador em Silves. Podemos observar que sua atuação enquanto sacerdote e posteriormente sua vida política constituem a personalidade de um indivíduo que busca fugir das amarras sociais predeterminadas pela cor ou condição social.

A impossibilidade de subir na escala social, imposta ao padre Daniel está presente no texto acima, matéria do Jornal *O Catechista*, expõe a partir da fala do artigo a própria visão que se tinha a respeito dos grupos ligados aos escravos e ex-escravos, a condição intermediária destes, por sua origem. O escravo jamais seria um cidadão, seria no máximo liberto, por isso mesmo com restrições à sua cidadania.

Há na história do padre Daniel uma série de aspectos importantes que revelam de qual maneira a questão racial é manejada nos debates jornalísticos e a forma como a cor do padre (Padre Daniel era de acordo com os jornais, pardo e liberto, muitas vezes descrito como preto e escravo) depunha contra seus discursos e dimensionava negativamente suas ações. Para seus “inimigos políticos” o padre seria para sempre um ex-escravo.

A possibilidade de considerarmos padre Daniel como liderança política é inegável, na medida em que os jornais nos fornecem pelo menos indiretamente indícios a respeito de suas ações de crítica às autoridades políticas vigentes e sua posição contrária à questão da escravidão. A busca incessante de sua liberdade política nos apontam possibilidades para a discussão da identidade do negro na sociedade amazonense, mesmo que a partir do prisma de um indivíduo e de sua atuação política marcante como o Padre Daniel.

Em Agosto de 1860 o jornal *Estrella do Amazonas* publicou nota assinada pelo então escrivão Manoel do Nascimento Figueira, acusando Padre Daniel de

²⁵⁶ Jornal O Catechista, 12 de dezembro de 1863

querer ampliar sua atuação para além dos assuntos eclesiásticos. A nota do jornal é bem enfática ao retratar tanto a visão negativa a respeito da origem étnica do padre (ataca a sua índole e faz alusão à cor da sua pele) quanto o ameaça diretamente a cadeia e açoite:

O padre mestre não se contenta com o campo de sua parochia para fumentar a desordem, quer campo maior e achou que eu devia servir-lhe de pasto a sua loquacidade. Enganou-se completamente por que estou disposto a não despor mais de minha dignidade para dar troço a semelhante besta, a menos que não tire a mascara e appareça a peito descoberto, por que quero metel-o ainda uma vez na cadêa; ouviu padre mestre? Si esta lição, padre mestre, não vos serve ainda, então convencerás ao publico sensato, **que só vergalho é que vos pode indireitar; mas qual! Preto quando não suja, tisna.²⁵⁷**

A ameaça fica evidenciada: só vergalho pode endireitar o padre. Logo depois preconceito toma conta das páginas do jornal: preto quando não suja, tisna! Aqui a presença das ofensas e ameaças evidenciam que a luta virulenta e de oposição as ações políticas do sacerdote ultrapassam os posicionamentos políticos e caem no campo do preconceito de raça particularmente presente no século XIX: a inferioridade dos negros, e sua impossibilidade de alcançarem a civilização pelas experiências do cativo.

No mesmo mês e ano o jornal *Estrella do Amazonas* volta a ameaçar o Padre Daniel e desfere contra sua figura uma série de acusações sérias. Afirma ser o Padre o “evangelista do deboche e da prostituição”.

Alude ao fato do Padre lecionar para jovens acusando-o de aliciar suas alunas. Tal acusação não impediu o clérigo de solicitar junto às autoridades (e conseguir) a abertura de uma escola em Silves em novembro do mesmo ano. O jornal em sua parte oficial publicou nota da solicitação do Padre para abertura de uma escola em Novembro de 1863:

De Daniel Pedro Marques de Oliveira [Vigario Collado da Vila de Silves], pedindo permissão para abrir uma escola na freguezia de Silves, de grammatica latina, Franceza, retorica, e Philosophia

²⁵⁷ Estrella do Amazonas, 25 de agosto de 1860.

racional. – Concedo a authorização requerida. Passe-se o competente titulo.²⁵⁸

Outra acusação feita no artigo do jornal é a de que padre Daniel teria, além de aliciar mulheres casadas e jovens inocentes (se aproveitando de sua condição de padre e professor) teria falsificado a carta de alforria de sua mãe para poder conseguir sua ordenação:

O padre mestre de Silves é o evangelista do deboche e da prostituição, solicita intra e extra confissões as mulheres casadas, solteiras e donzelas, e como prova cita-se d. Inácia, as menores que por suas artimanhas estiveram depositadas em sua casa aos seus desejos, **e as meninas que (coitadinhas!) iam a sua casa a título de aprenderem a ler beber o veneno da imoralidade (...)** mandou chibatar e por em ferros um cidadão mais livre do que ele; **conseguiu por suas astucias do tabelião João Corrêa registrar no seu cartório uma carta de liberdade, da preta f. sua mãe por ocasião de ser preterido em sua ordenação em consequência de ex defectu liberdati (...)**²⁵⁹

A série de notas do jornal *Estrella do Amazonas* faz menção ainda a furto e imagens e relíquias da igreja (atribuídas ao padre) e processos contra o mesmo²⁶⁰:

(...) furtou 200\$ rs. dos cofres dos pontificaes, quando encarregado dessa repartição na sé do Pará; furtou segundo a participação do juiz de paz as joias das Imagens das igrejas de Silves e Jatapú finalmente, tem sido submettido a 3 ou 4 processos e prezo pelas suas altas virtudes. Tudo isto é meramente hypothetico, mas que o respeitavel publico, caprixoso como é, pode converter, querendo, em verdades mathematicas.²⁶¹

Notemos a partir da citação acima que o próprio texto do jornal afirma que todas estas acusações são meramente hipotéticas, mas mesmo assim presume-se pela “verdade matemática”.

²⁵⁸ Estrella do Amazonas, 28 de novembro de 1860.

²⁵⁹ Estrella do Amazonas, 22 de agosto de 1860

²⁶⁰ O Jornal Estrella do Amazonas de 24 de março de 1860 solicita o envio da copia do processo que absolvía o Padre Daniel de uma destas acusações: “Ao juiz de direito interino da commarca da capital, determinando-lhe que envie com a possivel brevidade copia authentica da sentença proferida contra o vigario da villa de Silves Daniel Pedro Marques de Oliveira, no processo que foi submettido ao jury na 2ª sessão do anno passado, bem como a da absolvição em consequencia da decisão do jury”. O mesmo jornal em agosto ignora absolvição do sacerdote em uma das acusações.

²⁶¹ Estrella do Amazonas, 22 de agosto de 1860.

Na crônica *A Quinzena* o padre é retratado como pescador de águas turvas que tem o interesse de transtornar a sociedade:

A Quinzena

Manáos 24 de agosto de 1860

Todo corre placidamente; **apenas um ou outro pescador d'aguas turvas** trabalha com afan por transtornar este estado lisongeiro

Mas temos fé nos brios dos amasonenses que serão em tempo repellidos, como merecem, e conhecerão que o **cabucolo do Amazonas tem nas suas flexas e fructos silvestres** todos os elementos para resistirem a imposições de **intruzos**, que não teem o menor direito de intervir na direção de sua sorte. (...) ²⁶²

Evidencia-se a partir do termo pescador (em alusão a função sacerdotal?) de águas turvas que o objetivo é mais uma vez questionar a intervenção do Padre em assuntos diversos na comunidade de Silves. Turvas seria alusão a seu caráter? A sua cor da pele? Ou ambos? Importante frisar que o texto encerra-se afirmando que o padre não tem direito de interferir na sorte do “caboclo do Amazonas”.

Notemos a presença da visão do caboclo a sua condição e herança da cultura indígena vista como oposta a civilização: a cultura material (portar flechas e comer frutos silvestres) aludidas no texto servem de exemplo também de como apresenta-se o preconceito também contra os indígenas e sua influência na sociedade.

As imposições de um intruso referem-se ao fato do Padre Daniel ser de fora da Província, nascido como vimos em Belém no final da década de 1820. O artigo acima citado demonstra preocupação em relação à atuação política do Padre, que se utiliza, segundo esta visão, de sua posição para intervir na vida da sociedade amazonense. O sacerdote é caracterizado negativamente e a forma como é definido sempre aludem ao fato de ser liberto, escravo, e ou preto, de acordo com o teor dos textos.

No jornal *Estrella do Amazonas* de 20 de junho de 1860 aparece tanto a preocupação quanto ao peso político do Padre Daniel, comparada a um “dedo de gigante”, quanto a sua origem racial: cara branca e língua preta. No texto evidencia-se a ideia de que o padre utiliza-se de ardis para mascarar sua condição de liberto e

²⁶² Estrella do Amazonas, 24 de agosto de 1860.

procurar utilizando-se de sua posição como padre, gozar os privilégios de cidadão livre:

Fazemos este pedido não por que não conheçamos pelo dedo o gigante, que (...) tem até hoje, por uma tolerância imperdoável, gozado dos foros de cidadão livre; mas por que queremos ter o prazer de ver a cara branca do - Silviense – e língua preta²⁶³

No mesmo jornal a ideia de que o padre esconde sua origem e atua de maneira criminosa fica evidente e mais uma vez se alude à condição do padre sempre presente de maneira dúbia: escravo ou liberto? Porém nunca como cidadão livre:

Rogo-lhe que **tire a máscara**, saia dos bastidores e acuse-me a peito descoberto sob pena de ser tido **por criminoso escravo ou liberto**, que teme a ação da justiça, a que chama perseguição – escravidão – e prepotência o que não podendo defender os **seus parceiros escravos**, que naquela vila gozavam dos foros de cidadãos.

A acusação que paira neste trecho é a de que o padre Daniel configura-se como acoitador de escravos. No texto os escravos são seus “parceiros”. Alude-se ao fato de que o padre tenta atuar politicamente contra a escravidão para defender os escravos, utilizando-se até do subterfúgio de acoitar os mesmos. Compara-se o padre com os escravos fugitivos: estes gozavam de foros de cidadãos, pois escondiam sua origem e condição.

Em diversas passagens dos jornais os artigos relembram a condição de preta e escrava da mãe do padre Daniel, mesmo que nos documentos oficiais ela seja descrita como mulata. Aqui não importa a cor da pele e sim a vinculação da raça biologicamente falando. A própria condição do padre é assinalada de maneira dúbia, ora liberto, ora escravo, pardo, preto.

Como já afirmamos no primeiro capítulo, a concepção de raça construída a partir da concepção biológica faz parte do ideário do século XIX.

²⁶³ Estrella do Amazonas, 20 de junho de 1860.

Aqui recorreremos à fala de Serge Gruzinski, a respeito da mestiçagem quando este afirma que:

as relações entre vencedores e vencidos também assumiram forma de mestiçagens, alterando os limites que as novas autoridades procuravam manter entre as duas populações. Desde os primeiros tempos, a mestiçagem biológica, isto é, a mistura de corpos – quase sempre acompanhada pela mestiçagem de práticas e crenças – introduziu um novo elemento perturbador (...) Estupros, concubinagens, mais raramente casamentos, geraram uma população de tipo novo, de estatuto indefinido – os mestiços, a respeito dos quais não se sabia muito bem se deveriam ser integrados ao universo espanhol ou às comunidades indígenas (...) Por todas essas razões, índios negros e espanhóis tiveram de inventar, dia após dia, modos de convívio ou, especialmente os primeiros, soluções de sobrevivência.²⁶⁴

Ao nos debruçarmos sobre a história do Padre Daniel, há evidentemente mais questionamentos do que respostas ao reconstruirmos sua trajetória. O padre, sendo pardo, vinculado à igreja, indivíduo culto e atuante politicamente revela um passado não muito distante vivido pela sociedade amazonense.

Mesmo exercendo cargos de relevância em Silves, como vigário, professor e Inspetor Paroquial, aliado de uns e adversário de tantos outros, o sacerdote por sua cor e condição de liberto sofreu forte oposição política ao tentar ampliar sua esfera de influência. É necessário que se destaque o fato de que sua desqualificação e os ataques sofridos estavam vinculados diretamente a sua cor da pele e ao fato de ser este indivíduo um liberto.

Muitas perguntas a respeito da atuação do Padre Daniel Marques d'Oliveira ficam em aberto: sua aproximação com a igreja católica e seu ingresso no clero fazia parte de uma estratégia de mobilidade social para romper com a “mácula do defeito de cor”. Mesmo na possibilidade de acreditarmos em tal hipótese Padre Daniel, não estava isolado socialmente, na medida em que construiu uma rede de relações sociais e políticas que lhe garantiram relativo sucesso em seus objetivos. Tais estratégias possibilitaram ascensão social para sua mãe? Ex-escrava, mulata, com um filho culto e padre?

²⁶⁴ GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 78

Padre Daniel não era apenas *pardo* o que demonstra as possibilidades de inserção social de indivíduos ligados a experiência do cativo, era filho de um branco com uma mulata, portanto biologicamente era mestiço e utilizava a educação como possibilidade de mobilidade social estendida as populações do interior do Amazonas.

A miscigenação portanto aqui ultrapassa o fator meramente biológico, ganha contornos sociais e culturais, pois revela a tentativa de construção da identidade dos indivíduos de origem africana, que tratados como estrangeiros, marginalizados e intrusos, criaram mecanismos para ingressar no “grêmio da sociedade” seja pelo mundo do trabalho, seja pelo aceite aos padrões culturais do século XIX.

Conclusão

A trajetória da história social, principalmente em relação ao universo do trabalho tem sofrido ao longo dos últimos anos uma mudança de eixo quando se fala do trabalhador escravo. A nova visão que sai dos debates coloca em cheque alguns conceitos que antes eram caros a essa temática como a questão do conceito e validade da noção de trabalho (vinculada estritamente ao trabalho fabril e livre) o conceito de classe dentre outros pontos.

Nossa pesquisa tenta resgatar a história de trabalhadoras e trabalhadores que criando e recriando estratégias de sobrevivência e ascensão social passaram pela experiência do cativo, do trabalho compulsório e pelo processo de racialização, muito característicos do século XIX, na então Província do Amazonas.

Tal perspectiva, a de observar de que maneira as fontes, sejam oficiais, sejam jornais, racializou estes trabalhadores partiu de uma constatação ao mesmo tempo simples e possivelmente complicada: a sociedade amazonense dos oitocentos é notadamente multiétnica. Nosso intento era dar uma contribuição modesta no entendimento das relações sociais que se estabeleceram, muitas vezes frutos de tensionamentos entre trabalhadores de origens étnicas diferentes, mas que promoviam uma série de estratégias que visavam a sobrevivência e a mobilidade social numa sociedade marcada pelas hierarquias e pela tradição da segregação entre proprietários e escravos, brancos e não brancos.

A leitura dos jornais e a problematização destas fontes polissêmicas para nós foi bastante útil, pois observamos o uso de categorias descritivas destes trabalhadores a partir das teorias raciais do século XIX. O mundo do trabalho estava presente nas fontes, claro não como vemos ou entendemos o trabalho hoje, mas acima de tudo numa ideologização do trabalho, muitas vezes não separando indivíduos de origem racial diferente ou condição jurídica. A tradição do uso do trabalho compulsório se manteve no período provincial e serviu como pano de fundo para a separação de indivíduos que disputavam o mesmo espaço da cidade.

Claro que a miscigenação biológica é posta em evidencia a partir das fontes paroquiais ou dos anúncios dos jornais. O que observa-se é que a miscigenação ganha contornos culturais quando indivíduos de condições e origens diferentes

constroem uma teia de relações sociais e aparecem ora em conflitos evidentes, ora em uma possível solidariedade. A cultura aqui tem uma base social, e mesmo os indivíduos observados de forma isolada estão em constante troca de experiências, sejam elas familiares, no local de trabalho, nos lugares de diversões.

Para reforçar nossa ideia trouxemos à discussão a trajetória do Padre Daniel Marques de Oliveira, pardo, portanto liberto que numa sociedade fortemente marcada pelo preconceito contra os escravos e ex-escravos conseguiu certa mobilidade social e atuar de maneira bastante firme na construção de mecanismos que possibilitassem a outros trabalhadores uma possível ascensão social, fosse pela denúncia de irregularidades das autoridades da província, na sua trajetória como deputado provincial, seja como vigário ou professor, sua atuação como padre, ou trabalhador se confundia com seu papel político.

O universo da escravidão e o mundo do trabalho livre, portanto longe de serem bifurcações estavam em permanente contato mesmo em um local como a Província do Amazonas, onde o modelo econômico do *plantation* não se consolida, e o caráter diminuto da população escrava é sempre posto em evidência.

As trajetórias destes trabalhadores mestiços merecem maior atenção por parte da história, na medida em que estes trabalhadores e trabalhadoras foram sujeitos ativos e construíram suas próprias histórias, aparecendo mesmo de maneira indireta em falas, documentos, textos não produzidos por eles.

A racialização de que tratamos é um processo construído ao longo do século XIX, a partir das teorias raciais, atingiu também os confins da Amazônia, que estava conectada ao restante do Império do Brasil. A mestiçagem de que falamos é muito mais do que meramente uma questão biológica, está vinculada a uma questão cultural, já que indivíduos de origens diferenciadas viviam em constante contato na cidade, nos locais de trabalho, o que por isso mesmo nos faz refletir sobre essas trocas de experiências e de valores culturais que se perderam do espaço da memória social.

Fontes e Bibliografia

I. Fontes Manuscritas:

Arquivo Público do Estado do Amazonas

Livro de Ofícios da Secretaria de Polícia remetidos à Presidência da Província do Amazonas. Ano 1878.

Arquivo Público do Pará

Fundo da Secretaria da Presidência da Província

- Série: Ofícios da Secretaria de Polícia. Caixa: 223.

II. Fontes Impressas:

a) **Jornais**

Arquivo Público do Estado do Amazonas

Jornal do Comércio (1869).

Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa – CENDAP/Acervo de Microfilmes

Estrella do Amazonas (1854-1863); O Catechista (1862-1871); A Voz do Amazonas (1866-1867); Jornal do Norte (1872); Jornal do Rio Negro (1867-1868); Comércio do Amazonas (1870-1878); Itacoatiara (1874); A Província (1879); Rio Madeira (1881-1882); Jornal do Amazonas (1877-1884); Abolicionista do Amazonas (1884).

Museu Amazônico

Jornal O Amazonas (1870-1877).

b) Falas e Relatórios

<http://brazil.crl.edu>

<http://memoria.bn.br/hdb/periodo.aspx>

Falla dirigida à Assembleia Legislativa Provincial do Amazonas em o 1º de outubro de 1857 pelo Presidente da Província Ângelo Thomaz do Amaral. Rio de Janeiro: Tipografia Universal de Laemmert, 1858.

AMAZONAS, Governo da Província do. *Relatório apresentado à assembleia legislativa provincial, pelo excelentíssimo senhor Doutor João Pedro Dias Vieira, digníssimo Presidente desta Província, no dia 8 de julho de 1856 por ocasião da primeira sessão ordinária da terceira legislatura da mesma assembleia.* Barra do Rio Negro: Typographia de F. J. S. Ramos, 1856.

AMAZONAS, Governo da Província do. *Falla dirigida a Assembléia legislativa provincial do Amazonas na abertura da 1ª sessão ordinária da 5ª legislatura no dia 3 de novembro de 1860, pelo 1º vice presidente em exercício o Exmo. Snr. Dr. Manoel Gomes Correia de Miranda.* Manaus: Typographia de Francisco José da Silva Ramos, 1860.

GRÃO-PARÁ, Governo da Província do. *Exposição apresentada ao Exmo. Presidente da Província do Amazonas, João Baptista Figueiredo Tenreiro Aranha, por ocasião de seguir para a mesma província, pelo Exmo. Presidente do Grão-Pará, Dr. Fausto Augusto de Aguiar em 9 de dezembro de 1851.* Pará: Typographia de Santos & Filhos, 1851.

c) Anais da Assembleia Legislativa

Arquivo Publico do Estado do Amazonas

Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas de 1870-1871. Manáos: Impresso na Typographia Industrial, 1882.

Anais da Assembleia Legislativa do Amazonas do biênio 1872-1873. Manáos: Impresso na Typographia, do Amazonas, 1882.

http://www.aleam.gov.br/Legislacao_1871_1889/

Referências Citadas e Consultadas

AGASSIZ, Luiz e Elizabeth Cary. *Viagem ao Brasil, 1865—1866*. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: USP, 1875

BAENA, Antônio Ladislau Monteiro. *Compêndio das Eras da Província do Pará*. Belém. PA: UFPA, 1969.

BAUMAN, Zygmunt. *Ascensão e queda do trabalho*. In: *A sociedade individualizada: vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008

BEZERRA-NETO, José Maia. *José Veríssimo: Pensamento Social e Etnografia da Amazônia (1877-1915)*. Vol 42- Scielo, n. 3. Rio de Janeiro 1999. (p. 2) Acesso: maio de 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581999000300006>

_____. *Histórias Urbanas de Liberdade: Escravos em fuga na cidade de Belém, 1860-1888*. Afro-Ásia, n.28, 2002'

BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: ed. UFMG, 1998.

CAVALCANTE, Ygor Olinto Rocha. *“Fugindo, ainda que sem motivo”: Escravidão e fugas escravas no Amazonas Imperial (1850-1888)*. IN: *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Editora Açaí: CNPq. 2011.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

COSTA, Francisca Deusa Sena. *Quando viver ameaça a ordem urbana. Trabalhadores urbanos em Manaus 1890-1915*. Dissertação de Mestrado. PUC-SP. 1997

COSTA, Sérgio. *A mestiçagem e seus contrários - Etnicidade e nacionalidade no Brasil contemporâneo*. Tempo Social. S. Paulo, **13**(1), maio de 2001

DIAS Edinéia Mascarenhas. *A ilusão do Fausto, Manaus 1890-1920*. Manaus: Valer, 1999

FENELON, Déa Ribeiro. *Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa*. Revista Projeto História, São Paulo, n.10, 1993

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. *Viagem filosofia ao Rio Negro*. Organização, atualização, anotações e ampliação de Francisco Jorge dos Santos, Auxiliomar Silva Ugarte, Mateus Coimbra de Oliveira. 2ª Ed. Manaus: EDUA, 2007

FRAGOSO, João. *Efigênia Angola, Francisca Muniz forra parda, seus parceiros e senhores: freguesias rurais do Rio de Janeiro, século XVIII*. Uma contribuição metodológica para a história colonial. Topoi, v. 11, n. 21, jul.-dez. 2010.

FREYRE, Gilberto. *Sobrados e Mocambos*. Governo do Estado de Pernambuco: Secretaria de Turismo, Cultura e Esporte, 1981

GIANNOTTI, Vito. *História das lutas dos trabalhadores no Brasil*. Rio de Janeiro. Mauad, 2007

GOMES, Flávio; NEGRO, Antônio Luigi. *Além das senzalas e fábricas: uma história social do trabalho*. In: Tempo Social, revista de sociologia da USP, v. 18, nº 1

GOMES, Flávio dos Santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (séculos XVII-XIX)*. São Paulo: Ed. UNESP: Polis, 2005

GRUZINSKI, Serge. *O Pensamento mestiço*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001

HALL, Michael e SPALDING, Hobart. *A Classe Trabalhadora Urbana e os Primeiros Movimentos Trabalhistas na América Latina, 1880-1930*. In: BETHELL, Leslie (org.) História da América Latina. SP: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado, 2003

HOBBSAWM, Eric J. *Mundos do trabalho: Novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro.: Paz e Terra, 2000

IANNI, Octavio. *Raças e Classes no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1987

LARA, Silvia Hunold. "Conectando historiografias: a escravidão africana e o Antigo Regime na América Portuguesa. In: Maria Fernanda Bicalho e Vera Lúcia Amaral Ferlini. *Modos de Governar: idéias e práticas políticas no Império Português*. São Paulo: Almeida, 2005.

LIBBY, Douglas Cole. *A empiria e as Cores: Representações identitárias nas Minas Gerais dos Séculos XVIII e XIX*. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010

LIMA, Henrique Espada. *Sob o Domínio da precariedade: escravidão e os significados da liberdade do trabalho no século XIX*. *Topoi*, v. 6, n. 11, jul – dez. 2005

MAMIGONIAN, Beatriz G. In the Name of Freedom: Slave Trade Abolition, the Lah and the Brazilian Branch of the African Emigration Scheme (Brazil-British West Indies, 1830s-1850s). *Slavery & Abolition*. V. 30, 2009

MATTOS, Hebe Maria. *Escravidão e cidadania no Brasil Monárquico*. 2ª. Ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2004

MONTEIRO, John M. *Tupis, Tapuias E Historiadores. Estudos de História Indígena e do Indigenismo*. Tese Apresentada para o Concurso de Livre Docência Área de Etnologia, Subárea História Indígena e do Indigenismo. Campinas, agosto de 2001

MUNANGA, Kabengele. *Mestiçagem e identidade afro-brasileira*. In: OLIVEIRA, Iolanda (org). *Cadernos PENESB 1 – relações raciais e educação: alguns determinantes*. Niterói: UFF, Intertexto, 1999

_____. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis, Vozes, 1999

NETO, Provino Pozza. *Alforrias escravas na Província do Amazonas*. In: *O fim do silêncio: presença negra na Amazônia*. Belém: Editora açai, 2011

NETTO, Rangel Cerceau. *População e mestiçagens: a família entre mulatos, crioulos e mamelucos em Minas Gerais. (séculos XVIII e XIX)*. In: *Escravidão, mestiçagens, populações e identidades culturais*. São Paulo: Annablume Belo Horizonte: PPGH-UFMG; Vitória da Conquista: Edições UESB, 2010.

NEVES, Guilherme Pereira das. *E Receberá Mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e clero secular no Brasil 1808-1828*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção Negra: santos pretos e catequese no Brasil colonial*. Rio de Janeiro: Quartet/Faperj, 2008

_____. *Suplicando a “dispensa do defeito da cor”: clero secular e estratégias de mobilidade social no Bispado do Rio de Janeiro – século XVIII*. XIII Encontro de História ANPUH-RJ. 2008. Disponível em: http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212773302_ARQUIVO_Texto-AndersondeOliveira-Anpuh-RJ-2008.pdf

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma outra cidade: o mundo dos excluídos no final do século XIX*. São Paulo: Editora Nacional, 2001

PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *De mocambeiro a cabano: Notas sobre a presença negra na Amazônia na primeira metade do século XIX*. Terra das Águas, vol. 1, nº 1, 1999.

_____. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha – Mostra Expositiva*. Manaus: Ufam/Museu Amazônico, Maio/Julho de 2004

PINHEIRO, Maria Luísa Ugarte. *Folhas do Norte. Letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. Tese (Doutorado em História), Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

_____. *Nos meandros da cidade: cotidiano e trabalho na Manaus da borracha, 1880-1920*. In: *Canoa do Tempo: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas*, vol 1, nº 1 Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2007

_____. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no porto de Manaus, 1899-1925*. Manaus: Edua, 2001

RAMOS, Arthur. *A mestiçagem no Brasil*. Maceió: EDUFAL, 2004.

REIS, Arthur Cezar Ferreira. *O Negro na Empresa Colonial Portuguesa*. In: *Tempo e vida na Amazônia*. Manaus: Edições Governo do Estado do Amazonas, 1965

SALLES, Vicente. *O Negro no Pará sob o Regime da escravidão*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1971.

SAMPAIO, P. M. M. *Espelhos Partidos: etnia, legislação e desigualdade na Amazônia Colonial*. 1. ed. Manaus: EDUA, 2011. v. 1.

_____. *Os fios de Ariadne: tipologia de fortunas e hierarquias sociais e Manaus: 1840-1880*. Manaus, EDUA, 1997.

SCHWARCZ, Lilia M. *Retrato em Branco e Negro: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. *Espectáculo da miscigenação*. Estudos avançados, n. 8, vol. 20, 1994

_____. *O espetáculo das raças*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

THOMAS, Keith. *O predomínio do Humano*, In: O homem e o mundo natural: mudanças de atitude em relação às plantas e animais, 1500-1800. Companhia das Letras: São Paulo, 1996

THOMPSON, E. P. *A economia moral da multidão inglesa no século XVIII; Economia moral revisitada*. In: Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998

_____. *A formação da classe operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004

VAINFAS, Ronaldo. *Colonização, miscigenação e questão racial: notas sobre equívocos e tabus da historiografia brasileira*. Tempo, n. 8, 1999

VILLALTA, Luiz Carlos. *A Igreja, a sociedade e o clero*. In: LAGE, Maria Efigênia de Resende e VILLALTA, Luiz Carlos (orgs). *História de Minas Gerais – As Minas Setecentistas 2*. Belo Horizonte: Autêntica/Companhia do Tempo, 2007.

WEINSTEIN, Barbara. *A Borracha na Amazônia: Expansão e Decadência (1850-1920)*. São Paulo: Hucitec/ Edusp, 1993.